

RELATÓRIO DE GESTÃO E CONTAS

2011

////////////////

Índice

1. Mensagem do Conselho de Administração	4
2. Enquadramento	6
2.1 História da empresa	6
2.2 Os órgãos sociais	6
2.3 Os diretores artísticos	6
2.4 Evolução da situação económico-financeira	7
3 Governo da sociedade	10
3.1 Missão, objetivos e políticas da empresa	10
3.1.1 Missão	10
3.1.2 Objetivos e seu grau de cumprimento	10
3.1.2.1 Enquadramento dos objetivos na estratégia da empresa	
3.1.2.2 Grau de cumprimento dos objetivos em 2011	
3.2 Regulamentos internos e externos	10
3.3 Transações relevantes com entidades relacionadas	11
3.4 Outras transações	11
3.5 Modelo de governo e identificação dos membros dos órgãos sociais	11
3.5.1 Membros dos órgãos sociais – funções e responsabilidades	12
3.5.2 Curricula dos membros do Conselho de Administração	12
3.6 Remunerações dos membros dos órgãos sociais	18
3.6.1 Estatuto remuneratório fixado	18
3.6.2 Remunerações e outras regalias	19
3.7 Análise de sustentabilidade da empresa	20
3.7.1 Estratégias adotadas e grau de cumprimento das metas fixadas	20
3.7.2 Estratégia e política de médio e longo prazo	29
3.7.3 Principais riscos para a atividade no futuro da empresa	29
3.7.4 Princípios inerentes a uma adequada gestão empresarial	30
3.7.4.1 Responsabilidade social	30
3.7.4.2 Desenvolvimento sustentável	30
3.7.4.3 Serviço público	31
3.7.5 Competitividade e inovação empresarial	33
3.7.6 Planos de ação para o futuro	33
3.8 Viabilidade do cumprimento dos princípios de bom governo	34
3.9 Código de ética	34
3.10 Sistema de controlo de proteção dos investimentos e ativos	34
3.11 Mecanismos de controlo adotados com vista à prevenção de conflitos de interesses	34
3.12 Divulgação de informação	34
4 Cumprimento de obrigações legais	36
4.1 Objetivos de gestão	36
4.2 Gestão de risco financeiro	36
4.3 Prazo médio de pagamentos	36
4.4 Divulgação de atrasos nos pagamentos	37
4.5 Deveres especiais de informação	38
4.6 Cumprimento das recomendações do acionista	38
4.7 Remunerações	38
4.8 Contratação pública	38
4.9 Adesão ao SNCP	38
4.10 Limites ao endividamento	38

4.11 Plano de redução de custos	38
4.12 Princípio da unidade de Tesouraria do Estado	39
4.13 Quadro resumo	39
5 Programação artística	40
5.1 Teatro Nacional de São Carlos	40
5.1.1 Mensagem do diretor artístico	40
5.1.2 Temporada lírica e sinfónica	42
5.2 Companhia Nacional de Bailado	44
5.2.1 Mensagem da diretora artística	44
5.2.2 Temporada de bailado e dança	48
6 Recursos humanos	49
7 Situação económica e financeira	53
8 Aplicação de resultados	61
9 Demonstrações financeiras	62
10 Anexo ao balanço e à demonstração de resultados	67
11 Relatório e parecer do Fiscal Único e certificação legal das contas	78

Abreviaturas

CNB – Companhia Nacional de Bailado
DGTF – Direção-Geral do Tesouro e Finanças
IC – Indemnização Compensatória
IGCP – Instituto de Gestão da Tesouraria e Crédito Público IP
LOE – Linha de Orientação Estratégica
M€ – Milhões de euros
m€ – Milhares de euros
OE – Orçamento de Estado
OPArt – OPArt – Organismo de Produção Artística, E.P.E.
OSP – Orquestra Sinfónica Portuguesa
TC – Teatro Camões
TNSC – Teatro Nacional de São Carlos

1.

Mensagem do Conselho de Administração

O presente Relatório de Gestão e Contas expõe o essencial da atividade desenvolvida pelo OPAr no decurso de 2011, um ano marcado por um conjunto elevado de fatores externos que alteraram radicalmente os pressupostos e as perspetivas iniciais e condicionaram de sobremaneira a programação artística e o desempenho económico e financeiro da empresa.

O início do ano indiciava que estariam reunidas as condições necessárias para a implementação da orientação estratégica definida no ano anterior, com a nomeação de um novo conselho de administração e de novas direções artísticas no Teatro Nacional de São Carlos e na Companhia Nacional de Bailado e com um posicionamento determinado da tutela relativamente a algumas matérias nucleares. Recorde-se o projeto de fusão do Teatro Nacional D. Maria II (TNDM II) e do Teatro Nacional de São João (TNSJ) no OPAr, incluído no Orçamento de Estado de 2011, e que vinha sendo negociado pelo Gabinete da ministra da Cultura com as administrações das três instituições e com o Gabinete do ministro de Estado e das Finanças. Adicionalmente, a tutela detinha, em fase avançada de redação, uma proposta de Estatuto do Bailarino que visava solucionar um dos problemas de maior repercussão na CNB.

Contudo, no primeiro trimestre, verificou-se a demissão de dois membros do conselho de administração, situação que criou problemas imprevistos, tanto institucionais como operacionais, ultrapassados com a nomeação de um novo vogal, em finais de abril. Já nesta data, a tutela do OPAr era exercida por um Governo demissionário que, em virtude dessa circunstância, suspendeu os trabalhos preparatórios referidos no parágrafo anterior.

Até final de junho, altura em que o XIX Governo Constitucional tomou posse, o CA procurou evitar que a alteração governativa e a indefinição relativamente às alterações orgânicas que estavam em estudo tivessem impacto na atividade artística do TNSC e da CNB, assegurando o cumprimento da temporada de 2010/2011.

Em julho, o anúncio do Plano de Redução e Melhoria da Administração Central do Estado, com incidência também no setor empresarial do Estado na área da cultura, permitiu retomar parte do trabalho desenvolvido relativamente à concentração de alguns dos serviços dos teatros nacionais num Agrupamento Complementar de Empresas. O modelo previa, contudo, a manutenção do regime jurídico do TNDM II, do TNSJ, a cisão da CNB do OPAr e a agregação da Cinemateca Portuguesa. Este novo enquadramento foi formalizado na Lei Orgânica da Presidência do Conselho de Ministros, publicada no final de 2011.

Para além das alterações orgânicas promovidas pela tutela, que resultaram em evidentes dificuldades na elaboração de um planeamento de médio e longo prazo, o segundo semestre pautou-se por uma gestão corrente, assente no pressuposto – nunca contrariado –, de que o valor da Indemnização Compensatória (IC) para 2011 seria de igual ao montante de 2010. Do lado da despesa, ciente do esforço de racionalização de custos exigido a todos os quadrantes da Administração Central, o CA implementou medidas orientadas para este desígnio: adoção de um plano de redução de colaboradores; renegociação de condições de fornecedores; e tentativa de redução dos orçamentos relativos à temporada de 2011/2012.

Em outubro de 2011, o Ministério das Finanças comunicou que o valor da IC para 2012 seria inferior ao montante transferido no ano anterior, facto que acarretava graves implicações para o último trimestre do ano, já que o valor em causa não permitia a cobertura integral dos custos salariais e inviabilizava a realização das temporadas artísticas nos moldes aprovados.

Em face deste cenário, o CA deu início a diligências urgentes no sentido de solucionar os problemas suscitados, procurando observar duas premissas essenciais: garantir uma programação artística de qualidade e preservar os postos de trabalho dos seus colaboradores.

Desde logo, foram estabelecidos contactos, por meio de reuniões e de ofícios enviados de forma recorrente, com o ministro de Estado e das Finanças e com o Primeiro-Ministro, no sentido de garantir a correção do valor da IC – mantendo-o no mesmo valor do ano anterior – e clarificar alguns aspetos decisivos para o equilíbrio do exercício de 2011 e para o planeamento orçamental de 2012.

Assim, defendeu-se a aplicação de um regime de isenção de IVA aplicável à IC – à semelhança do que se verifica com o TNSJ – e, também, a transferência de uma verba adicional, relativa à caução judicial que o OPART, no âmbito do litígio que mantém com o maestro Zoltán Peskó, teve de prestar e cujo pagamento – apesar de assegurado pela tutela, no início de 2011 –, nunca se concretizou.

Apesar das insistências, a ausência de respostas conclusivas obrigou à implementação de medidas com impacto imediato, nomeadamente, a elaboração de um plano de redução temporária do período normal de trabalho, nos termos legalmente previstos. Neste sentido, foi comunicado aos colaboradores esta intenção do conselho de administração – validada pela tutela –, e foram iniciadas negociações com os sindicatos e representantes dos corpos artísticos, i.e., músicos, coristas e bailarinos, no sentido de garantir que a aplicação do instrumento legal referido atenderia às especificidades das respetivas atividades e, acima de tudo, implicaria o menor dano possível na progressão das suas carreiras.

Paralelamente, foi solicitado aos diretores artísticos do TNSC e da CNB que apresentassem propostas reformuladas da programação, considerando novos tetos orçamentais e ponderando, caso a caso, os custos associados ao cancelamento de cada récita, concerto ou espetáculo.

O resultado deste trabalho de reformulação das programações foi comunicado à tutela, em reunião havida em 11 de novembro, no decurso da qual o secretário de Estado da Cultura garantiu que seria encontrada uma solução financeira que evitasse o recurso a *lay-off*. Este compromisso foi comunicado aos colaboradores do OPART nesse mesmo dia.

Ainda na sequência da assunção desse compromisso, foram remetidas para aprovação da tutela propostas de temporada cujo valor excede o orçamento no exato montante que se tinha previsto poupar por intermédio do recurso à redução salarial temporária.

Importa frisar que a redução na IC produziu implicações muito significativas não apenas no plano administrativo e financeiro, mas essencialmente na vertente artística. A depauperação da oferta artística, que se reflete também na quebra das receitas de bilheteira e na perda de patrocínios e apoios mecenáticos, não pode ser menosprezada na medida em que compromete seriamente a possibilidade de apresentação de temporadas dignas, que correspondam às obrigações de serviço público acometidas ao TNSC e à CNB, bem como às expectativas do público e da crítica. A este respeito, note-se que a temporada do TNSC sofreu um corte financeiro de cerca de 70%.

A instabilidade política e económico-financeira que caracterizou a atividade do OPART em 2011 não teve consequências mais graves –que chegaram a ser equacionadas como foi o caso do possível encerramento dos teatros ao público –devido à posição de abertura negocial que o CA manteve com os sindicatos, comissões e representantes dos trabalhadores e corpos artísticos, mantendo-os informados e cientes dos cenários que estavam a ser analisados, bem como à receptividade e motivação demonstrada pelos artistas e colaboradores.

Não é possível assegurar a gestão eficiente de duas casas de produção artística com esta dimensão sem conhecer com rigor as premissas orçamentais aplicáveis e sem estar imune a constantes alterações de linhas estratégicas dos Governos. O esforço que foi exigido ao CA, aos diretores artísticos, aos corpos artísticos e aos restantes colaboradores, em 2011, não é comportável nem pode ser replicável e deve ser encarado como absolutamente excecional.

Conselho de Administração do OPART, E.P.E.

2.

Enquadramento

2.1 História da Empresa

No âmbito da implementação do Programa de Restruturação da Administração Central do Estado (PRACE) foi criado o OPART – Organismo de Produção Artística, E.P.E. (OPART) através da transformação do Teatro Nacional de São Carlos e da Companhia Nacional de Bailado numa entidade pública empresarial (EPE).

A integração de ambas as instituições numa entidade com um regime jurídico distinto decorre do Decreto-Lei n.º 160/2007, de 27 de Abril e da Lei Orgânica do Ministério da Cultura, estabelecida no Decreto-Lei n.º 215/2006, de 27 de Outubro, que define o modelo de organização dos seus serviços.

Nos termos dos referidos diplomas legais, a ausência de autonomia financeira condicionava a execução eficiente da missão de serviço público que lhes havia sido confiada, nomeadamente, porque obstava à definição de uma estratégia plurianual, ao planeamento atempado da programação artística, à integração em redes internacionais de coprodução e intercâmbio e à gestão eficiente dos seus recursos. Neste quadro, o legislador entendeu que a figura jurídica da entidade pública empresarial era a mais adequada para garantir aos organismos a plena autonomia administrativa e financeira.

O novo modelo pretendia, portanto, assegurar a autonomia e identidade própria de cada projeto artístico – CNB e TNSC – cada qual dotado da sua própria direção artística, sem prejuízo da coordenação, articulação e partilha de meios, pessoais e materiais, de produção e programação no seio do OPART.

O primeiro triénio de atividade do OPART, 2007-2010 ficou marcado pela estruturação desta EPE, tendo sido elaborados e aprovados os documentos organizativos fundamentais da mesma, nomeadamente o respetivo Regulamento Interno, bem como o Contrato-Programa para o biénio 2008-2009.

Desde então, o projeto organizacional do OPART tem sido limitado pela recorrente demora na apreciação e aprovação dos documentos e planos por parte da tutela, como é exemplificativo o facto de, à data de elaboração deste relatório, não ter sido ainda celebrado o Contrato-Programa relativo ao triénio 2010-2012. Simultaneamente, a situação financeira da empresa tem-se degradado em virtude de o plano de saneamento financeiro, apresentado em 2008 e que previa um aumento de capital estatutário de 4 M euros, ter sido tacitamente aprovado mas só parcialmente executado, com um aumento de 2 M euros realizado em 2009 e com a agravante de, em 2011, se ter verificado uma redução na IC prevista para o ano.

2.2 Os Órgãos Sociais

O Conselho de Administração

Os primeiros meses do ano de 2011 foram marcados pelas demissões de dois dos membros do conselho de administração do OPART, E.P.E, situação que criou problemas institucionais e operacionais, que só ficaram resolvidos com a entrada em funções de um novo vogal, em finais de abril de 2011.

Concretizando:

Jorge Salavisa, à data presidente do CA, apresentou a sua renúncia no dia 25 de janeiro de 2011 e viu a sua cessação de funções confirmada pela ministra da Cultura a partir de 1 de março, tendo assegurado o seu cargo até ao dia 6 de abril de 2011 (data da confirmação ministerial, embora reportando à mencionada data anterior).

César Viana, vogal do CA, colocou o seu lugar à disposição da ministra no dia 10 de fevereiro de 2011. A ministra, posteriormente, confirmou a sua continuidade como vogal do CA do OPART.

Rui Catarino, também vogal do CA, apresentou a sua carta de demissão no dia 11 de fevereiro de 2011, tendo cessado efetivamente as suas funções no dia 31 de março de 2011.

João Villa-Lobos foi nomeado vogal do CA no dia 27 de abril de 2011, ficando assim salvaguardadas as condições mínimas de funcionamento e vinculação deste órgão, apesar da ausência de um presidente do CA.

Esta sequência de acontecimentos trouxe instabilidade à instituição, já que, entre 31 de março e 27 de Abril de 2011, poderia considerar-se que estava posta em causa a legitimidade das medidas necessárias e indispensáveis para a gestão corrente dos vários departamentos e corpos artísticos. É neste contexto que o ofício 993 de 6 de abril, da ministra da Cultura, enviado «aos corpos artísticos, técnicos e administrativos do OPART», referia que «Durante este período transitório, estão assegurados mecanismos de gestão provisória, sob a liderança de César Viana, até à nomeação definitiva do novo conselho de administração do OPART, o que ocorrerá logo que estejam de novo reunidas as condições que o permitam».

Os problemas operacionais decorrentes da situação de instabilidade na instituição foram ultrapassados em permanente contacto e articulação com a dupla tutela (Ministérios das Finanças e da Cultura), com o R.O.C. (que viria a desbloquear a situação através da nomeação do novo vogal do CA, de acordo com o disposto na legislação aplicável às sociedades comerciais) e com um empenho e cooperação particularmente assinaláveis por parte dos diretores artísticos e restantes chefias.

O Fiscal Único

Por despacho conjunto dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e da cultura, datado de 30 de novembro de 2010, foi nomeado:

Efetivo: António Manuel Castanho Miranda Ribeiro, inscrito na Ordem dos Revisores Oficiais de Contas com o n.º 778, com domicílio profissional na Rua Mouzinho da Silveira n.º 27 7D, 1250-166 Lisboa.

Suplente: Adelino Lopes Aguiar, inscrito na Ordem dos Revisores Oficiais de Contas com o n.º 644, com domicílio profissional na Rua Major Neutel de Abreu n.º 5, 4.º Esq., 1500-409 Lisboa.

Atendendo a que esta nomeação apenas foi comunicada ao OPART e aos interessados em março de 2011, o anterior Fiscal Único manteve-se em funções até esta data.

2.3 Os diretores artísticos

O atual Diretor Artístico do TNSC, Martin André, foi nomeado por despacho conjunto dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e da cultura, de 20 de maio de 2010. O seu mandato teve início no dia 1 de agosto de 2010 e terminará no dia 31 de julho de 2013.

A atual Diretora Artística da CNB, Luisa Taveira, foi nomeada por despacho conjunto dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e da cultura, de 29 de setembro de 2010. O seu mandato teve início no dia 1 de outubro de 2010 e terminará no dia 30 de setembro de 2013.

2.4 Evolução da situação económico-financeira

O Decreto-Lei n.º 160/2007 estabelece que «o OPART sucede automática e globalmente ao Teatro Nacional de São Carlos e à Companhia Nacional de Bailado, continuando a personalidade jurídica destes, conservando a universalidade dos bens, direitos e obrigações, integrantes da sua esfera jurídica no momento da transformação» (n.º 1 do artigo 10.º). Ante o exposto, o balanço de abertura apresentava uma situação líquida de 1,5 M euros, incluindo a

totalidade do saldo orçamental proveniente do orçamento das duas entidades, no valor de 7,1 M euros. Desta forma, até ao final do ano 2007 (julho a dezembro) só ficaram libertos para o financiamento das despesas de funcionamento do OPArt 1,5 M euros, originando um resultado de -7,6 M euros e uma situação líquida negativa de -4,1 M euros.

Este contexto exigia um aumento urgente de capital que colocasse o OPArt numa situação financeira mais estável e garantisse um capital próprio positivo.

A Direção-Geral do Tesouro e Finanças reconheceu, na sua análise ao Relatório de Gestão e Contas de 2007, que o «facto de não ter ocorrido o saneamento financeiro das entidades antecessoras desta empresa, antes da sua constituição, condicionou a obtenção de melhores resultados...» e, conseqüentemente, o despacho conjunto dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e da cultura que aprova o Relatório e Contas de 2007 determina que o conselho de administração do OPArt deve apresentar um plano de reestruturação financeira que vise conferir à entidade a «necessária sustentabilidade económica e financeira».

O plano de reestruturação pedido foi entregue em outubro de 2008, prevendo um aumento de capital de 4 M euros, a realizar de forma faseada até 2010 – 2 M euros em 2008, 1 M euros em 2009 e 1 M euros em 2010. Apesar de não ter havido uma aprovação formal do plano apresentado, em 2008, nos termos do referido documento, foi realizado um aumento de capital de 2 M euros, elevando o capital estatutário da entidade para 4 M euros. O primeiro ano completo de funcionamento do OPArt – 2008 – acabou, assim, com um resultado equilibrado (38 m euros).

O ano de 2009 contou com uma indemnização compensatória líquida igual à de 2008 (18,3 M euros) para fazer face a um aumento de custos de estrutura decorrente dos custos com pessoal – resultantes dos aumentos salariais e do vencimento de diuturnidades resultantes dos contratos de trabalho celebrados no passado. Dessa forma e para não repercutir estes aumentos de forma negativa nos orçamentos destinados à produção, o resultado apresentado foi de 568 m euros negativos (para 666 m euros negativos orçamentados).

A existência do OPArt tem sido marcada pela instabilidade e incerteza do ponto de vista económico e financeiro, geradas pelo atraso, ou inexistência, dos contratos-programa (o contrato programa do triénio 2010/2012 não foi formalizado até à data) e a decorrente instabilidade a nível da sua tesouraria.

Esta situação permanente condiciona a capacidade de negociação da empresa e obriga-a a adiar decisões estratégicas e de investimento. Como se sabe, as temporadas decorrem entre setembro de um ano e junho do ano seguinte, o que significa que aquando do anúncio das temporadas (normalmente em abril/maio), não se conhece com rigor o valor do orçamento disponível para a sua execução. Foi este facto que levou a que, em 2011, a temporada anunciada, para 2011-2012, tivesse que ser reformulada: o pressuposto inicial de que a IC se iria manter face aos anos anteriores não se verificou. Conforme referido, foi comunicado em outubro que a IC iria sofrer um corte significativo, o que obrigou ao cancelamento de produções previstas e à devolução do valor dos bilhetes entretanto já vendidos.

Da situação de indefinição descrita decorre, igualmente, a inevitabilidade do OPArt contrair empréstimos junto da DGTF. Note-se que, em 2009, a IC só foi libertada em outubro; em 2010, em dezembro; e, em 2011, também em dezembro.

O Plano de Atividades e Orçamento (PAO) para o ano de 2011 foi apresentado, de acordo com o previsto nos estatutos, em novembro de 2010. Esse plano assentava numa série de pressupostos considerados como fundamentais para o exercício cabal da missão de serviço público atribuída ao OPArt. Este plano não cumpria integralmente as orientações do Governo para o Setor Empresarial do Estado no que respeita, nomeadamente, à redução de custos operacionais de 15%, situação que era do conhecimento da tutela setorial e que se devia ao facto do cumprimento desta orientação obrigar a uma reestruturação profunda na organização, com implicações em termos de reduções de pessoal e, conseqüentemente, com impacto na qualidade e número de espetáculos da programação apresentada pela CNB e pelo TNSC.

Em fevereiro de 2011, foi comunicada ao OPArt a necessidade de apresentação de um plano que aproximasse a entidade do cumprimento dessas orientações. Foi, então, apresentada uma

segunda versão do PAO, que incluía cenários alternativos com diferentes graus de cumprimento das metas definidas para a redução de custos, para 2011, no SEE.

Todos os cenários pressupunham uma IC de montante equivalente ao dos anos anteriores (18,374 M euros líquidos), não tendo sido comunicada qualquer instrução em contrário.

A redução da IC do ano para 17,756 M euros líquidos foi transmitida apenas em outubro, altura em que todos os compromissos até ao final do ano já estão feitos.

Para além desta redução, com enorme impacto a nível da tesouraria, foi necessário proceder a uma caução judicial de 450.471 euros relativa ao litígio que o OPAr mantém com o Maestro Zoltán Peskó, suportada pelo OPAr, no quadro da IC ordinária, situação que contraria o acordado com a tutela e que constitui uma redução no montante efetivamente disponível para a atividade regular da empresa. Com efeito, em face da avultada caução judicial exigida ao OPAr, a tutela garantiu no início de 2011 que reforçaria a IC prevista no montante necessário para solucionar esta exigência jurídica, o que não veio a concretizar-se.

Na ausência de resposta às versões do PAO que foram apresentadas e aos diversos pedidos de esclarecimento, a atividade da empresa foi desenvolvida tendo como referência o orçamento inicialmente apresentado (como foi sendo repetidamente mencionado em todos os documentos enviados à tutela).

Não obstante, e tendo presente a necessidade de aproximação às metas anunciadas, implementou-se uma estratégia de redução de custos operacionais sustentada na revisão dos orçamentos de produções, em junho, e na abordagem a todos os fornecedores no sentido de negociar reduções de custos.

Em outubro, foi comunicada pela tutela a inesperada redução da IC do próprio ano, cujo valor não permitia cobrir integralmente os custos dos recursos humanos, que representavam cerca de 83% da estrutura de custos da empresa.

Este novo cenário que, para além de inviabilizar a realização de qualquer atividade artística, não permitia honrar os compromissos assumidos junto dos colaboradores - em termos de remunerações -, obrigou à adoção de medidas de impacto imediato, nomeadamente, a reformulação das temporadas artísticas e a renegociação de condições junto de fornecedores.

Perante o conjunto de medidas que foram implementadas num curto espaço de tempo, foi possível concluir o exercício com um resultado de 29.781€ ou seja, acomodando razoavelmente o corte da IC, mas sem evitar que os recorrentes problemas de tesouraria subsistam.

3.

Governo da Sociedade

3.1 Missão, Objetivos e Políticas da Empresa

3.1.1 Missão

O OPART tem como missão a prestação de um serviço público de âmbito nacional descentralizado, nas áreas da música erudita, ópera e bailado, através da criação e apresentação de produções de reconhecida qualidade artística e técnica, que promovam o conhecimento e a fruição cultural dos cidadãos.

No âmbito da sua missão, o OPART deverá fomentar a cooperação e racionalização de recursos artísticos, técnicos e de suporte, no sentido de garantir o desenvolvimento de uma programação de excelência, em estrito respeito pela identidade própria dos seus corpos artísticos: a Orquestra Sinfónica Portuguesa, o Coro do Teatro Nacional de São Carlos e a Companhia Nacional de Bailado.

A atividade de produção artística prosseguida pelo OPART deverá, sempre que possível, conjugar a divulgação de autores e obras clássicas com a promoção da criação contemporânea portuguesa, nos domínios da música erudita, ópera e bailado; e ser complementada com o estudo, preservação e divulgação dos seus acervos, bem como com a realização de iniciativas orientadas para a criação de novos públicos contribuindo, assim, para o reforço do seu papel de instituição de referência junto do público, profissionais e demais agentes culturais.

3.1.2 Objetivos e seu grau de cumprimento

3.1.2.1 Enquadramento dos objetivos na estratégia da empresa

3.1.2.2 Grau de cumprimento dos objetivos em 2011

Em virtude de terem sido apresentados em 2010 e 2011, em primeiro lugar, um plano de Atividades e Orçamento que não foi aprovado pela tutela e, numa segunda fase, um conjunto de Plano de Atividades e Orçamento com quatro cenários possíveis, sem que nenhum tivesse sido aprovado, não é possível à data fazer qualquer avaliação de objetivos e o seu grau de cumprimento, em virtude de não existir base de avaliação.

3.2 Regulamentos internos e externos

Encontra-se em vigor o Regulamento Interno previsto no artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 160/2007, de 27 de abril, aprovado por despacho do Secretário de Estado da Cultura, em 22 de outubro de 2007.

A Autoridade para as Condições de Trabalho validou o regulamento interno em 22 de novembro de 2007, tendo o seu texto sido distribuído em mão a cada um dos colaboradores do OPART em dezembro de 2007. Seguiu-se a nomeação dos responsáveis de 1.ª linha que entraram em funções, tal como o regulamento interno em vigor, a 1 de janeiro de 2008.

Em termos substantivos, o Regulamento Interno do OPART consagra a autonomia de ambas as identidades artísticas (TNSC e CNB), cada qual dotada do seu diretor artístico.

Os diretores artísticos estão investidos de todos os necessários poderes de superintendência na produção, programação, comunicação e projetos educativos, domínios indispensáveis para o desempenho das suas respetivas competências como garante da coerência, da excelência artística e da imagem que dela se projeta nacional e internacionalmente.

As áreas de suporte (Administrativo-Financeira, Recursos Humanos, Jurídica, Sistemas de informação etc.) encontram-se, por seu turno, concentradas de forma a melhor servir toda a organização, independentemente da identidade artística.

Estão neste momento em curso a revisão dos Regulamentos Internos da Orquestra Sinfónica Portuguesa e do Coro do Teatro Nacional de São Carlos. Pretende-se adequar estes instrumentos de organização laboral a uma realidade profissional que evoluiu bastante desde o tempo em que foram aprovados, tornando assim algumas das suas disposições obsoletas. Também o regime laboral dos técnicos adstritos ao trabalho de palco tem sido alvo de persistentes negociações com os trabalhadores do setor, com vista a uma flexibilização do horário de trabalho, mais condizente com as exigências do trabalho artístico.

3.3 Transações Relevantes com Entidades Relacionadas

Não existem transações relevantes com entidades relacionadas, com exceção da transferência para o OPART, E.P.E. do montante de indemnização compensatória prevista no n.º 5 do artigo 2.º dos seus estatutos.

3.4 Outras Transações

O OPART – Organismo de Produção Artística, E.P.E., com a entrada em vigor do Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, passou a aplicar este normativo legal à contratação pública.

Não existem transações que tenham ocorrido fora de mercado nem existe registo de fornecedores que representem mais de 5% dos fornecimentos e serviços externos com valor superior a 1M€.

3.5 Modelo de Governo e Identificação dos Membros dos Órgãos Sociais

Cargo	Órgãos Sociais	Eleição	Mandato
	Conselho de Administração		
Presidente ⁽²⁾	José Jorge Salavisa Martins Godinho		
Vogal ⁽¹⁾	Rui André Catarino Fernandes Rodrigues Gonçalves	Resolução n.º 18/2010 de 20 de maio	2010 a 2012
Vogal	César Aires Oliveira Melo Nunes Viana		
Vogal	João Pedro Villa-Lobos Monteiro Nunes	Nomeado a 27/04/2011	
	Fiscal Único		
Efetivo	António Manuel Castanho Miranda Ribeiro	DC 30 Nov. 2010	2010 a 2012
Suplente	Adelino Lopes Aguiar		
Notas			
	1 Renuncia em 31-03-2011		
	2 Renuncia em 06-04-2011		

3.5.1 Membros dos Órgãos Sociais – Funções e Responsabilidades

Os estatutos do OPART definem como Órgãos Sociais o Conselho de Administração, composto por três membros, e o Fiscal Único, com as competências fixadas na lei e nos próprios estatutos.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Na sequência da renúncia, em março de 2011, do presidente e de um dos vogais nomeados – Jorge Salavisa e Rui Catarino, respetivamente – e porque o Conselho de Administração se vincula através de duas assinaturas, foi nomeado o vogal João Villa-Lobos, não tendo sido efetuada qualquer nomeação para as funções de presidente.

Assim, são atualmente membros do Conselho de Administração:

César Aires Oliveira Melo Nunes Viana (Vogal)

Em função das suas habilitações e experiência, foram reservadas para si as matérias relativas à Gestão Artística Operacional e à Comunicação e Imagem.

João Pedro Villa-Lobos Monteiro Nunes (Vogal)

Em função das suas habilitações e experiência, foram determinadas as suas áreas de atuação nas matérias relativas à área Financeira e Administrativa, ao Património, aos Recursos Humanos e à Informática.

ÓRGÃO DE FISCALIZAÇÃO

António Manuel Castanho Miranda Ribeiro (Fiscal Único)

O Fiscal Único tem as competências, os poderes e os deveres estabelecidos na lei e no Artigo 15.º dos Estatutos do OPART, E.P.E.

O atual Fiscal Único foi nomeado para o triénio 2010/2012 pelo despacho conjunto dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e da cultura de 30 de novembro de 2010. No entanto, como apenas foi dado conhecimento deste despacho aos interessados em março de 2011, o anterior Fiscal Único manteve-se em funções até essa data.

3.5.2 Currícula dos membros do Conselho de Administração

César Aires Oliveira Melo Nunes Viana

CÉSAR VIANA

Compositor, flautista, diretor musical

Diretor artístico e administrador de diversas instituições culturais

Informação pessoal

Nacionalidade

Inglês

Data de nascimento

2 de julho de 1963

Formação Académica

Licenciatura em Ciências Musicais (2001, Universidade Nova de Lisboa)

Diploma Superior de Composição (1998, Escola Superior de Música de Lisboa)

Diploma de Flauta de Bisel (1996, Conservatório Nacional – Lisboa)

Línguas

Português – nativo; Espanhol – excelente; Inglês – excelente; Francês – excelente; Italiano – regular.

Experiência profissional

OPArt, E.P.E. (maio 2010 – presente)

Elemento do Conselho de Administração do OPArt, organismo que gere o Teatro Nacional de São Carlos e a Companhia Nacional de Bailado.

ORQUESTRA METROPOLITANA DE LISBOA (setembro 2007 – maio 2010)

Assessor artístico: assistente do diretor artístico (Augustin Dumay) e responsável pela coordenação da atividade artística;

Diretor do conservatório associado à orquestra (todos os níveis, de básico a superior).

FUNDAÇÃO CAJA DUERO (outubro 2004 – julho 2007)

Coordenador das atividades musicais do projeto de Maria João Pires (concertos, oficinas, coro de crianças).

BELGAIS – CENTRO PARA O ESTUDO DAS ARTES (setembro 2002 – agosto 2007)

Diretor Artístico: programação e coordenação da produção de concertos, festivais, oficinas artísticas e atividades pedagógicas programadas pelo centro fundado por Maria João Pires.

INSTITUTO GREGORIANO DE LISBOA (setembro 1997 – julho 2002)

Professor de Análise, Composição e Música de Câmara.

SINFONIA B (fevereiro 1995 – dezembro 2005)

Diretor Artístico e Titular da orquestra. Concertos nos principais auditórios de Portugal e gravações para diversas etiquetas internacionais (EMI, RCA, BMG, etc.)

ESCOLA DE DANÇA DO CONSERVATÓRIO NACIONAL (setembro 1989 – julho 2002)

Coordenador da disciplina de Música; compositor residente da «Oficina Coreográfica».

Edições discográficas

como diretor musical [1] ou como flautista [2]

Música no Mosteiro dos Jerónimos (com o Escobar Ensemble – dir: Ivan Moody) – Philips [2]; Mozart – Masonic Works (à frente da orquestra Sinfonia B) – EMI classics [1]; Sousa Carvalho – Orchestral Works (à frente da orquestra Sinfonia B) – EMI classics [1]; Martin Codax – Cantigas (com o agrupamento Vozes Alfonsinas, dir. Manuel Pedro Ferreira) – Xerais [2]; Portuguese Composers, 19th century (à frente da orquestra Sinfonia B, com os solistas Matthias Trapp e Luís Cunha) – RCA classics [1]; Tribute to George Gershwin (à frente da orquestra RIAS Big Band Berlin) – BMG [1]; La Mar de la Musica (com o agrupamento Vozes Alfonsinas, dir. Manuel Pedro Ferreira) – EMI classics [2]; Handel – Recorder Sonatas (com Cristiano Holtz, Mika Suihkonen, Nuno Miranda) – Bajja Records [2]; The Time of the Troubadours (com o agrupamento Vozes Alfonsinas, dir. Manuel Pedro Ferreira) – Strauss [2]; Birundum (música medieval) – Resonare [2]; Tanta Guerra, Tanto Engano (com o ensemble Iberiana) – Resonare [2]; Vivaldi – 4 Stagioni (à frente da orquestra Sinfonia B e com Luís Cunha como solista) – Bajja Records [1]; Bomtempo – 2 Sinfonias (à frente da Hannover Philharmoniker – NDR) – Strauss [1].

Programas para a rádio

RÁDIO E TELEVISÃO DE PORTUGAL – Antena 2 (março 2007 – presente), autor de «Música em Si» na RDP – Antena 2; RADIO NACIONAL DE ESPAÑA – Radio Clásica (setembro 2008 – julho 2010), autor de «Solo Canciones – Canções de Portugal» e «Músicas de Portugal», RÁDIO E TELEVISÃO DE PORTUGAL – Antena 2 (setembro 1998 – julho 1999) Coautoria de «CD e LP».

Composições e atividade instrumental

Teve como professores de composição Christopher Bochmann e Constança Capdeville. Recebeu encomendas do Ballet Gulbenkian, Companhia Nacional de Bailado, Festival Internacional de Mafra, Rencontres Musicales Internationales des Graves (Bordeaux, França), Gaia Festival (Zurique, Suíça), Orquestra Metropolitana de Lisboa, Teatro da Trindade, Companhia Portuguesa de Bailado Contemporâneo, Quarteto São Roque, Festival CriaSons, Festival Lisboa Mistura, Orquestra Barroca de Schaffhausen (Suíça), entre outras instituições.

De entre os intérpretes das suas obras de câmara destacam-se Luís Cunha, Luís Andrade, Teimuraz Janikashvili, Quarteto São Roque, Liviu Scripcaru, Daniel Garlitsky, Natalia Tchitch, Tatiana Samouil, Filipe Pinto-Ribeiro, Adrian Florescu, Gerardo Gramajo, Pavel Gomziakov, Daniel Schvetz, Bertrand Raoulx e Carlo Colombo.

Na qualidade de instrumentista, o seu repertório abrange obras do período medieval à música contemporânea, do shakuhachi japonês às gaitas de pastores, do barroco à música sefardita. Colaborou com os músicos Nuno Torka Miranda, Mika Suihkonen, Cristiano Holtz, Maria João Pires, Annemieke Cantor, Hugo Naessens, Natalia Tchitch, Daniel Garlitsky, etc. Também se apresenta com a orquestra Sinfonia B e os ensembles Birundum, Cobras e Son e Vozes Alfonsinas. Esta multiplicidade de referências musicais contribui para um universo musical rico e variado que se reflete de forma evidente nas suas composições.

Ecoss na Imprensa

«As últimas peças, chamadas «Lisboa-Porto» e «Café-Oriente» foram a mistura por excelência. A primeira, ainda com alguns toques muito tradicionais, foi acima de tudo um belo espetáculo de dança. A segunda, composta por César Viana (shakahachi), incluiu a viola (tocada por Natasha Tchitch) para pensar o gamelão como um instrumento como os outros, já amadurecido. Pensar no gamelão sem a sua carga histórica que leva os compositores deste instrumento quase sempre para sonoridades muito tradicionais, muito ligadas aos «clichés» do instrumento. Uma peça muito bem conseguida, que fechou bem um festival que tenta misturar culturas e artes, como é o Lisboa Mistura.» (Sarah, Sapó Cultura)

*«Cesar Viana's new work for two bassoons was received by an enthusiastic and appreciative audience at a recent concert in Canada of the Peterborough Symphony. Carlo Colombo and Bertrand Raoulx presented the piece as an encore to their performance (...)
The beautiful single movement piece: Fate, was born from the Portuguese music genre Fado (...)
As is typical of this style, the duet comprises a long, ornate, highly melodic ballad full of emotional intensity. As the two lines intertwine one should hear the laments of shattered dreams and romances. Viana has created a work which showcases the wide range of colors and registers of the bassoon and gives the performers the freedom to create a performance long to be remembered by the audience.»* (Anne Wild – Havelock, Ontário, Canadá, IDSL Magazine)

«(...) Then we were treated to the delights of Fonseca's new work, Edzer. (...) The work is helped enormously by his happy choice of collaborators: Teresa Martins, for the exotic and colourful

costumes that flow so well, and the very descriptive music of Cesar Viana, which was highlighted by the delightful appearance onstage of the Batucadeiras Netas de nha Cabral, a wonderful, thigh slapping and gusty singing group.(...) In this work we can really see a mixture of races and cultures coming together to create a cohesive work of true art. Not to be missed. (...) They fully deserved the standing ovation they received at the end of this magical evening.» (Patrick Hurde, Dance Europe)

«Las otras son claramente modernas; la mejor de ellas fue «...dnp...» (de verdad así se llama, con las comillas, los puntos suspensivos y las minúsculas), de César Viana. El nombre es mínimo y la obra minimalista, aunque sin excesos. Indudablemente es la pieza más trabajada de las presentadas. No es molesta por disonante, es atractiva y por momentos, muy bella en su sencillez extrema. Las cuatro voces instrumentales son protagónicas y requieren de instrumentistas muy calificados para la música contemporánea. Esa noche los hubieron.» (Rogelio Macías Sánchez, Cambio de Michoacán)

«César Viana é um contemporâneo nosso muito dotado, de uma combinação rara. As suas obras são provas de um espírito lúcido, engenhoso e entusiástico e, por outro lado, de uma sensibilidade e emocionalidade quase românticas. Estas características são unidas a técnicas de composição modernas, muitas vezes vanguardistas. (...)» (Christine Wasermann Beirão, Notas Químicas)

«Die Melodie, die der portugiesische Komponist, Musiker und Dirigent César Viana in seinem 2009 uraufgeführten Werk 'Sermaf' variiert, kann man hingegen kaum einen 'Gassenhauer' nennen. Zumindest in unseren Breiten nicht. Es handelt sich nämlich um ein Volkslied aus der russischen Teilrepublik Adyghea im Nordkaukasus: eine sehnsüchtige Melodie, die mit bordunartigen Klängen reizvolle Spannung zwischen Melancholie und Vorwärtsdrang erzeugt. Viana war fasziniert von der Musik dieser Region. Seine Variationen gewinnen dem Thema teils dramatische, teils geradezu orchestrale Wirkung und fantastische Klangfarben ab. Die Bratscherin Natalia Tchitch gab das Werk in Auftrag und spielt auch die Schweizer Erstaufführung beim GAIA-Festival.» (Jürgen Hartmann, Gaia festival)

«(...) The symphonies are given fine performances; the Hanover Philharmonic play stylishly, albeit on modern instruments, and César Viana conducts with sympathetic understanding. The excellent recording allows the detail to shine through, yet has a warm, natural quality. A valuable and highly enjoyable issue.» (Gwyn Parry-Jones, Musicweb International)

«Moscovo, 24 Mai (Lusa) – O dueto de música erudita, constituído pela violonista russa Tatiana Samuil e pelo pianista português Filipe Pinto-Ribeiro, realizaram, no sábado e domingo, dois concertos com sala cheia em São Petersburgo e em Moscovo. Em São Petersburgo, cidade também conhecida como a capital setentrional da Rússia, o concerto teve lugar na sala de concertos do Palácio de Catarina, a Grande, no âmbito do Festival Internacional de Música "Todas as Bandeiras". Em Moscovo, o concerto decorreu na Sala de Rakhmaninov do Conservatório Estatal Tchaikovski, no âmbito do Festival Internacional de Música Som Universal, tendo ambos os concertos tido lugar em salas praticamente cheias. O público aplaudiu a "Romanza para violino e piano de José Vianna da Mota (1868-1948) e recebeu bem a peça "Danses Brisées", a mais recente criação do compositor contemporâneo César Viana (1963), que teve estreia mundial em São Petersburgo e Moscovo.» (Lusa)

«A peça "Danses Brisées", a mais recente criação do compositor César Viana, é estreada em duas das mais importantes salas russas, quinta (dia 20) e sexta-feira (dia 21). "Danses brisées" é tocada quinta-feira, dia 20, na Concertny Zal do Palácio de Catarina, a Grande, no âmbito do Festival Internacional de Música Vse Flagy, e sexta-feira, dia 21, na Sala Rachmaninoff, ambas em Moscovo, integrando a programação do Festival Internacional de Música Universos de Som. A peça será interpretada pela violinista Tatiana Samouil e pelo pianista Filipe Pinto-Ribeiro, que a encomendaram ao compositor, e que agora a estreiam na Rússia.» (Diário de Notícias)

João Pedro Villa-Lobos Monteiro Nunes

JOÃO VILLA-LOBOS
Administrador executivo
Gestor público
Consultor financeiro

Apresentação

Nos últimos sete anos, desenvolveu funções de administração executiva em empresas na área da Finança e da Cultura em Portugal.

Aplicou, nesses últimos anos, os conhecimentos que adquiriu na formação académica (Economia), mas também na experiência profissional de auditoria e de administração de empresas.

Tem vindo a gerir orçamentos anuais superiores a 5 milhões de euros, em organizações com mais de 150 pessoas, onde teve como desafio principal gerir, requalificar, reorganizar e melhorar as estruturas, permanentemente sujeito a condicionalismos de natureza orçamental.

Em todas as empresas em que esteve procurou pôr em prática um dos esquemas mais simples e mais claros do relacionamento da empresa com o meio onde se insere e que destaca a importância da estrutura interna como meio para atingir o objetivo final, isto é, sem a estrutura otimizada é impossível utilizar a Sociedade como base e objetivo final da missão a que nos propomos.

Nas estruturas em que teve a felicidade de colaborar, uma das partes mais importantes, e que conseguiu impulsionar, foi sem dúvida a parte de motivação dos recursos humanos. Considera que a hierarquia é um dos valores principais para o sucesso de qualquer organização, quer no sentido ascendente quer no sentido descendente das informações.

Informação pessoal

Nacionalidade

Portuguesa

Data de nascimento

14 de fevereiro de 1975

Formação académica e profissional

Licenciatura em Economia pela Universidade Lusíada, concluída em 2004.

Pós-graduação em Fiscalidade pela Universidade Lusíada.

Atualmente inscrito no Master in Business Consulting no ISEG.

Conferências relevantes académica e profissionalmente

MIPIM 2001/2002/2003 e 2005

Barcelona meeting point 2003/2004 e 2008

Paris meeting point 2005/2006 e 2007

Tecnologias Informação SAS – SAS 2007

ANQ – Projeção e avaliação das metas e métodos (2009)

Economia e Teatro: Desafios em Tempos de Crise (2010)

Experiência profissional relevante

Desde início de 2011

OPArt, E.P.E. (organismo de gestão do Teatro Nacional de São Carlos, Orquestra Sinfónica Portuguesa e Companhia Nacional de Bailado): área cultural – ópera / bailado – na função de Gestor Público com o cargo de administrador – pelouros Financeiro, Administrativo e Recursos Humanos.

De dezembro de 2010 a março de 2011

Teatro Nacional D. Maria II, EPE Cultural: Teatro – na função de Gestor Público com o cargo de administrador – pelouros Financeiro, Administrativo e Recursos Humanos.

De junho de 2007 a março de 2010

AMEC – Associação Música Educação e Cultura – METROPOLITANA: área cultural – pedagógica na função de vogal da direção – pelouros Financeiro, Administrativo e Recursos Humanos.

De agosto de 2006 a outubro de 2009

Banco Espírito Santo Financeiro Assurfinance – Consultoria na área financeira, gestão de créditos e reestruturações; aconselhamento na tomada de investimentos. Especialidade em produtos financeiros.

De agosto de 2004 a julho de 2007

Racionalmente, S.A. – Gestão de empresas, auditoria e contabilidade – Consultor Sénior.
– Consultor financeiro de empresas e privados, especializado na negociação de créditos e de incumprimentos junto da banca.
– Reestruturação de empresas.

De agosto de 2004 a julho de 2009

Lusofuturo, S.A. Investimentos Financeiros – Administrador – gestão de investimentos; representante em Portugal de investidores estrangeiros.

De janeiro de 2001 a maio de 2004

Kumfute, S.A. Promoção imobiliária – Consultor Sénior – Negociação de investimentos, coordenação da gestão de investimentos; criação de planos financeiros e venda de projetos de investimentos em Portugal e no Estrangeiro.

De agosto de 1999 a julho de 2002

IES ROC – Revisão Oficial de Contas – Consultor Júnior – Preparação de documentos para a auditoria; execução de tarefas assessorias à auditoria; acompanhamento da auditoria; análise de contas;
Realização de relatórios conducentes à Certificação Legal de Contas.

De agosto de 1994 a setembro de 1996

AM Pereira, Júdice e Associados Advogados – Ajudante de contabilidade (part-time) – preparação de documentos para faturação; outras tarefas assessorias à faturação.

Informação complementar relevante

Línguas

Inglês – Bom (escrito e falado)

Francês – Bom (compreensão); Médio (falado)

Espanhol – Médio (compreensão)

Informática

Domínio das ferramentas informáticas habituais (Office), utilizador de Mac e PC; conhecimentos elementares na área da programação.

Desporto

Natação, equitação e golfe.

3.6 Remunerações dos membros dos Órgãos Sociais

3.6.1 Estatuto remuneratório fixado

Não foi fixado novo estatuto remuneratório aquando da nomeação do Conselho de Administração para o triénio 2010/2012, pelo que se mantiveram as remunerações fixadas para o CA anterior.

1. Conselho de Administração

Administradores Executivos
Ano 2011

Presidente

Remuneração – €5.400,00, 14 vezes por ano
Subsidio de alimentação – €5,05 (valor diário)

Vogais

Remuneração – €4.500,00, 14 vezes por ano
Subsidio de alimentação – €5,05 (valor diário)
Sobre as remunerações acima mencionadas incidem as reduções previstas na Lei 12A/2010 (5%) e na Lei 55A/2010.

2. Fiscal Único

Ano 2011
Fiscal Único – €1.100,00, 12 vezes por ano

3.6.2 Remunerações e outras regalias

Conselho de Administração Remunerações 2011 - Mandato 1

	Presidente (a)	Vogal (1) (b)	Vogal (2)	Vogal (3) (d)
1. Remuneração				
1.1. Remuneração base Anual/Fixa	24.030,00 €	19.125,00 €	54.000,00 €	36.427,50 €
1.2. Redução decorrente da Lei nº 12-A/2010	1.201,50 €	956,25 €	2.700,00 €	1.800,00 €
1.3. Redução decorrente da Lei nº 55-A/2010	2.282,85 €	1.816,88 €	5.130,00 €	3.462,75 €
1.4. Remuneração Anual Efectiva (1.1-1.2-1.3)	20.545,65 €	16.351,87 €	46.170,00 €	31.164,75 €
1.5. Senha de Presença	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
1.6. Acumulação de Funções de Gestão	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
1.7. Remuneração Variável	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
1.8. IHT (Isenção de Horário de Trabalho)	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
1.9. Outras - férias/ natal (c/ reduc)	7.053,75 €	5.878,12 €	7.695,00 €	5.327,90 €
2. Outras Regalias e Compensações				
2.1. Plafond Anual em Comunicações Móveis	1.440,00 €	1.440,00 €	1.440,00 €	1.440,00 €
2.2. Gastos na Utilização de Comunicações Móveis	295,25 €	698,98 €	1.908,23 €	1.020,38 €
2.3. Subsídio de deslocação				
2.4. Subsídio de refeição	338,35 €	292,90 €	1.232,20 €	838,30 €
2.5. Outros (Ajudas de Custo)	0,00 €	583,73 €	505,24 €	25,10 €
3. Encargos com benefícios sociais				
3.1. Regime de Protecção Social	4.526,30 €	4.668,30 €	11.311,65 €	7.408,01 €
3.2. Seguros de Saúde	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
3.3. Seguros de Vida	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
3.4. Seguro de Acidentes Pessoais	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
3.5. Outros (identificar detalhadamente)	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
4. Parque Automóvel				
4.1. Marca				
4.2. Modelo				
4.3. Matrícula				
4.4. Modalidade de Utilização (Aquisição/ ALD/ Renting/ Leasing)	Aluguer ocasional	Aluguer ocasional	Aluguer ocasional	Aluguer ocasional
4.5. Valor de Referência da Viatura Nova				
4.6. Ano Início				
4.7. Ano Termo				
4.8. Nº de Prestações (se aplicável)				
4.9. Valor Residual				
4.10. Valor de renda/ prestação anual da viatura de serviço	3.251,90 €	2.497,88 €	9.583,04 €	6.187,63 €
4.11. Combustível Gasto com a Viatura	868,62 €	464,74 €	1.728,40 €	2.273,25 €
4.12. Plafond anual de combustível atribuído	3.000,00 €	3.000,00 €	3.000,00 €	3.000,00 €
4.13. Outros (identificar detalhadamente)				
5. Informações adicionais				
5.1. Opção pela remuneração do Lugar de Origem (s/n)	Não	Não	Não	Não
5.2. Remuneração Iliquida Anual pelo Lugar de Origem	-	-	-	-
5.3. Regime de Protecção Social				
5.3.1. Segurança Social (s/n)	Sim	Sim	Sim	Sim
5.3.2. Outro (indicar)	-	-	-	-
5.4. Exercício de funções remuneradas fora do grupo (s/n)	Não	Sim (c)	Não	Não
5.5. Outras (identificar detalhadamente)	-	-	-	-

Presidente
José Jorge Salavisa Martins Godinho

Vogais
(1) Rui André Catarino Fernandes Rodrigues Gonçalves
(2) César Aires Oliveira Melo Nunes Viana
(3) João Pedro Villa-Lobos Monteiro Nunes - Início 28/04/2011

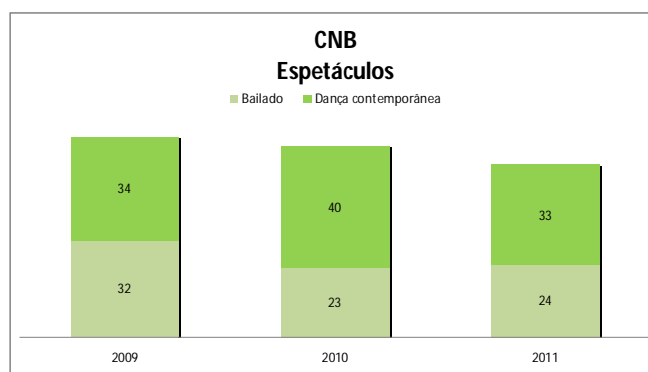
(a) Cessação em 07/04/2011
(b) Cessação em 01/04/2011
(c) Como docente na Escola Superior de Teatro e Cinema
(d) Início 28/04/2011

3.7 Análise de sustentabilidade da empresa

3.7.1 Estratégias adotadas e grau de cumprimento das metas fixadas

A manutenção dos padrões de excelência de ambas as entidades artísticas é exclusivamente garantida pelo critério e opções dos diretores artísticos que, nos termos da lei, são nomeados pelo Governo. Neste contexto, as programações artísticas do Teatro Nacional de São Carlos e da Companhia Nacional de Bailado são da exclusiva responsabilidade dos respetivos diretores artísticos.

Considere-se a evolução da estrutura da oferta (n.º de espetáculos) por tipo de espetáculos (bailados e dança contemporânea) da Companhia Nacional de Bailado:



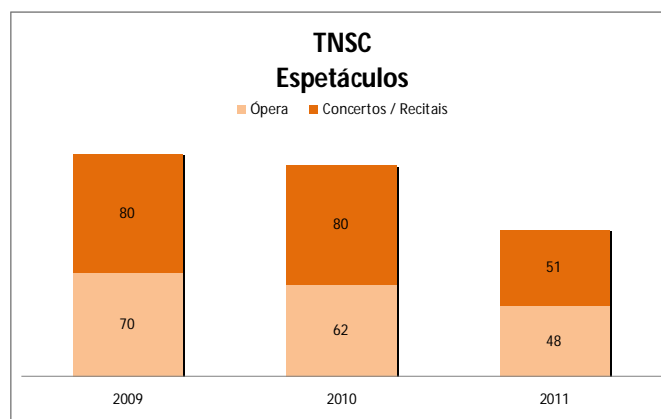
Através da análise do gráfico verifica-se que no ano 2011 se registou uma quebra relativamente ao ano anterior no número de espetáculos de dança contemporânea apresentados (40 espetáculos em 2010 e 33 em 2011).

Já no que ao bailado diz respeito, o ano de 2011 foi marcado pelo crescimento, ainda que ligeiro, do n.º de apresentações deste tipo de repertório (23 espetáculos em 2010 e 24 em 2011).

Do lado da procura, o número de espetadores de bailado registou um acréscimo na ordem dos 30% relativamente ao ano anterior, enquanto o número de espetadores da dança contemporânea registou uma descida de cerca de 34%.

No que diz respeito ao TNSC, a evolução da oferta e da procura nas temporadas lírica e sinfónica teve um comportamento de retração, que se justifica pelo corte significativo efetuado na temporada, motivado pelo corte na IC que, recorde-se, obrigou ao cancelamento de produções previstas e à devolução do valor dos bilhetes entretanto já vendidos. Este corte traduziu-se numa descida no número de espetáculos líricos (de 62, em 2010, para 48 em 2011) e sinfónicos (de 80, em 2010, para 51 em 2011).

Do mesmo modo, do lado da procura, esta redução orçamental também se fez sentir. Dos 29.769 espetadores de produções líricas e 47.465 de produções sinfónicas em 2010, passou-se para 23.838 e 31.274, respetivamente, em 2011.



Note-se que o impacto de qualquer redução nos espetadores da temporada lírica é exponencial, e não proporcional, no impacto que causa nas receitas próprias, visto que a temporada lírica do TNSC é aquela que apresenta preços de bilhetes mais elevados.

Embora se tenha procedido a uma ligeira correção em baixa do preçário já na temporada 2010-2011, a profunda crise económica que o País atravessa, com reflexos sérios no rendimento disponível das famílias, está certamente ligado a este decréscimo da procura.

De salientar, ainda, que os valores apresentados (da CNB e TNSC) incluem as edições do Festival ao Largo (de 2009 a 2011), uma iniciativa promovida pelo OPART com apresentação de espetáculos de música coral-sinfónica e bailado, de entrada gratuita, no Largo de São Carlos.

Bilhetes vendidos vs. outros espetadores

Um outro nível de análise da evolução do número de espetadores poderá fazer-se atendendo à evolução do número de bilhetes vendidos¹.

CNB	2009	2010	2011
Bilhetes	13.589	16.277	17.163
Convites	7.231	5.527	4.496
Digressão	5.097	4.847	5.233
Total	25.917	26.651	26.892

TNSC	2009	2010	2011
Bilhetes	45.528	35.545	29.500
Entrada livre	2.852	1.593	933
Festival ao Largo	24.300	46.900	28.500
Convites	8.149	7.443	5.913
Digressão	14.899	5.496	2.179
Total	95.728	96.977	67.025

OPART	2009	2010	2011
Bilhetes	59.117	51.822	46.663
Convites	15.380	12.970	10.409

Através da observação das tabelas, é possível verificar que o número de bilhetes vendidos para produções do OPART tem vindo a decrescer desde 2009 (em 2009 venderam-se 59.117 bilhetes, por oposição aos 46.663 em 2011). Relembramos que a redução da IC para 2011 e conseqüente

¹ O número de espetadores de «entrada livre» não inclui os do Festival ao Largo, nem tão pouco estão considerados os acolhimentos.

reformulação da temporada, bem como o impacto da situação económica do País no rendimento disponível, são as principais razões explicativas deste decréscimo. Também passou a ser frequente o recurso, por parte do público, à modalidade «bilhete de última hora».

A atribuição de convites manteve uma tendência decrescente nos três anos considerados, tendo-se verificado um decréscimo de 15.380, em 2009, para 10.409 no ano 2011 (variação negativa de 32%), o que reflete o esforço que tem sido efetuado pela administração do OPART na aplicação mais criteriosa dos convites.

Note-se ainda que, apesar do Festival ao Largo² ter tido grande importância na atividade do OPART nos últimos 3 anos, verificou-se um decréscimo no número de espetadores relativamente ao ano anterior. A alteração de critério de estimativa da lotação poderá justificar esta diminuição, a lotação estimada no Festival ao Largo 2011 foi de, aproximadamente, 1.500 pessoas por espetáculo.

Beneficiários (ou público total)

De salientar o facto do OPART desenvolver, ainda, uma série de outras atividades que extravasam a esfera da programação artística e cuja existência assume um papel de grande relevância na missão de serviço público do OPART, nomeadamente, o acolhimento de produções externas no TNSC e no TC, visitas aos seus teatros, ateliers do programa educativo e ensaios gerais abertos ao público e/ou de carácter solidário, em que a receita angariada reverte para uma instituição que opera no terceiro setor.

Desta forma, podemos avaliar o OPART de um modo mais abrangente, tendo em conta todos os beneficiários³ das suas atividades complementares.

Novos públicos

Entenda-se por novos públicos todos os espetadores dos espetáculos de «Entrada livre», «Famílias e escolas», «Itinerância/digressão» e, no caso do TNSC, «Líricos fora da assinatura» e «Estúdio de Ópera».

Embora unidos pelo mesmo fio condutor, note-se que o TNSC e a CNB dispõem de diferentes ferramentas para alcançar os objetivos traçados em termos de captação de novos públicos e abertura à sociedade civil.

TNSC

São exemplos do esforço realizado pelo TNSC para a captação de novos públicos as seguintes medidas:

Produção de um novo título de ópera – *O gato das botas* – no Teatro Camões dedicada ao público infanto-juvenil, com sessões especiais para escolas e famílias. De ressaltar que este título foi apresentado em português e com um elenco de jovens cantores;

Reforço na itinerância dos corpos artísticos do TNSC a nível nacional: apresentação da OSP no Teatro Aveirense e Centro Cultural de Belém; e do Coro do Teatro Nacional de São Carlos no Centro Cultural Vila Flor, no âmbito de Guimarães Capital Europeia da Cultura 2012;

Recriação do conceito «Contar uma ópera», com a apresentação da ópera em versão de concerto *Gianni Schicchi*, contada por Bárbara Guimarães.

CNB

² **NOTA ao gráfico:** O n.º de espetadores do FAL em 2009 inclui 5.400 espetadores do ciclo de teatro que fez parte, apenas nesse ano, da programação.

³ **NOTA:** Por comodidade de linguagem denominamos por «público», os beneficiários de todas as iniciativas do OPART.

A aposta nas atividades da CNB dirigidas a «Famílias/Escolas» tem-se mantido nos últimos 3 anos tendo-se assistido, no entanto, a um ligeiro decréscimo em 2010 (16 récitas foram apresentadas em 2009 e, apenas, 10 em 2010), tendência que é invertida no ano de 2011, com a apresentação de 14 récitas dedicadas a este público específico.

Digressão nacional

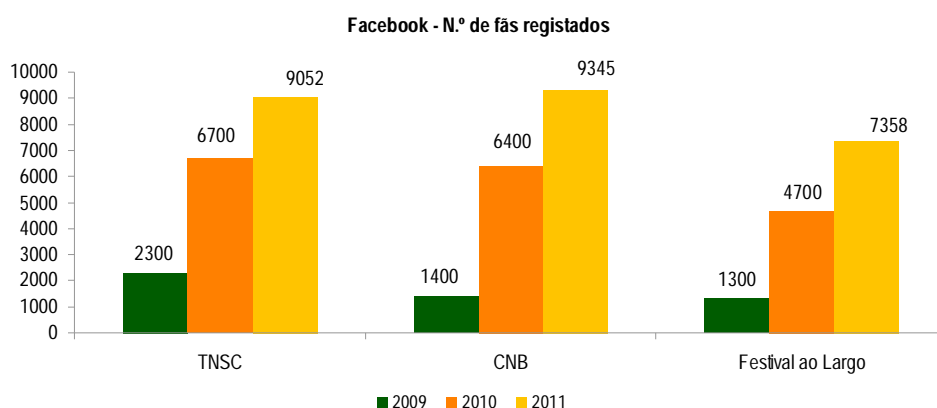
Analisando a «Digressão nacional», concluímos de forma clara que tem havido um decréscimo no número de espetadores em termos globais, pese embora a CNB ter conseguido manter um ligeiro crescimento entre 2010 (4.847 espetadores) e 2011 (5.233 espetadores). De facto, o OPART tem sentido dificuldades em colocar espetáculos fora dos seus teatros, apesar do maior esforço que tem feito no sentido de reduzir os custos para as entidades de acolhimento, assumindo uma parcela maior dos custos das deslocações a outros teatros. A situação de estrangulamento financeiro que muitas Câmaras Municipais do País estão a sofrer não é, obviamente, alheia a esta situação.

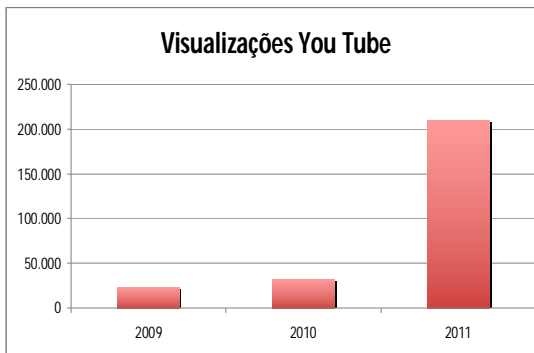
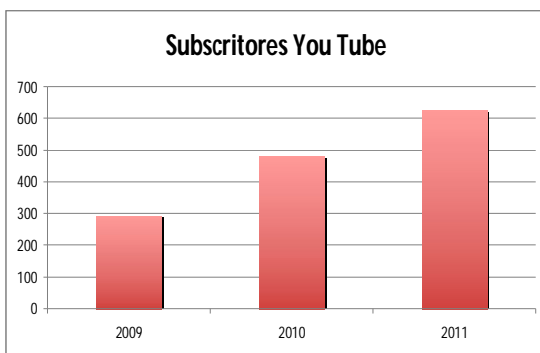
Festival ao Largo

No ano de 2011 estima-se que tenha havido aproximadamente 28.500 espetadores no Festival ao Largo, que apresentou 19 espetáculos de entrada livre. Estes espetáculos foram inseridos em duas grandes áreas artísticas: música e dança. Já em 2010 houve uma clara intenção de voltar ao conceito original do Festival, o de apresentar em ambiente urbano espetáculos de música coral-sinfónica e dança, razão pela qual não foram programados espetáculos de teatro na última edição.

Canais internet

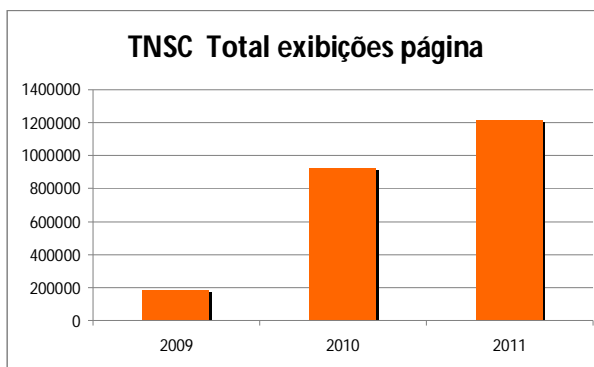
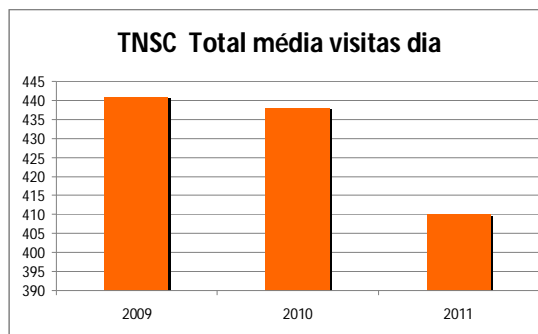
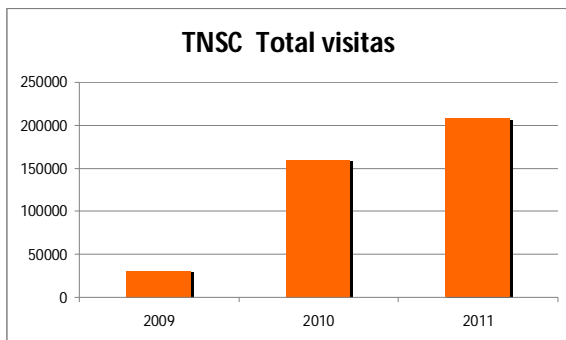
No decurso do último ano, verificou-se uma clara aposta no desenvolvimento de instrumentos de comunicação através da Internet, quer da CNB, quer do TNSC, que se traduziu num crescimento acentuado. Com efeito, a evolução dos perfis CNB, TNSC e Festival ao Largo na rede social Facebook pode ser quantificada a partir do número de fãs registados:

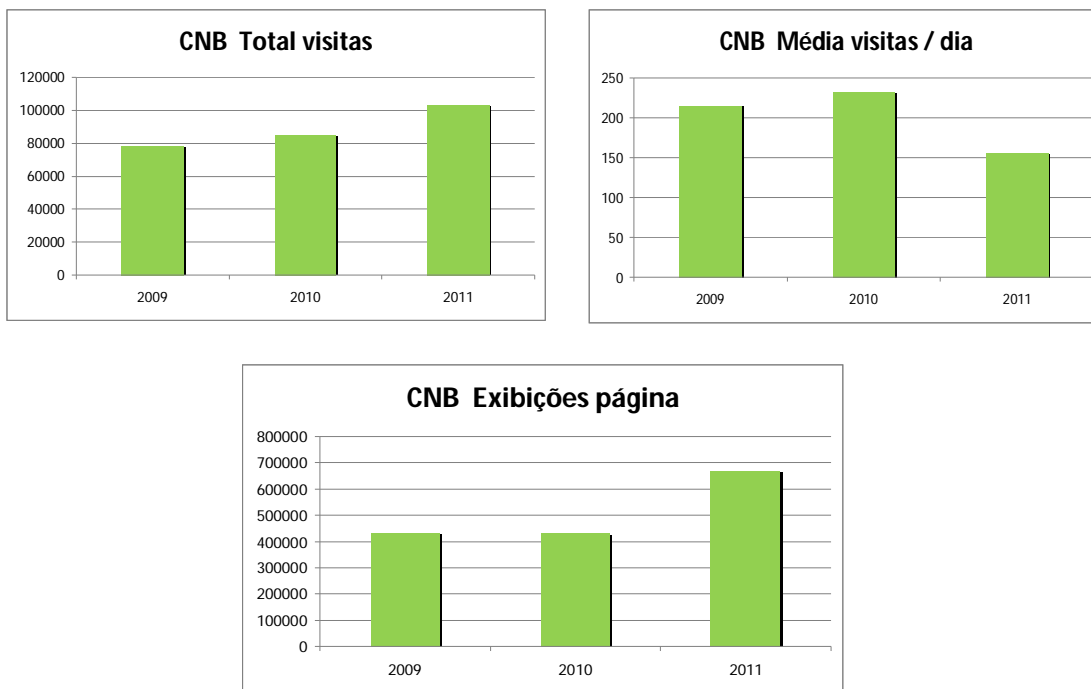




Relativamente ao canal CNB no YouTube, verificamos que os resultados são, tal como no Facebook, bastante satisfatórios desde a criação do canal.

No ano 2011, os vídeos do canal da Companhia Nacional de Bailado foram visualizados 857.140 vezes, tendo em 2009, ano em que foi criado, registado 396.013. Estes números levam-nos a crer que o interesse pela CNB tem vindo a crescer entre a comunidade internauta, que procura as reproduções multimédia das suas atuações, seja diretamente no canal YouTube, ou via Facebook.





Apesar do crescimento exponencial das redes sociais e do cada vez maior desenvolvimento dos conteúdos multimédia para as diversas plataformas, são os sítios das entidades artísticas na internet os verdadeiros alicerces da estrutura Web do OPArt. Os quadros anteriores expõem os resultados relativos ao período 2009-2011.

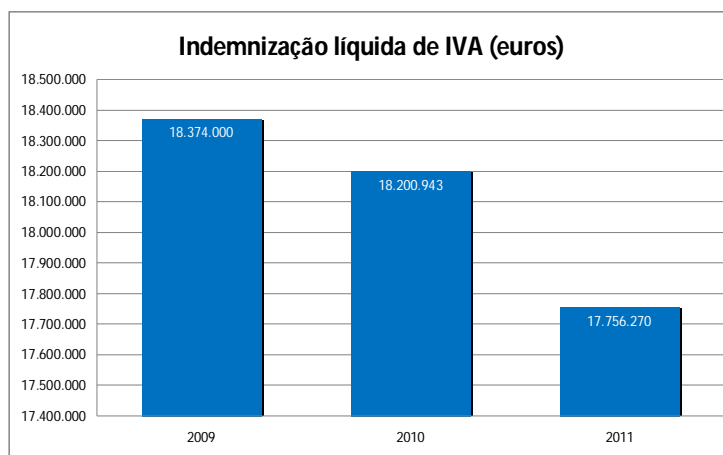
Apesar de se ter verificado um ligeiro decréscimo na média de visitas por dia em ambos os sites, nos restantes indicadores (n.º total de visitas, de visitantes únicos e de *pageviews*) mostram um crescimento acentuado. O aumento no n.º de visitantes únicos (no site da CNB passou de 55.420 para 70.602 e no TNSC de 97.205 para 121.082) indicia um interesse crescente nos websites, uma vez que este indicador é referente ao registo de visitas propositadas ao site, ou seja, visitas efetuadas sobretudo por utilizadores já fidelizados.

Eficácia Social

A missão de serviço público do OPArt E.P.E. tem inerente a atribuição de uma Indemnização Compensatória por parte do Estado. Desta forma, é pertinente avaliar a eficácia social da organização através da mensuração do esforço financeiro do Estado por cada espetador ou beneficiário das atividades desenvolvidas no âmbito da sua missão.

Esta avaliação da eficácia social é baseada no rácio entre a indemnização compensatória líquida de IVA e os espetadores ou beneficiários da execução da missão do OPArt.

A Indemnização Compensatória líquida de IVA corresponde ao valor disponibilizado a título de Indemnização Compensatória no ano, deduzido do valor do IVA. Desta forma, verifica-se que o esforço do Estado diminuiu entre 2009 e 2011, conforme atesta a tabela seguinte:

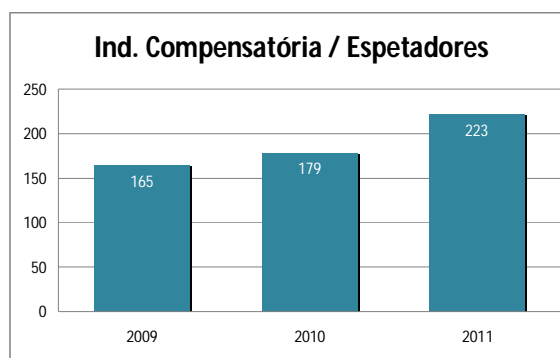
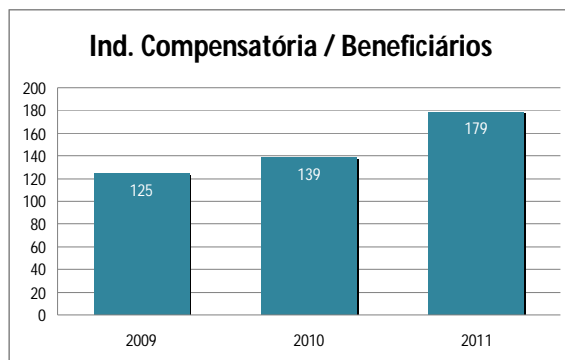


No denominador do rácio de eficácia social podemos considerar os espetadores ou os beneficiários cujos conceitos são definidos do seguinte modo:

Por espetadores, compreende-se os bilhetes vendidos nos espetáculos produzidos pelo TNSC e pela CNB, acrescido dos espetadores presentes em espetáculos de entrada livre e em digressão. Não se consideram os convites.

Por beneficiários, entende-se todos os espetadores (incluindo convites) que assistam a espetáculos no TNSC, no TC e em colaboração e digressão, bem como o público que aceda a atividades estruturadas e produzidas pelo OPART (p.e. exposições, visitas guiadas, ateliers dos programas educativos).

Desta forma, os rácios de eficácia social apresentam a seguinte evolução:



A subida dos valores apresentados é justificada pela redução de atividade, inevitável, face à redução da IC.

Dinamização de atividades conjuntas

A junção, numa única entidade, do TNSC e da CNB, criou condições para o aproveitamento dos recursos disponíveis, quer ao nível das produções artísticas, através da participação cruzada dos corpos artísticos originários das duas entidades, quer ao nível da área comercial, quer seja venda de bilhetes ou venda de espetáculos.

No ano de 2011 foi possível operacionalizar a realização de atividades conjuntas, bem como a partilha de espaços e meios técnicos que passamos a enumerar:

a) Ao nível das produções artísticas

Participação de músicos da Orquestra Sinfónica Portuguesa no bailado *Romeu e Julieta* da Companhia Nacional de Bailado;

Apresentação do bailado *Romeu & Julieta* no Teatro Nacional de São Carlos no período de Natal;

O TNSC apresentou uma ópera encenada no palco do Teatro Camões, com a produção para famílias e escolas *Gato das botas*;

Festival ao Largo 2011 com apresentação dos corpos artísticos no palco do Largo de São Carlos;

A realização da terceira edição do Festival ao Largo enquadra-se na estratégia que o OPART tem vindo a desenvolver de abertura à sociedade civil através dos seus corpos artísticos: a Companhia Nacional de Bailado, o Coro do TNSC e a Orquestra Sinfónica Portuguesa.

Foi possível realizar pelo segundo ano consecutivo um festival, de entrada gratuita, com a apresentação de música coral-sinfónica e bailado através da participação dos próprios agrupamentos artísticos do OPART, mas também com convites dirigidos a outras instituições culturais, tendo no ano de 2011 a participação das principais orquestras nacionais e também de um agrupamento estrangeiro da Rússia.

Esta iniciativa permitiu não só uma partilha e gestão mais eficaz de recursos técnicos e humanos, mas também uma conjugação de corpos artísticos de ambas as entidades na oferta de um programa cultural de qualidade.

b) Ao nível da comercialização, promoção e divulgação e estruturas de suporte

Em 2011, mantiveram-se as iniciativas conjuntas, iniciadas no ano de 2009, cujo objetivo consistiu em assegurar sinergias e economias de escala entre as duas entidades e os dois teatros. A saber:

Assinaturas combinadas
Serviços de bilheteira
Gestão de canais Internet

Racionalização, estruturação e qualificação dos Recursos Humanos

Os fatores associados a uma estruturação da organização e qualificação dos recursos humanos são determinantes no crescimento sustentável da produtividade do trabalho e têm reflexos na performance económico-financeira das entidades. O Resultado Operacional e o Prazo Médio de Pagamentos (por ser um indicador imposto pela RCM 34/2008).

Os Resultados Operacionais ficaram acima do expectável (21.372€ contra os -260.247€ estimados)

O prazo médio de pagamentos, pelo contrário, teve um desempenho pior (43 dias contra os 35 dias estimados).

O OPART E.P.E. realizou um esforço, desde a sua criação, no sentido de desenvolver uma estrutura organizacional capaz de responder aos desafios inerentes à gestão empresarial desta entidade pública.

Manteve-se, dentro das restrições financeiras já explicadas, a aposta na qualificação do quadro de pessoal quer nas áreas de suporte quer nos corpos artísticos.

A estrutura organizacional do OPART encontra-se razoavelmente estabilizada. Embora haja a necessidade adicional de uma reestruturação que dote a empresa de melhores capacidades de

adaptação às conjunturas que se vão sucedendo, pode dizer-se que o OPART adquiriu uma melhor capacidade de resposta às suas condicionantes internas e externas.

A partir de maio de 2011, procedeu-se à delimitação de um projeto de reestruturação dos recursos humanos, orientado para a redução de custos e para a melhora das condições de eficácia e eficiência do OPART. A reestruturação assentou num plano de redução de efetivos cuja poupança anual – caso o plano não tivesse sido interrompido a meio por falta de verbas – poderia ter um impacto positivo em 2012 de mais de 650 mil euros com um investimento de cerca de 700 mil euros. O processo ficou a meio por necessidade de fazer face à prestação de garantia, no processo Peskó, utilizando o orçamento ordinário.

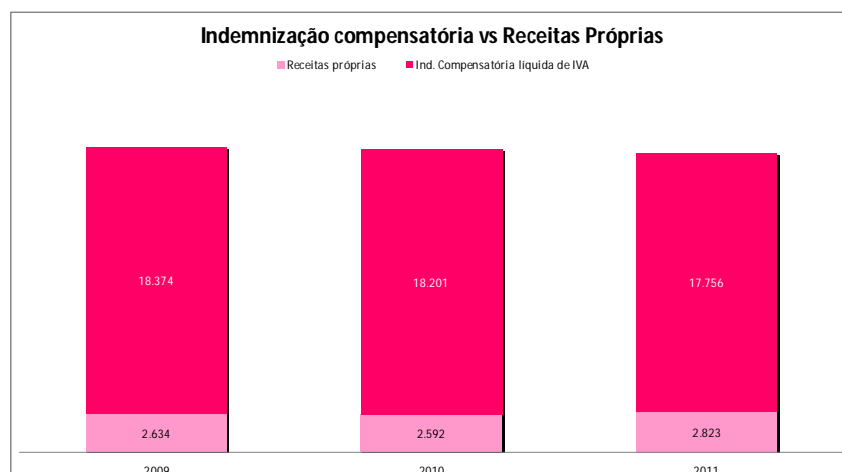
O total de indemnizações liquidadas ascendeu a 252.388,63 €, equivalente a uma poupança anual de 218.759,87 €, pelo que remanesce por liquidar um total de € 415.595,00, correspondente a uma poupança anual de € 456.755,24. Sublinha-se, ainda, que a reestruturação em curso visa a otimização dos recursos humanos do OPART, numa lógica de salvaguarda dos corpos artísticos, e que todas as saídas não implicam qualquer substituição.

Aumento das Receitas Próprias

De forma a aferir a capacidade do OPART para gerar receitas próprias não sendo possível falar em autonomização em relação ao Orçamento de Estado na área cultural em que o OPART se insere, foram definidos os indicadores Receitas Próprias e Autosustentabilidade. A rubrica consubstancia-se essencialmente nas receitas de bilheteira, nas receitas provenientes das diversas prestações de serviços e apoios recebidos especificamente para as produções.

Indicadores (milhares euros)	2010	2011
INDICADOR DE RECEITAS PRÓPRIAS	2.592	2.823
AUTO SUSTENTABILIDADE	12%	13,7%

Em 2011, ambos os indicadores se posicionam melhor do que em 2010, o que se justifica por um ligeiro crescimento do peso das Receitas Próprias.



Investimento em infraestruturas

O investimento em infraestruturas foi fortemente condicionado pela débil situação financeira, extensivamente documentada junto da tutela em inúmeras ocasiões. A execução do orçamento de investimento ficou-se pelos cerca de 24,5%, o que é indicativo das dificuldades que o OPART está a sentir. Foram, assim, adiados investimentos estruturantes essenciais, facto especialmente relevante devido ao facto do TNSC estar classificado como Monumento Nacional.

O desinvestimento constante nas infraestruturas está a colocar em causa as condições mínimas de segurança das Casas, nomeadamente do Teatro Nacional de São Carlos, onde o Risco de Incêndio e de colapso da estrutura são maiores cada dia que passa.

Só para uma intervenção imediata na eletricidade, e de uma urgência vital, são necessários 3 Milhões de Euros. Neste momento, o OPART dispõe de um orçamento de 30 Milhões para uma remodelação total do espaço.

3.7.2 Estratégia e política de médio e longo prazo

Dependente e ligada intimamente à verba disponível, atualmente não é possível assumir uma estratégia ou política a médio prazo quando a verba de IC prevista, a manter-se, apenas dá para pagar o custo dos recursos humanos.

3.7.3 Principais riscos para a atividade e para o futuro da empresa

Os principais riscos para a atividade e para o futuro da empresa podem ser dispostos em três categorias:

- Riscos comuns e transversais ao OPART
- Riscos específicos ao TNSC
- Riscos específicos à CNB

Analisemos cada um de per si:

Riscos comuns e transversais ao OPART

- i. A sucessiva redução da Indemnização Compensatória atribuída pelo Estado é um grande risco que o OPART enfrenta, uma vez que, no clima de recessão económica atual, é impensável substituir o esforço financeiro do Estado pela geração de receitas próprias adicionais.
- ii. A constante demora na aprovação dos documentos de gestão essenciais para o OPART limita tremendamente a sua capacidade de ação.
- iii. A volatilidade política e a constante mudança dos titulares das pastas da Cultura não conferem o clima de estabilidade e confiança necessários ao desenvolvimento da ação de serviço público do OPART.
- iv. A situação económica do País limita fortemente a captação de apoios mecenáticos.

Riscos específicos ao TNSC

- i. A falta de verbas – IC – coloca em causa a própria missão do Teatro Nacional de São Carlos.
- ii. O edifício do Teatro Nacional de São Carlos necessita de atualização técnica urgente, o que é impossível realizar em face da situação financeira da empresa. Os meios de combate a incêndio e as infraestruturas técnicas e artísticas estão obsoletas o que, somado ao facto de o edifício constituir também a sede do OPART, traduz-se num risco tremendo para a ação do TNSC.

Riscos específicos à CNB

- i. Existe um conjunto alargado de bailarinos no quadro de pessoal da CNB que, efetivamente, já não exercem a sua profissão dentro dos níveis compatíveis com a prestação da missão de serviço público exigida para a CNB, nomeadamente para a dança clássica. A reestruturação do corpo artístico da CNB é imperativa e inadiável, uma vez que para além de consumir, de forma crescente, recursos financeiros que impossibilitam a

prestação do serviço público aos níveis de excelência exigidos, impede o rejuvenescimento da companhia através da aposta em jovens bailarinos recentemente formados pelas escolas do País. A não resolução desta contradição entre a desadequação da estrutura etária dos bailarinos e as exigências do bailado clássico custa ao OPAr cerca de 1,2 M euros por ano. Acresce, ainda, o facto de que este valor tende a aumentar, na medida em que outros bailarinos se aproximam do final da sua carreira útil. O facto de estes bailarinos constituírem um custo, e não um recurso, justifica uma parte significativa do deficit estrutural da CNB e condiciona, decisivamente, a possibilidade de se manter uma atividade artística compatível com a missão de serviço público.

- ii. O rácio de inatividade do corpo de bailado passou para perto dos 50%

3.7.4 Princípios inerentes a uma gestão empresarial adequada

O OPAr tem pautado a sua gestão no quadro das orientações estratégicas destinadas à globalidade do Setor Empresarial do Estado.

As regras de concorrência, o controlo financeiro e a obrigação de informação foram, entre outros, princípios tidos em conta aquando da definição da estrutura do OPAr e dos modelos de gestão estratégica adotados, visando o cumprimento da sua missão nos domínios da responsabilidade social, do desenvolvimento sustentável e da prestação de um serviço público com um elevado padrão de qualidade.

3.7.4.1 Responsabilidade social

No decorrer do ano de 2009, o OPAr desenvolveu iniciativas de colaboração com entidades externas com o intuito de promover atividades de carácter social que permitissem, por esta via, uma maior acessibilidade da comunidade aos espetáculos desenvolvidos, bem como criar condições de incentivo que permitam um contacto direto com o mundo artístico.

No cumprimento da sua missão de serviço público e, reforçando o compromisso feito relativamente à criação de condições de acessibilidade à cultura, o OPAr continuou a sua oferta de atividades artísticas de acesso gratuito, da qual se destacam os Concertos no Foyer do TNSC de entrada livre.

Especialmente dedicada ao público juvenil, foi desenvolvida uma produção de ópera, *Gato das botas*, realizada pelo Programa Jovens Intérpretes, apresentada no palco do Teatro Camões. Deu-se continuidade à possibilidade de pagamento de um valor simbólico para as entradas dos espetáculos exclusivamente dedicados à comunidade escolar, no sentido de permitir a fruição de espetáculos de ópera e bailado à população escolar proveniente de zonas mais carenciadas ou integradas em projetos de inclusão social.

3.7.4.2 Desenvolvimento sustentável

Após a definição, em 2007, ano da constituição do OPAr, das linhas de orientação estratégica da empresa, é possível proceder agora a uma avaliação continuada dos resultados que, ao nível do desenvolvimento sustentável, pretendem conduzir a organização para uma prestação de serviço público de maior abertura à sociedade civil visando um público mais diversificado e mais descentralizado.

A par de uma estratégia de aumento da atividade, houve uma preocupação específica de direcionar, quer o acréscimo de oferta, quer alguma da oferta existente, para públicos específicos, a saber:

- Público escolar;
- Famílias;
- Público fora do conselho de Lisboa (descentralização);
- Público originário de classes mais desfavorecidas;
- Turistas nacionais e estrangeiros.

Estas medidas visam, no médio e longo prazo, o aumento dos públicos, pela diversificação geográfica e pela aposta em segmentos etários mais baixos, contribuindo desta forma para a sustentabilidade futura ao nível económico e social.

Atuando o OPART em áreas como a música erudita e o bailado, que utilizam linguagens e códigos complexos, e que, no contexto sociocultural português, não integram os hábitos de consumo cultural da generalidade dos portugueses, torna-se necessário definir conteúdos e estratégias de aproximação que tenham em conta este contexto. Tudo isto para além do público consolidado que o TNSC e a CNB já fidelizaram, quer em Lisboa, quer em todo o território nacional.

No campo da descentralização, a aposta na itinerância resulta de uma estratégia de aproximação a outros públicos, consolidando a circulação de espetáculos OPART por todo o território no âmbito da missão nacional do TNSC e da CNB.

3.7.4.3 Serviço público

Todas as políticas de gestão e medidas adotadas pelo OPART visam a prestação de um serviço público na área da cultura músico-teatral, compreendendo, designadamente, a música, a ópera e o bailado.

As orientações estratégicas, definidas *a priori*, têm como pano de fundo, e em paralelo com uma visão e linha evolutiva de desenvolvimento, a missão de serviço público a que o OPART está obrigado através das duas identidades artísticas que o integram. Toda a atividade tem sido definida em função dessa mesma missão de serviço público.

Do ponto de vista quantitativo, será possível avaliar de forma objetiva o grau de satisfação das necessidades coletivas através dos indicadores de procura, quer por comparação com as metas fixadas para o ano, quer por avaliação comparativa com o ano anterior. Esta avaliação encontra-se detalhada no ponto 3.7.1.

Um outro indicador quantitativo importante para a avaliação do serviço público é o da eficácia social que avalia o rácio entre o apoio público, concedido através da Indemnização Compensatória, e o total de público que foi abrangido pela globalidade das atividades desenvolvidas pelo OPART.

Assim, para além das práticas adotadas que visam a apresentação da sua atividade artística com elevados padrões de qualidade, nomeadamente nos campos técnico e artístico, o OPART continuou a implementar outras medidas que têm por objetivo melhorar, simplificar e diversificar a forma como presta o seu serviço público, indo, assim, ao encontro da coletividade.

Das medidas implementadas nesta área, destacamos as seguintes:

Consolidação da estratégia integrada de Web Marketing para o Festival ao Largo

A estratégia Web Marketing envolveu pelo terceiro ano consecutivo a criação de um micro-site bilingue.

Complementarmente, a divulgação do festival foi também assegurada pelas três mais importantes redes sociais da atualidade: Facebook, You Tube e Twitter, tendo garantido, num curto espaço de tempo, mais de 7.000 fãs no Facebook, 120.000 visualizações do canal YouTube e mais de 1.000 seguidores no Twitter.

O grande enfoque do micro-site foi os espetáculos, a respetiva programação e as notícias associadas, assim como as biografias dos artistas e outras informações complementares. Dado o enorme impacto da página Facebook do Festival, foi reforçada a estratégia integrada inter-canais de manutenção dos respetivos conteúdos, passando pela colocação de excertos de vídeos dos espetáculos dos dias anteriores no YouTube, fotos e

crónicas diárias no Facebook, bem como a cobertura em direto dos espetáculos no Twitter.

Reforço da estratégia integrada de utilização de Redes Sociais na Internet para aumento da notoriedade e inovação das marcas OPART

Tendo como base o sucesso e experiências obtidos na estratégia Web para o Festival ao Largo e assistindo-se no mercado a uma verdadeira revolução em estratégias Web 2.0, nomeadamente, através de um crescimento exponencial das redes sociais, o OPART colocou-se uma vez mais na linha da frente das instituições culturais portuguesas, pela adoção inovadora de uma estratégia e posicionamento integrado nas principais redes sociais mundiais, tendo iniciado em 2009 uma estratégia integrada de utilização multicanal (Website, You Tube, Facebook e Twitter).

Esta estratégia Web pretendia criar relações mais diretas e interativas com o público-alvo do São Carlos, da OSP e CNB.

A forte dinâmica viral das redes sociais permitiu, igualmente, chegar a novos públicos de forma simples e muito mais rapidamente do que pelos métodos tradicionais de viral-marketing.

A estratégia Web para as redes sociais passou pela criação dos seguintes canais, que em 2011 foram alvos de sucessivas melhorias processuais e de conteúdos, que permitiram de forma integrada, ultrapassar as expectativas iniciais de adesão a estas novas formas de comunicação:

- Canal de fãs Facebook para o São Carlos/OSP/CNB/ Festival ao Largo
- Canal Twitter: São Carlos, CNB e Festival ao Largo
- Canal You Tube: CNB e Festival ao Largo

Estes canais fazem parte de uma estratégia Web mais global, interagindo de uma forma integrada com os seguintes Websites:

- OPART
- São Carlos
- CNB
- Festival ao Largo

Em simultâneo foram criadas integrações diretas entre os websites e o portal de venda de bilhetes Ticketline, de forma a permitir um acesso mais rápido à compra e servindo de possibilidade à concretização de vendas por impulso.

Esta estratégia integrada passa pela manutenção e introdução de conteúdos diários em todos estes canais através de newsletters, galerias de fotos, vídeos de espetáculos, spots video, entrevistas a criadores, passatempos, reportagens, entre outros.

Acessibilidade WebSites

A acessibilidade continuou a ser uma preocupação do OPART no acompanhamento dos seus WebSites, quer na sua atualização diária, quer na conceção da renovação realizada ao site da CNB, quer, ainda, na consolidação do site do OPART, como, também, na renovação do site São Carlos. Relativamente a esta matéria, há que salientar que o OPART cumpre o estipulado na RCM n.º 155/2007.

Continuação das medidas inscritas no Projeto SIMPLEX

O OPART consolidou a implementação das medidas Centros de Informação Digital dos Organismos de Produção Artística, Reserva e Pagamento de Bilhetes via Internet, Criação de Loja Online – através da utilização de uma plataforma externa de bilheteira inscritas nos Programas Simplex 2007 e 2008.

Durante o ano de 2011, foi dada continuidade operacional a todas estas medidas, pela prossecução das estratégias seguidas nos anos anteriores.

No que respeita em concreto a medida Biblioteca Digital, a introdução de novos conteúdos ao longo das temporadas passadas permitiu, neste momento, disponibilizar on line, através dos websites respetivos, conteúdos editoriais e promocionais da maior parte dos espetáculos apresentados pelo São Carlos, desde a temporada 2005-2006, e, na CNB, desde a temporada 2007-2008.

O núcleo documental criado por esta medida inclui programas, cartazes, imagens e outros documentos que resultem da promoção e divulgação dos espetáculos.

Cross-Selling – Assinaturas cruzadas

Face ao modelo de gestão centralizada de duas entidades artísticas, o OPART pôde criar um conjunto de benefícios diretos para o seu público-alvo, resultante de forma direta desta gestão unificada.

Uma das melhorias substanciais que se realizaram no ano de 2008 com o lançamento das temporadas 2008/2009 foi a criação de assinaturas cruzadas. Esta iniciativa tem como finalidade a melhoria do serviço público através da criação de mecanismos indutores e incentivadores à fruição de espetáculos de ópera, concertos e bailado promovidos pelo OPART.

Como consequência do sucesso alcançado por esta iniciativa nos dois anos anteriores, foi dada continuidade a esta medida em 2011, tornando desta forma habitual aos nossos potenciais espetadores, esta modalidade de aquisição que, no caso de temporada total (ópera, bailado e concertos), inclui um desconto substancial sobre a compra de bilhetes avulso.

3.7.5 Competitividade e inovação empresarial

O Conselho de Administração atual desenvolveu esforços no sentido de modernizar os processos produtivos do OPART, limitando práticas obsoletas e custosas que prevalecem, transversalmente, na empresa.

A competitividade dos corpos artísticos do OPART é fortemente limitada pelos regulamentos em vigor, que se traduzem em elevadíssimos custos de operação e digressão. O desígnio de representatividade nacional fica assim condicionado pelos custos inoportáveis de apresentação de espetáculos fora das sedes do TNSC e da CNB.

Mais uma vez, torna-se necessária a reflexão sobre uma reestruturação que permita ao OPART melhor cumprir a sua missão de serviço público.

3.7.6 Planos de ação para o futuro

O Decreto-Lei n.º 126-A/2011, de 29 de dezembro determina que a CNB seja objeto de cisão do OPART e transformada em entidade pública empresarial, passando a designar-se por CNB, E.P.E. e que, paralelamente, o OPART passe a denominar-se TNSC, E.P.E. Adicionalmente, decreta que ambas as entidades, juntamente com a Cinemateca Portuguesa – Museu do Cinema, E.P.E., o Teatro Nacional D. Maria II, E.P.E. e o Teatro Nacional de São João, E.P.E. integrem um Agrupamento Complementar de Empresas a instituir.

Contudo, uma vez que nesta data não se verificou ainda a publicação de legislação subsidiária, especificamente relativa ao setor empresarial do Estado na área da cultura, quaisquer considerações relativamente a planos de ação de curto e médio prazo são extemporâneas.

3.8 Viabilidade do cumprimento dos princípios de bom governo

Ao longo de todo o relatório são abordados, na sua grande maioria, os princípios de bom governo e respetivo grau de cumprimento.

Após a criação, em 2008, do sítio de internet do OPArt, procedeu-se à manutenção e atualização permanente da informação no site consoante foi sendo aprovada.

3.9 Código de Ética

O código de ética para o OPArt foi concebido em 2008, dele constando as normas de conduta e princípios de governação, para além de ficarem definidos os valores da empresa:

Confiança // Inovação // Orientação para a comunidade // Eficiência

Aprovado o código de ética, em 2009, procedeu-se à sua divulgação e distribuição entre todos os colaboradores do OPArt, para além de ter sido disponibilizado no sítio da empresa na Internet.

3.10 Sistema de controlo de proteção dos investimentos e ativos

Desde dezembro de 2009 está implementado no OPArt o Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas que prevê e descreve o sistema de controlo de riscos relevantes para a empresa: <http://www.opart.pt/fotos/editor2/plano.anti.corrupcao.pdf>

O Regulamento Interno define diversas normas de conduta e consequências derivadas da sua violação e consagra as obrigações e deveres de cada unidade orgânica.

Existe um sistema integrado de gestão e informação processual que identifica os intervenientes em cada ato praticado e verifica-se a segregação de funções, com cada pessoa a saber exatamente qual a sua responsabilidade na organização.

3.11 Mecanismos de controlo adotados com vista à prevenção de conflitos de interesses

O Conselho de Administração é composto por três membros existindo um regimento para a sua atuação que prevê regras destinadas à prevenção de conflitos de interesses. Está nomeadamente assegurada a autorização cruzada de despesas realizadas por alguns dos seus membros, assim como está limitada a permissão de autorização de despesa por um só elemento;

Existe uma efetiva segregação de funções entre a Administração Executiva (exercida pelo Conselho de Administração) e a Fiscalização (exercida pelo Fiscal único);

Os estatutos do OPArt enfatizam a necessidade de garantir a plena autonomia artística e de programação do TNSC e da CNB, estabelecendo, nesse sentido, que a nomeação dos diretores artísticos não seja feita pelo Conselho de Administração, mas antes por despacho conjunto da dupla tutela (Finanças e Cultura). Desta forma, garante-se que planeamento e execução são realizados por entidades diferentes dentro da organização.

Verifica-se a segregação de funções que potencialmente podem conduzir a conflito de interesses.

3.12 Divulgação de informação

Encontra-se divulgada no site do OPArt em www.opart.pt e foi reportada à DGTF para inclusão no SEE toda a informação atualizada prevista na RCM n.º 49/2007

Informação a constar no Site do SEE	Divulgação			Comentários
	S	N	N.A.	
Estatutos actualizados (PDF)	x			
Historial, Visão, Missão e Estratégia	x			
Ficha síntese da empresa	x			
Identificação da Empresa:				
Missão, objectivos, políticas, obrig. serv. público e modelo de financiamento	x			
Modelo Governo / Ident. Órgãos Sociais:				
Modelo de Governo (identificação dos órgãos sociais)	x			
Estatuto remuneratório fixado	x			
Remunerações auferidas e demais regalias	x			
Regulamentos e Transacções:				
Regulamentos Internos e Externos	x			
Transacções Relevantes c/ entidade(s) relacionada(s)	x			
Outras transacções	x			
Análise de sustentabilidade Económica, Social e Ambiental	x			
Avaliação do cumprimento dos PBG	x			
Código de Ética	x			
Informação Financeira histórica e actual	x			
Esforço Financeiro do Estado	x			

Informação a constar no Site da Empresa	Divulgação			Comentários
	S	N	N.A.	
Existência de Site	x			
Historial, Visão, Missão e Estratégia	x			Consta no Relatório e Contas
Organigrama	x			Consta no Relatório e Contas
Órgãos Sociais e Modelo de Governo:				
Identifica dos órgãos sociais	x			Consta no Relatório e Contas
Identificação das áreas de responsabilidade do CA	x			Consta no Relatório e Contas
Identificação de comissões existentes na sociedade	x			Consta no Relatório e Contas
Identificar sistemas de controlo de riscos	x			Consta no Relatório e Contas
Remuneração dos órgãos sociais	x			Consta no Relatório e Contas
Regulamentos Internos e Externos	x			Consta no Relatório e Contas
Transacções fora das condições de mercado	x			Consta no Relatório e Contas
Transacções relevantes com entidades relacionadas	x			Consta no Relatório e Contas
Análise de sustentabilidade Económica, Social e Ambiental	x			Consta no Relatório e Contas
Código de Ética	x			
Relatório e Contas	x			Após aprovação
Provedor do cliente			x	

4.

Cumprimento de obrigações legais

4.1 Objetivos de gestão

Não foram celebrados contratos de gestão nem contrato programa para o período que engloba o ano 2011. Não foram portanto definidos objetivos de gestão a que dar resposta no presente relatório.

4.2 Gestão de risco financeiro

(Nos termos do despacho n.º 101/2009-SEFT)

Gestão de Risco Financeiro - Despacho n.º 101/09-SETF, de 30-01	CUMPRIDO			Descrição
	S	N	N.A.	
Procedimentos adoptados em matéria de avaliação de risco e medidas de cobertura respectiva				
Diversificação de instrumentos de financiamento			X	
Diversificação das modalidades de taxa de juro disponíveis			X	
Diversificação de entidades credoras			X	
Contratação de instrumentos de gestão de cobertura de riscos em função das condições de mercado			X	
Adopção de política activa de reforço de capitais permanentes				
Consolidação passivo remunerado: transformação passivo Curto em M/L prazo, em condições favoráveis			X	
Contratação da operação que minimiza o custo financeiro (all-in-cost) da operação			X	
Minimização da prestação de garantias reais			X	
Minimização de cláusulas restritivas (covenants)			X	
Medidas prosseguidas com vista à optimização da estrutura financeira da empresa				
Adopção de política que minimize afectação de capitais alheios à cobertura financeira dos investimentos	X			
Opção pelos investimentos com comprovada rentabilidade social/empresarial, beneficiam de FC e de CP			X	
Utilização de auto financiamento e de receitas de desinvestimento	X			
Inclusão nos R&C				
Descrição da evolução tx média anual de financiamento nos últimos 5 anos			X	
juros suportados anualmente com o passivo remunerado e outros encargos nos últimos 5 anos			X	
Análise de eficiência da política de financiamento e do uso de instrumentos de gestão de risco financeiro			X	
Reflexão nas DF 2011 do efeito das variações do justo valor dos contratos de swap em carteira			X	

Legenda:

FC - Fundos comunitários

CP - Capital próprio

S - Sim

N - Não

N.A. - Não Aplicável

4.3 Prazo médio de pagamentos

Prazo médio de pagamentos a fornecedores (dias)

Trimestre	2010	2011
1.º Trim.	38	60
2.º Trim.	45	57
3.º Trim.	47	54
4.º Trim.	58	43

4.4 Divulgação de atrasos nos pagamentos

(Nos termos do DL 65-A/2011 de 17 de maio)

Mapa da posição a 31/12/2011 dos Pagamentos em Atraso, nos termos do DL 65-A/2011, de 17/Maio

Posição a 31/12/2011	0-90 dias	90-120 dias	120-240 dias	240-360 dias	> 360 dias
7Log - Sistemas de Informação, Lda. (nº 2693)		-	738	-	-
Adrian Bending Ltd (nº 2734)		-	-	947	-
ATKS (nº 2257)		2.924	-	4.741	-
Bonazza Musical Accessories (nº 2727)		-	-	290	-
CONTIFORME - SOLUÇÕES GRÁFICAS INTEGRADAS, S.A. (nº 1007)		-	2.768	-	-
COSTA DUARTE - MEDIAÇÃO SEGUROS, S.A. (nº 993)		-	6	-	31
Dance Europe (Editor Emma Manning) (nº 2187)		-	-	344	-
Det Kongelige Teater (nº 2755)		-	17.500	-	-
Getzen Company, Inc (nº 2793)		-	393	-	-
Guy Dupin (nº 2769)		-	1.980	-	-
Hewlett-Packard Portugal, Lda. (nº 2166)		1.453	-	-	-
Impresa Publishing, S.A. (nº 2647)		3.998	-	-	-
INFORIMAGEM - INFORMÁTICA E PUBLICIDADE (nº 936)		-	-	-	388
Instituto Camões/Embaixada de Portugal (nº 2013)		-	-	-	1.649
JUDITH BAUER (nº 693)		-	693	-	-
KONICA MINOLTA BUSINESS SOLUTIONS PORTUGAL UNIPessoal (nº 898)		376	847	549	-
Leonel & Bicho (nº 1177)		-	1.220	-	-
LUXTRO - MATERIAIS PARA ESPECTACULO, LDA (nº 968)		-	-	-	915
L'Olifant Paris (nº 2499)		-	460	-	-
Max One - Material de Escritório, Lda. (nº 1687)		3	-	-	131
MCPB CHIQ, Log. Apoio Esp. e Eventos, Lda. (nº 2325)		258	3.699	3.266	-
Mundimúsica Garijó, S.L. (nº 2604)		-	-	-	1.049
OTIS ELEVADORES, LDA (nº 744)		-	-	-	527
Planimagem-Publicidade, Lda. (nº 2165)		357	-	-	-
PUBLICO - COMUNICAÇÃO SOCIAL, S.A. (nº 907)		6.827	-	-	-
QUIDGEST - CONSULTORES DE GESTÃO, LDA (nº 888)		-	-	-	1.148
RÁDIO E TELEVISÃO DE PORTUGAL, SA (nº 773)		-	-	15.563	-
SINTRAMAR-ACT.TURÍSTICAS E HOTELEIRAS, LDA. (nº 976)		55	1.855	300	439
Tan's Fagotteria (nº 2800)		1.985	-	-	-
Teatro Municipal de Almada (nº 2766)		-	1.230	-	-
TERMOAR LDA. (nº 784)		-	-	221	-
TOMÁS MIRANDA, UNIPessoal LDA (nº 1065)		984	-	-	-
Vasily Suprunov (nº 2709)		-	-	191	-
Ventilgeste, Lda. (nº 2751)		141	-	-	-
Aluguer Veiculos automoveis	3.775				
Conservação e reparação	4.710				
Energia	19.877				
Equip Informático	1.225				
Higiene e Limpeza	16.718				
Honorários	15.683				
Outros bens e serviços	213.014				
Outros Investimentos	4.272				
Outros Trab Especializados	11.411				
Papel e Economato	2.109				
Preparação de refeições	1.734				
Seguros	38.265				
Serviços de informática	1.151				
Vigilância e segurança	27.975				
Total	361.919	19.360	33.390	26.412	6.277

«Atraso no pagamento», o não pagamento de fatura correspondente ao fornecimento dos bens e serviços referidos no artigo seguinte após o decurso de 90 dias, ou mais, sobre a data convencionada para o pagamento da fatura ou, na sua ausência, sobre a data constante da mesma.

De acordo com as instruções da DGTF incluíram-se também facturas por pagar com períodos inferiores a 90 sob a data da sua emissão. Estas não estão em atraso, encontrando-se dentro dos prazos convencionados para o seu pagamento. Nestes casos não se discriminou por fornecedor mas sim por rubrica.

4.5 Deveres especiais de informação

Foram enviados, durante o ano 2011, relatórios trimestrais de execução orçamental acompanhados dos relatórios do órgão de fiscalização e foram também prestadas todas as informações solicitadas pelas tutelas.

4.6 Cumprimento das recomendações do acionista

Em junho de 2012 foram aprovadas as contas de 2010 tendo sido emanadas recomendações por parte do accionista. O CA diligenciou no sentido do seu cumprimento, condicionado pelo contexto vivido ao longo do ano e procurando garantir os melhores interesses da entidade.

Assim:

- Foi feito esforço de redução do PMP, as flutuações deste prazo ao longo do ano devem-se à profunda instabilidade de tesouraria decorrente dos sucessivos atrasos no recebimento da IC. Ainda assim evidencia-se uma redução no final de 2011 face a 2010 (de 58 para 43 dias)
- A adesão ao Sistema Nacional de Compras Públicas revelou-se desvantajosa para a entidade face aos preços e condições obtidas fora deste sistema
- Foi promovida uma maior centralização dos fundos no IGCP.

4.7 Remunerações

Não foram atribuídos prémios extraordinários à atividade e foi dado cumprimento às reduções impostas pelo art.º 19.º da Lei 55/2010 e a Lei 12-A/2010

4.8 Contratação pública

O OPArt – Organismo de Produção Artística, E.P.E., com vista à aplicação das normas relativas à contratação pública, criou na sua estrutura organizativa um setor destinado a centralizar todas as aquisições de bens e serviços.

4.9 Adesão ao SNCP

Considerando o disposto no n.º 3 do Artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 37/2007 de 19 de fevereiro, o OPArt – Organismo de Produção Artística, E.P.E. integrou, na qualidade de entidade compradora voluntária, o SNCP mediante um contrato de adesão com a ANCP, para a prestação de serviços de limpeza e segurança.

4.10 Limites ao endividamento

Não existem em final de 2011 valores relativos ao recurso a financiamento. Desta forma, não há nada a assinalar no que respeita a taxa média anual de financiamento.

4.11 Plano de redução de custos

De acordo com o estabelecido no Artigo 31.º do Decreto-Lei n.º 558/99 de 17 de dezembro, republicado pelo Decreto-Lei n.º 300/2007 de 23 de agosto, o Plano de Atividades e Orçamento para 2011 foi apresentado à Tutela em novembro de 2010. Face à impossibilidade de apresentar, sem medidas excecionais, um nível mais próximo dos 15% solicitados, nesse documento previa-se uma redução de custos na ordem dos 6,07%.

Em fevereiro de 2011 foi solicitada pela Tutela a apresentação de orçamentos alternativos, que se aproximassem da redução de 15%, indicando as medidas a aplicar e os custos da sua implementação.

Apresentou-se então novo Plano de Atividades e Orçamento com diferentes cenários orçamentais (sendo o primeiro cenário equivalente ao apresentado em novembro), que se aproximavam gradualmente da meta de 15% de redução, mas que implicavam medidas excecionais, de carácter estrutural (cortes substanciais na programação e reduções de pessoal) cuja implementação teria que ser validada pela tutela.

Apesar de não ter sido recebida qualquer resposta por parte da Tutela, o Conselho de Administração adotou medidas vocacionadas para a redução de custos operacionais, essencialmente em três planos: encargos com fornecedores, no sentido de renegociar

orçamentos e condições de pagamento; custos salariais, através de um plano de rescisões com impactos significativos já em 2012; custos artísticos, por via da revisão das temporadas.

Em Outubro foi comunicada a decisão de redução da IC prevista para o ano 2011 e seguinte. Face a este novo dado, a programação foi reformulada e algumas produções canceladas.

Em resultado, no ano de 2011 os gastos operacionais encontram-se 18,5% abaixo dos valores de 2009, conseguindo-se assim ultrapassar a meta de redução de custos operacionais imposta.

Gastos (euros)	2009	2010	2011	Var. %
FSE	7.109.332	5.938.921	5.165.702	-27,3%
PESSOAL	15.551.688	15.875.300	13.313.629	-14,4%
Total custos operacionais	22.661.020	21.814.222	18.479.331	-18,5%

4.12 Princípio da unidade de Tesouraria do Estado

As aplicações financeiras foram integralmente realizadas junto do IGCP.

4.13 Quadro Resumo

Cumprimento das Orientações legais	Cumprimento			Quantificação	Justificação
	S	N	N.A.		
Objectivos de Gestão:					
Objetivo 1			x		
Objetivo 2			x		
Objetivo 3			x		
Gestão do Risco Financeiro	x				
Evolução do PMP a fornecedores	x			-15 dias	
Atrasos nos Pagamentos ("Arrears")	x			85.439 €	
Deveres Especiais de Informação	x				
Recomendações do acionista na aprovação de contas:					
Recomendação 1			x		
Recomendação 2			x		
Etc.			x		
Remunerações:					
Não atribuição de prémios de gestão	x				
Órgãos sociais - redução remuneratória nos termos do art.º 19º da Lei 55-A/2010	x				
Órgãos Sociais - redução de 5% por aplicação artigo 12º da Lei n.º 12-A/2010	x				
Auditor Externo - redução remuneratória nos termos do artº 22º da Lei 55-A/2010	x				
Restantes trabalhadores - redução remuneratórias nos termos do art.º 19º da Lei 55-A/2010	x				
Contratação Pública					
Normas de contratação pública	x				
Normas de contratação pública pelas participadas			x		
Adesão ao Sistema Nacional de Compras Públicas			x		
Limites de Crescimento do Endividamento					
Plano de Redução de Custos					
Gastos com pessoal	x			14,40%	
Fornecimentos e Serviços Externos	x			27,30%	
Princípio da Unidade de Tesouraria	x				

5.

Atividade Artística

5.1 Atividade do Teatro Nacional de São Carlos

5.1.1 Mensagem do Diretor Artístico

Durante o ano de 2011, o São Carlos abriu o pano de boca a uma programação diversificada de produções de ópera e de concertos de enorme qualidade.

No palco foram apresentados os principais títulos do repertório lírico:

1. Inaugurou-se o ano com *Kátia Kabanová*, uma coprodução com a English National Opera e a Companhia Nacional de Ópera da Polónia, que contou com um elenco de nível internacional.
2. A comédia clássica de Puccini, *Gianni Schicchi*, formou um duplo cartaz com a estreia em Portugal de *Blue Monday*, de Gershwin, numa nova produção assinada pelo jovem encenador português, André e. Teodósio.
3. *Banksters*, uma encomenda do Teatro Nacional de São Carlos ao compositor português Nuno Côrte-Real, e encenada pelo realizador João Botelho, estreou com um elenco totalmente português.
4. *Il cappello di paglia di Firenze*, uma nova produção de Fernando Gomes, assinalou a comemoração do 100.º aniversário do compositor italiano Nino Rota.
5. *Carmen*, de Bizet, outra nova produção para o Teatro Nacional São Carlos, esgotou as sete récitas muito antes da data da estreia.
6. Ausente do palco do São Carlos desde 1977, foi estreada uma nova produção da ópera icónica do repertório verdiano, *Don Carlo*, um dos pontos altos da temporada, quer para o Teatro, quer para o público.
7. Prosseguindo o compromisso na produção de óperas para crianças, 2011 fechou com uma produção muito colorida de *O gato das botas* no Teatro Camões, encenada por Emilio Sagi, com cenografia e figurinos de Agatha Ruiz de la Prada.
8. Enquanto se cantava o *Gato* no Camões, o São Carlos recebia a Companhia Nacional de Bailado com o bailado *Romeu e Julieta* (Prokofiev) com a Orquestra Sinfónica Portuguesa.

O Teatro Nacional de São Carlos é também a casa da Orquestra Sinfónica Portuguesa, que se apresentou em vários concertos no palco. Durante a primeira metade do ano, prosseguiu-se o ciclo dos Concertos para piano de Beethoven com pianistas portugueses e, na segunda metade, foram agendados cinco concertos com páginas do grande repertório sinfónico protagonizados pela música de Liszt cujo 200.º aniversário foi assinalado em 2011. A temporada incluiu ainda dois concertos no Grande Auditório do Centro Cultural de Belém, o primeiro, em janeiro, integrado no Mês Janáček, no contexto de uma colaboração entre o Teatro Nacional de São Carlos e a Fundação Calouste Gulbenkian. Ainda no âmbito desta colaboração, as cinco récitas de *Kátia Kabanová* no São Carlos foram complementadas pela versão de concerto – em duas datas – da ópera do mesmo compositor, *Da casa dos mortos*.

Paralelamente aos concertos sinfónicos, foi apresentada uma série de concertos de música de câmara, todos muito bem recebidos pelo público, no Salão Nobre, a segunda sala do TNSC. Estes concertos juntaram obras da Família Bach e, mais tarde, nesse mesmo ano, promoveu-se o ciclo de concertos intitulado «Viagens na minha terra», com obras dos principais compositores portugueses.

Fieis ao princípio de manter abertas as portas do Teatro, prosseguiu-se a popular série de concertos «Foyer Aberto» com elementos da Orquestra Sinfónica Portuguesa e do Coro do Teatro Nacional de São Carlos. A série de concertos que percorreu a segunda metade do ano foi intitulada «A Europa de Liszt».

Em 2011 fomos privilegiados com experiências memoráveis nos três espaços do Teatro. 2011 foi um bom ano para os nossos artistas e acredito que também o tenha sido para o nosso público.

Martin André
Diretor Artístico

5.1.2 Atividade Artística

TEMPORADA DE ÓPERA

O TNSC apresentou em 2011 sete produções de ópera (*Katia Kabanová*, de Janáček; o duplo cartaz: *Blue Monday*, de Gershwin/*Gianni Schicchi*, de Puccini; *Banksters*, de Nuno Côrte-Real; *Il capello di paglia di Firenze*, de Nino Rota; *Carmen*, de Bizet; *Don Carlo*, de Verdi; e *O gato das botas*, de Montsalvatge). Não é um número muito elevado de produções (os teatros europeus da dimensão do São Carlos apresentam normalmente 10 a 12 produções por ano). Contrariamente ao que parece evidente deduzir, tal não se deve apenas a questões orçamentais (embora sejam a questão fundamental), mas também a regulamentações laborais internas e disposições contratuais que impedem uma maior produtividade por parte dos diversos setores ligados à produção artística.

O CA não pode deixar de assinalar a apresentação de *Banksters*, de Nuno Côrte-Real e libreto de Vasco Graça Moura, uma criação portuguesa que revelou também o talento do realizador de cinema João Botelho, que se estreou na encenação de ópera.

Destaque ainda para a apresentação de *Il capello di paglia di Firenze*, de Nino Rota, com um elenco inteiramente português dirigido por João Paulo Santos. Esta produção pode e deve tornar-se tema de reflexão sobre os mecanismos de produção e de seleção artística que têm sido seguidos, mostrando que continua a ser possível apresentar produções de ópera do repertório internacional com elevado nível artístico, exclusivamente com artistas residentes em Portugal.

Merecem ser destacados os resultados de bilheteira da produção de *Carmen* que esgotou todas as récitas, fruto sem dúvida da popularidade desta ópera, mas também de um elenco internacional de qualidade.

A apresentação de *Don Carlo* assinalou o regresso de Elisabete Matos ao palco do São Carlos, após uma ausência de vários anos, o que permitiu levar a cabo posteriormente um extraordinário Concerto de Ano Novo.

FESTIVAL AO LARGO

O Festival ao Largo teve, em 2011, a sua terceira edição. A programação trouxe ao palco do Largo de São Carlos as 3 orquestras de Lisboa (Orquestra Sinfónica Portuguesa, Gulbenkian e Metropolitana), a Companhia Nacional de Bailado, uma presença internacional original (Baile Vienense com Peter Guth, música tradicional russa, Vita Panomariovaite), bem como propostas de grandes nomes como Artur Pizarro, Pedro Carneiro, Elisabeth Davis, Mário Laginha e Bernardo Sasseti.

O Festival ao Largo não utiliza verbas das temporadas do TNSC ou da CNB embora recorra aos seus recursos logísticos e humanos. O principal apoio financeiro tem vindo do Turismo de Portugal (houve uma redução no apoio em 2011, que passou para 250.000€).

A colaboração das embaixadas da Áustria e da Federação Russa permitiu enriquecer a programação internacional e houve ainda apoios específicos do Millennium BCP e da EDP.

Apesar de uma pequena redução do número de espetáculos (de 22 para 19), devido ao facto de terem sido descontinuados os espetáculos da fim da tarde que, por causa do calor, não reuniam condições mínimas, nem para o público nem para os artistas), foi possível atingir números de público assinaláveis: 28. 500 espetadores ao longo de todo o festival.

Trata-se de uma iniciativa que tem conquistado um grande sucesso, que garantiu já um lugar importante na cidade, e que permite chegar a um vasto público (que em grande parte não frequenta regularmente as produções dos corpos artísticos do OPART).

A instalação de uma bilheteira no espaço do Festival permitiu uma divulgação adicional das temporadas da CNB e TNSC, bem como um interessante incremento nas vendas de bilhetes.

OSP

A Orquestra Sinfónica Portuguesa é um corpo artístico com uma situação particular dentro do OPART, já que, apesar da sua integração no Teatro Nacional de São Carlos, continua a ter de assegurar uma temporada sinfónica, atividade nem sempre facilmente conciliável a tempo inteiro com as necessidades de um teatro de ópera.

O Maestro Titular da OSP – Julia Jones – terminou o seu contrato em julho de 2011, tendo o Diretor Artístico, Martin André, dentro dos poderes que lhe confere o seu contrato de trabalho, optado pela sua não continuidade à frente da OSP. Optou ainda por não contratar um novo Maestro Titular para a OSP.

Tal situação poderia ter acentuado a diluição da personalidade artística da OSP dentro do todo do Teatro de São Carlos, mas este risco foi bastante atenuado pelo facto de a atividade sinfónica da OSP ter tido um incremento muito assinalável.

É de assinalar também que, em finais de 2010, foi levado a cabo um concurso internacional para a contratação de um Concertino Principal, mas o júri deliberou não declarar vencedor nenhum dos candidatos. Assim, os dois Concertinos Assistentes tiveram de assegurar rotativamente essa função ao longo do ano de 2011. No último trimestre de 2011 o Diretor Artístico propôs a contratação de um concertino convidado, a violinista americana Rachel Seagal, que deu um contributo importante para a qualidade das prestações artísticas da OSP e para o bom ambiente de trabalho neste corpo artístico.

O efetivo da OSP sofreu mais uma redução devido à situação de incompatibilidade criada pela Lei do Orçamento de 2011, que colocou vários entraves à prestação profissional de pensionistas e reformados. Sete Instrumentistas tiveram assim de cessar a sua atividade na OSP, não tendo essas vagas sido preenchidas devido à situação de contenção financeira que vivemos. Esta é uma situação que afeta significativamente o nível artístico, devido à quebra da desejada proporcionalidade entre os naipes, fator decisivo na qualidade do som de qualquer orquestra, bem como a harmonia laboral no seio da orquestra, já que os naipes mais afetados por estas saídas têm de fazer um esforço suplementar (em termos de número de serviços) em relação aos restantes colegas.

A reposição do efetivo da OSP é fundamental para a qualidade que a principal orquestra portuguesa tem de apresentar embora os tempos difíceis que se vivem não permitam a solução imediata deste problema. Esta é uma situação que todos compreendem embora seja obrigatório manter em perspetiva uma futura solução para esta situação.

CORO DO TNSC

A atividade do Coro do TNSC está essencialmente ligada às temporadas de Ópera. Assim, e porque desde há alguns anos houve uma acentuada redução do número de produções de ópera por ano (devido principalmente a questões orçamentais), o coro vinha tendo um papel menos presente nas temporadas. Para contrariar esta situação, fomentou-se a apresentação do coro com programação própria, bem como a sua inclusão num maior número de programas corais-sinfónicos, em conjunto com a Orquestra Sinfónica Portuguesa, o que se traduz num maior número de apresentações, representando por isso um claro benefício para o público.

Foi também levada a cabo uma revisão do Regulamento Interno do Coro, que não foi ainda enviado para aprovação devido à necessidade de proceder a alguns ajustamentos que melhor o compatibilizem com recentes disposições do foro laboral em sede de Orçamento de Estado, que têm algumas implicações no regime de trabalho dos coralistas.

À semelhança da OSP, também o coro do TNSC tem o seu efetivo reduzido devido ao não preenchimento das vagas que foram surgindo ao longo dos anos. Tal situação poderia não ter implicações tão dramáticas no rendimento do coro se atingisse todos os naipes por igual, mas esse não é o caso, o que provocou uma situação de desequilíbrio que tem consequências graves na qualidade da prestação artística do coro.

De acordo com o previsto no acordo judicial com o maestro Giovanni Andreoli, em 2010, este iniciou as suas funções de Maestro Titular do Coro do TNSC a tempo inteiro em setembro de 2011. Tal situação teve efeitos benéficos do ponto de vista artístico e trouxe estabilidade a este corpo artístico, depois de um período de quase 3 anos de indefinição na sua liderança.

OUTRAS ATIVIDADES

No âmbito do programa educativo Mãos à Opera, criado no segundo semestre de 2011, foram realizados 7 concertos comentados para público infantil e juvenil, em 6 instituições, a que assistiram um total de 430 crianças e 43 professores. Adicionalmente, assistiram a ensaios gerais de óperas um total de 50 jovens do ensino secundário, 787 crianças do 1.º ciclo e 84 professores.

O programa educativo criou 5 cadernos didáticos, que distribuiu gratuitamente aos participantes das suas atividades, num total estimado de 3.500 crianças; promoveu a realização de visitas guiadas para um total de 3.078 visitantes (1.708 visitas gratuitas e 1.370 visitas pagas). Foi, também, organizado um encontro entre estudantes e público geral com o compositor António Pinho Vargas.

Estabeleceram-se acordos de colaboração e protocolos com a Direção-Geral de Desenvolvimento e Inovação Curricular, a Câmara Municipal de Almada, o Centro de Formação de Escolas do Concelho de Almada, Agrupamentos de Escolas de Miradouro de Alfazina, Agrupamentos de Escolas do Monte de Caparica.

Firmou-se um importante acordo de colaboração com a RTP 2, através da equipa de programação infantil para a realização de uma série infantil sobre a ópera e o Teatro Nacional de São Carlos.

Durante o ano de 2011, consolidaram-se relações no sentido de promover futuros acordos de colaboração com as seguintes instituições: Videoteca de Lisboa, Escola Superior de Educação, Escola Superior de Música, Hospital Júlio de Matos, Escola de Artes ArCo, Museu de Arte Contemporânea do Chiado, Museu Nacional de História Natural, Teatro Maria Matos, GAM (Grupo de Acessibilidade nos Museus), ACAPO (Associação dos Cegos e Amblíopes de Portugal), Centro Hellen Keller, IPO de Lisboa, Centro de Formação de Professores de Oeiras, Centro Cultural de Vila Flor, e diversas escolas públicas, privadas e escolas com ensino articulado da música.

5.2 Atividade da Companhia Nacional de Bailado

5.2.1 Mensagem da Diretora Artística

A programação da Companhia Nacional de Bailado para o ano de 2011 (segundo semestre da temporada 2010/11 e primeiro semestre da temporada de 2011/12) foi integralmente cumprida.

Muito embora se tenha verificado a ausência de programação definida para o segundo semestre da temporada 2010/11, devida à alteração na direção artística, foi possível elaborá-la em tempo útil e apresentá-la nas condições de produção que se exigem a uma Companhia Nacional. Não é esta, porém, a situação desejável para uma CNB que deve programar com uma antecedência mínima de um ano e precaver-se, nas mudanças de direção artística, com temporadas elaboradas e definidas para o período de transição entre diretores.

Romeu e Julieta foi a obra de abertura do ano de 2011 e também a primeira da responsabilidade desta direção artística. Da autoria do famoso coreógrafo sul-africano John Cranko e contando com a magnífica partitura de S. Prokofiev, cenários de João Mendes Ribeiro e figurinos de António Lagarto, esta obra foi levada à cena 24 vezes durante o referido ano nos teatros Camões, Nacional de São Carlos (com a participação da Orquestra Sinfónica Portuguesa, sob a direção de Joana Carneiro) e Municipal de Almada.

Uma coisa em forma de assim teve a sua estreia absoluta em abril, no Teatro Camões, e contou com a criação musical e interpretação de Bernardo Sasseti e a co-criação de nove dos mais importantes coreógrafos portugueses: Clara Andermatt, Francisco Camacho, Benvindo Fonseca,

Rui Lopes Graça, Rui Horta, Paulo Ribeiro, Olga Roriz, Madalena Vitorino e Vasco Wellenkamp. Este espetáculo teve 22 réplicas e foi escolhido para a digressão nacional, durante os meses de junho e julho, que incluiu cidades como o Porto (Coliseu do Porto), Vila Real (Teatro de Vila Real), Leiria (Teatro José Lúcio da Silva), Aveiro (Teatro Aveirense), Évora (Teatro Garcia de Resende), Beja (Teatro Pax Júlia), Portalegre (Centro de Artes e Espectáculos), Guimarães (Centro Cultural Vila Flor), Angra do Heroísmo (Centro Cultural e de Congressos), Ponta Delgada (Teatro Micaelense), Caldas da Rainha (Centro Cultural). Dois dos espetáculos realizados foram inseridos no Festival ao Largo cuja adesão extraordinária do público é de referir.

A vasta e diversificada apresentação em território nacional – incluindo continente e ilhas – tem sido reiteradamente reconhecida de máxima importância quer pelas edilidades que participam no acolhimento dos espetáculos, quer pela Fundação EDP que o tem confirmado através do apoio financeiro fundamental para viabilizar esta ação de descentralização, que tem constituído um trabalho consistente, anualmente desenvolvido pela CNB e com o qual cumpre o seu importante designio de «Nacional».

Uma coisa em forma de assim foi ainda o espetáculo escolhido pela CNB para assinalar o Dia Mundial da Dança (29 de abril), no Teatro Camões que, numa parceria com a CML/EGEAC, contou com a presença de um número muito alargado da comunidade da dança e de algumas associações suas representantes como a REDE. Contámos ainda com a presença do Presidente da República, a ministra da Cultura e a vereadora da Cultura da Câmara Municipal de Lisboa.

Noite de Ronda, obra de Olga Roriz inspirada na famosa canção «noche de ronda», estreou em maio, no Teatro Camões. Um dos oito espetáculos realizados integrou a Plataforma Portuguesa de Artes Performativas, 2011, que contou com a presença de um grande número de programadores estrangeiros convidados. Posteriormente, foi também apresentada no Festival ao Largo.

Du don de soi foi o título dado por Paulo Ribeiro à sua criação inspirada no universo cinematográfico de Andrei Tarkovsky. Esta produção constituiu-se numa parceria artística com o Centro Cultural de Belém que, na mesma altura, apresentou um ciclo sobre o realizador russo, e esteve inserido no Festival Temps d'Images, um festival internacional que cruza as artes do palco com a imagem. Realizaram-se oito espetáculos no Teatro Camões e dois no Teatro Nacional S. João, no Porto. Este espetáculo suscitou o interesse de vários programadores internacionais tendo os responsáveis pela programação do Théâtre National de Chaillot e Théâtre de la Ville, ambos em Paris, marcado presença no Porto.

Foi considerado pelos críticos do jornal *Público* o melhor espetáculo de dança apresentado em Portugal no ano de 2011.

A CNB deu início, em 2011, aos Projetos de Aproximação à Dança (PAD), serviço no âmbito educativo que, até à data, era uma área de fraca expressão na programação da CNB.

Estes projetos contaram, desde setembro de 2011, com a presença, nos estúdios da Companhia, de 90 alunos adolescentes/por produção, que tiveram a oportunidade de assistir a ensaios e participar em «workshops» ministrados por convidados com experiência simultânea na área educativa e nas artes performativas. Foi o caso dos coreógrafos/professores Victor Hugo Pontes e Madalena Vitorino. Ainda nesta área, foram realizados seis espetáculos das diferentes produções, exclusivamente dedicados às escolas. Para estes projetos contamos com a colaboração de elementos do elenco artístico que se disponibilizam para interagirem com os alunos, facto que tem trazido uma verdadeira mais-valia na qualidade do contacto com os participantes.

Em 2011 deu-se também início aos Ensaios Gerais Solidários (EGS), projeto que consiste na abertura dos ensaios gerais da Companhia Nacional de Bailado a pessoas que tenham contribuído com um donativo para uma instituição de solidariedade. Foram alguns exemplos, durante o ano de 2011, a Associação Portuguesa da Trissomia 21/Diferenças, a Fundação GIL, a Associação Portuguesa Contra a SIDA, e a Casa do Artista – APOIARTE.

Outro dos projetos implementados em 2011 foi Gesto Contínuo, um atelier coreográfico permanente onde os bailarinos da CNB podem iniciar-se na composição coreográfica, usufruindo de todos os meios técnicos existentes na Companhia, bem como das instalações num ambiente propício à pesquisa. O resultado do trabalho efetuado será apresentado ao público, todos os anos, no final de cada temporada.

Em setembro de 2011 foi ainda realizado um workshop de introdução à técnica e repertório da coreógrafa Anne Teresa De Keersmaeker, com vista à preparação da próxima temporada, nomeadamente de um programa da autoria desta criadora a realizar em outubro de 2012.

Durante os momentos de ensaios e preparação de espetáculos da CNB, o Teatro Camões, o seu equipamento e as equipas técnica, de cena e de produção foram rentabilizados de duas formas:

1) Através do aluguer dos espaços e de serviços como os fornecidos pelas equipas técnica, de cena e de produção, numa perspetiva comercial.

Durante o ano de 2011 foram realizados 25 eventos comerciais, o que resultou em 31 dias de aluguer.

2) No acolhimento de companhias ou criadores, numa programação paralela e complementar à da CNB a que chamámos Programação do Teatro Camões.

Desta programação paralela constam espetáculos como:

Local Geographic de Rui Horta, inserido na Plataforma Portuguesa de Artes Performativas, 2011; *The Old King*, espetáculo em estreia de Miguel Moreira e do extraordinário bailarino português Romeu Runa – espetáculo que estará presente este ano no Festival d'Avignon; ciclo *Moçambique em Lisboa* que contou com a parceria da Cinemateca na apresentação do filme *Kuxa Kanema* e que contemplou a cedência do coreógrafo Rui Lopes Graça (atual bailarino/coreógrafo da CNB) para a criação de uma coreografia intitulada *Gold* para a Companhia Nacional de Canto e Dança de Moçambique; *Les Corbeaux* de Josef Nadj, espetáculo inserido no Festival de Teatro de Almada; *Pets* de Olga Roriz com a Companhia COR; *Play de Film* um espetáculo de André Godinho, pela companhia Cão Solteiro e a ópera *O gato das botas*, produção do TNSC.

As escolas artísticas marcaram também presença no Teatro Camões:

Escola de Música da Academia de Santa Cecília com o espetáculo *Vamos construir uma Cidade* e a Escola de Dança do Conservatório Nacional com o espetáculo de final de ano letivo. Aliás, a CNB manteve com esta última um relacionamento muito próximo, não só na cedência de professores como na assistência aos exames. Sempre que a Companhia teve necessidade, a Escola disponibilizou alunos finalistas para integrarem os seus espetáculos.

Durante o primeiro semestre de 2011, foi solicitada à direção artística da CNB a colaboração nos estudos sobre o Estatuto do Bailarino e sobre a renovação do elenco da Companhia. De facto, continua a ser este um dos principais problemas da CNB, que conta atualmente com 70 bailarinos no seu elenco e uma média de idades de 35/25 anos. Esta média, muito acima do que seria desejável para a profissão, não é comparável com a média de idades de companhias congéneres europeias. A título de exemplo, no Ballet Nacional da Holanda os bailarinos terminam as suas carreiras aos 38 anos. Este é um assunto para o qual, considerada a sua importância, a Direção Artística da CNB reitera a sua total disponibilidade em colaborar na procura de soluções.

Ao longo de 2011, a CNB contou com a colaboração de professores convidados como Sandor Nemethy, Arkady Nikolaev, Vladimir Petrunin, Gagik Ismailian, Pascale Mosselmans, Curtis Foley ou Sylviane Bayard, individualidades que, a par dos colaboradores da própria CNB responsáveis pelas aulas diárias da Companhia, muito contribuem para a diversidade e complementaridade fundamentais no trabalho técnico regularmente requerido ao elenco profissional duma companhia.

As audições públicas para a Temporada 2011/12 da CNB foram realizadas em Londres, Madrid e Lisboa, durante os meses de maio e junho de 2011. Candidataram-se 393 bailarinos e foram admitidos (substituindo bailarinos que terminavam o seu contrato) 4 bailarinos estagiários, 2 corpo de baile e 1 corifeu.

A Temporada de 2011/12 foi anunciada em conferência de imprensa no dia 20 de junho de 2011 e editada uma brochura que se anexa.

O anúncio de *lay off*, em outubro de 2011, criou alguma instabilidade e ansiedade quanto ao futuro da CNB mas foi, mesmo assim, possível cumprir a programação anunciada para o que muito contribuiu o profissionalismo e empenho de todos os colaboradores. Os ajustes à programação foram essencialmente feitos nos orçamentos de produção, nos quais se recorreu à renegociação dos contratos com os criadores. A direção artística da CNB empenhou-se ainda na renovação do contrato de mecenato com a EDP, que se encontra neste momento acordado por um período de mais 3 anos.

Luísa Taveira
Diretora Artística

5.2.2 Atividade Artística

Lúcia Taveira iniciou as suas funções de diretora artística da Companhia Nacional de Bailado em outubro de 2010. Foi em 2011 que a sua programação artística começou a ser apresentada ao público. O tempo de que dispôs para a preparar foi manifestamente curto (3 meses), o que não impediu que algumas novas produções tivessem um assinalável impacto mediático, caso principalmente de *Uma coisa em forma de assim*, em que 9 dos principais coreógrafos portugueses se juntaram ao pianista Bernardo Sasseti, num espetáculo que tem percorrido todo o País com assinalável sucesso, representando uma visão de conjunto do panorama coreográfico nacional que muito se adequa à missão de serviço público da CNB.

A reposição da produção de *Romeu e Julieta*, um grande clássico, no palco do São Carlos, com a participação da Orquestra Sinfónica Portuguesa, permitiu à CNB chegar a um público mais alargado e insere-se na lógica de cooperação que estava na base da criação do OPART. A situação dos bailarinos que a partir de uma certa idade deixam de poder prestar o seu trabalho em condições técnicas e artísticas ideais tem sido, ao longo dos anos, uma preocupação constante de tutelas, administrações e direções artísticas. Em finais de 2010, após várias consultas ao OPART, e à CNB em particular, a Ministra da Cultura enviou ao CA do OPART um ante-projeto de Estatuto do Bailarino para apreciação. Em 13 de janeiro de 2011, o CA enviou à Ministra uma apreciação desse documento, em que saudava algumas medidas que poderiam contribuir para uma solução deste problema, propôs algumas alterações, mas chamou também a atenção para alguns fatores que, no seu entender, poderiam pôr em causa a sustentabilidade financeira da estratégia proposta, nomeadamente o caráter voluntário da reconversão profissional dos bailarinos ao atingirem a idade prevista para o efeito.

A não solução deste problema, implicando a afetação de recursos significativos a quadros que não prestam efetivo serviço enquanto bailarinos, tem reflexos graves a vários níveis: por um lado, ao manter nos quadros da companhia bailarinos que não podem dançar nas melhores condições, impede que toda uma geração de jovens bailarinos de grande qualidade tenha acesso à profissão no contexto da CNB; por outro, afeta significativamente a possibilidade de apresentar nas melhores condições os grandes clássicos do repertório, já que estas produções – que deveriam constituir um dos eixos fundamentais da programação da companhia – envolvem normalmente um grande número de bailarinos e têm um alto grau de exigência técnica.

6. Recursos Humanos

Orientações Globais

Ao nível da Gestão de Recursos Humanos, o ano de 2011 foi caracterizado pela aplicação de fortes medidas de contenção da massa salarial, dadas as restrições impostas pelos Planos de Estabilidade e Crescimento e pelo OE/2011, que se consubstanciaram essencialmente na aplicação de reduções salariais e num processo de negociação com vista à rescisão de contratos por mútuo acordo (este último com especial incidência no último trimestre do ano).

Optou-se por externalizar os serviços informáticos do OPART, permitindo racionalizar custos por reafetação/redução de recursos humanos. A política contínua de contenção do absentismo/trabalho suplementar permitiu a redução substancial de ambos no período em análise.

Em termos globais, as linhas de atuação gestonária foram fortemente vinculadas sob o primado da racionalização da atividade organizacional e da sustentabilidade coletiva.

Análise do efetivo

Em 31 de dezembro de 2011 o OPART integrava um total de 383 colaboradores, dos quais 370 em serviço efetivo:

<i>Análise do Efectivo</i>		<i>31-12-2011</i>
Gestores Públicos	Regime de Nomeação	2
Com contrato individual de trabalho	A prestar serviço efectivo	355
	Ao serviço de outras entidades	2
	Em Suspensão/ Licença superior 30d	11
Requisitados a outras entidades	Contrato de trabalho em funções públicas	5
Prestação de Serviços	Regime Tarefa/ Avença	8
	Efectivo Total	383
	Efectivo ao serviço	370

Quadro I – Efectivo OPART em 31.12.2011

Durante o ano de 2011 registou-se um decréscimo do quantitativo de trabalhadores com vínculo laboral à empresa, que caracteriza todo o triénio 2009-2011:

Evolução do Efectivo

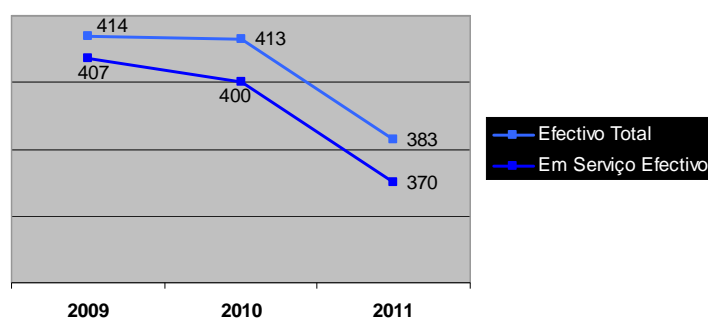


Figura I – Evolução do efetivo OPArt – triénio 2009/ 2011

A análise abaixo apresentada é efetuada com base no efectivo ao serviço em 31/12 (362 colaboradores). Este valor corresponde ao universo laboral total excluindo as ausências prolongadas, as licenças sem vencimento, a cedência a outras entidades e os prestadores de serviços.

Entradas e saídas

Em termos globais, ao longo do ano de 2011 registaram-se 63 entradas e 89 saídas de colaboradores. Os valores apresentados justificam-se essencialmente pela contratação pontual de trabalhadores para produções específicas, que caracteriza o efetivo da atividade artística e que varia de acordo com as necessidades das produções realizadas ao longo de cada temporada, fruto das especificidades que cada uma delas apresenta. O ênfase na contratação ao abrigo do regime dos contratos de trabalho dos profissionais de espetáculos⁴ resulta, no ano de 2011, num efeito conjugado de entradas/saídas bem visível se comparado com o ano anterior:

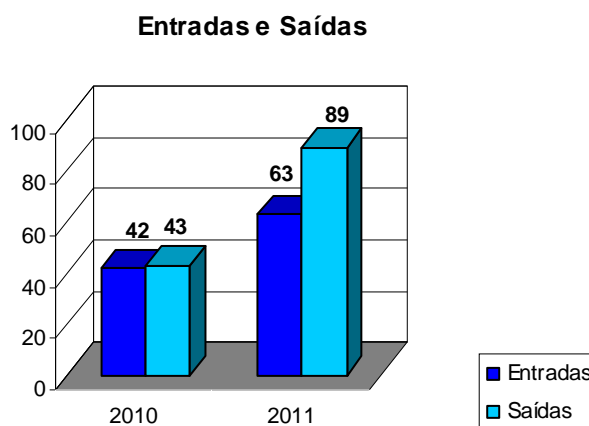


Figura II – Entradas e saídas (2010/2011)

Relativamente ao volume de saídas, acresce ao já exposto a cessação por Reforma/Aposentação (16), por Mútuo Acordo (11) e ainda por Iniciativa do Trabalhador (11).

Distribuição do efetivo por área de atividade

Atendendo à missão da entidade (prestação de um serviço público na área da música erudita e do bailado, nele se compreendendo a música, a ópera e o bailado), a área artística – composta pelos elementos afetos à Orquestra Sinfónica Portuguesa, ao Coro do TNSC e ao Elenco Artístico da CNB – é a que assume preponderância em termos de recursos humanos, representando 65% do efetivo.

A área técnica/produção é composta pelo grupo de trabalhadores que presta apoio técnico na execução dos espetáculos e que reunia, em 31.12.2011, cerca de 20% dos trabalhadores.

A área de suporte, composta pelos trabalhadores afetos aos serviços centrais, representava na mesma data cerca de 15% do efetivo.

⁴ Aprovado pela Lei n.º 4/2008

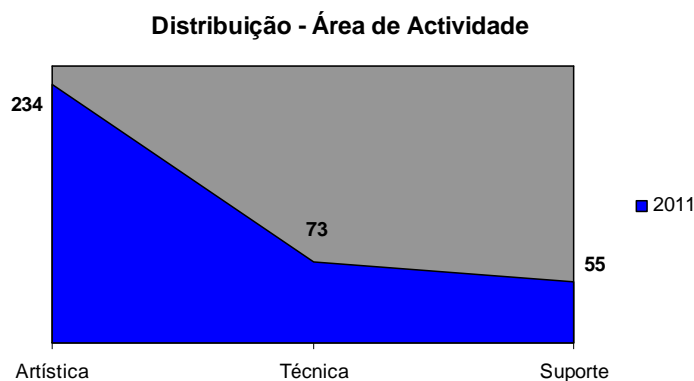


Figura III – Distribuição do Efetivo por Área de Atividade (2011)

Ao longo do triénio é evidente a posição que a área artística assume no efetivo desta entidade, tendo em conta que este grupo representa o *core business* do OPART. As áreas técnica/produção e de suporte apresentam pequenas oscilações ao longo dos 3 anos, verificando-se um acréscimo de 1% de 2010 para 2011 na área técnica/produção.

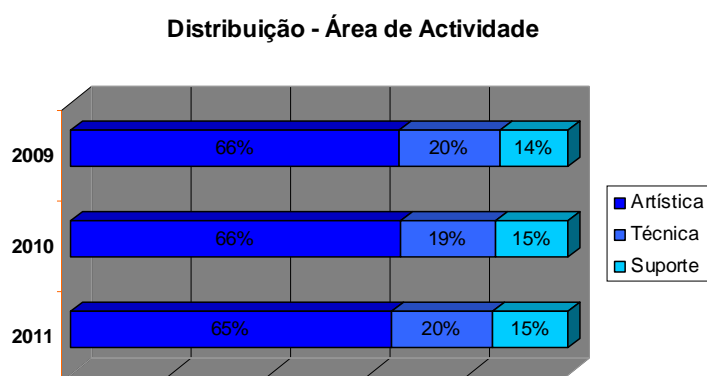


Figura IV – Distribuição do efetivo por área de atividade (triénio 2009/2011)

Trabalho suplementar e absentismo

Em 2011 registou-se um decréscimo de cerca de 31% relativamente ao volume de trabalho suplementar efetuado no ano anterior. Apesar desta redução significativa, a área técnica manteve a posição dominante em relação às restantes, uma vez que este grupo de trabalhadores representa um papel de extrema relevância na preparação/execução das produções artísticas.

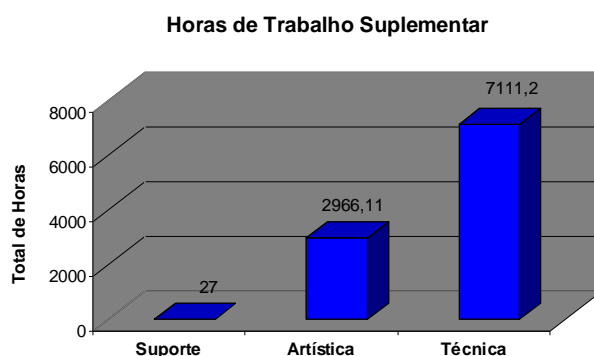


Figura V – Horas de trabalho suplementar (2011)

Relativamente ao absentismo, verificou-se uma redução substancial na taxa de absentismo no ano de 2011, quando comparado com 2010:

	Ano 2010	Ano 2011	Δ % 10-11
Absentismo (%)	7.2%	4.85%	-32%

Indicadores de RH – acesso ao emprego por igualdade de género

Uma das linhas de atuação na política de gestão de recursos humanos do OPART consiste na promoção da igualdade de tratamento e oportunidades entre homens e mulheres.

Considerando que cerca de 52% do efetivo é representado por homens e 48% está assegurado por mulheres, manteve-se um nível adequado na equidade entre homens e mulheres no universo laboral, conforme já registado em anos anteriores.

Através dos indicadores abaixo discriminados – que evidenciam o grau de cumprimento do princípio da não discriminação por sexo no acesso ao emprego, conclui-se que o grupo das mulheres apresenta uma retribuição média mensal praticamente similar ao grupo dos homens. A composição dos cargos dirigentes de primeira linha é agora maioritariamente feminina, representando as mulheres cerca de 69% do universo.

1.º Indicador	$\frac{\text{Retribuição média mensal das mulheres}}{\text{Retribuição média mensal}} = 96.62 \%$
2.º Indicador	$\frac{\text{Mulheres com cargos de Direcção (1.ª linha)}}{\text{Cargos de Direcção (1.ª linha)}} = 69.23 \%$
3.º Indicador	$\frac{\text{Número de Colaboradores Mulheres}}{\text{Total de colaboradores}} = 48.07 \%$

Oportunidade de Estágios

No decorrer do ano de 2011, o OPART celebrou protocolos de estágios curriculares com algumas instituições de ensino, por forma a possibilitar a integração de alunos finalistas que pretendem desenvolver uma componente prática, em contexto real de trabalho associada à sua formação escolar. Destas instituições salienta-se a Escola Profissional de Artes e Ofícios do Espetáculo do Chapitô e a Escola Alemã de Lisboa. O grande destaque revelou-se com o decorrer do Festival ao Largo, cuja iniciativa contou com a participação de 22 jovens estagiários da Escola de Comércio de Lisboa, distribuídos pelas várias áreas de trabalho do OPART.

Pretende-se dar continuidade a esta iniciativa, na medida em que permita aos futuros profissionais a aquisição de competências técnicas e relacionais essenciais à sua formação, garantia da difusão e partilha do mundo artístico à sociedade civil.

SETOR TÉCNICO

Apesar da criação do OPART, não foi possível, por razões contratuais, compatibilizar completamente os regimes laborais dos trabalhadores dos setores técnicos da CNB e do TNSC.

Esta situação faz com que as sinergias que se poderiam antecipar entre os setores técnicos da CNB e do TNSC não se pudessem aprofundar tanto quanto seria desejável.

Os técnicos do TNSC têm um regime laboral muito pouco flexível, com um horário de trabalho diurno de 2.^a a 6.^a feira, completamente desajustado das necessidades de um teatro de ópera, que funciona, pelo menos em termos de espetáculos, principalmente em horário noturno ou fim de semana. Tal situação sobrecarrega significativamente os custos deste setor e é um obstáculo a uma maior operacionalidade, eficácia e rentabilidade.

Os técnicos da CNB têm uma maior flexibilidade na sua prestação laboral, mas tal foi conseguido (ainda antes da criação do OPART) através da assunção de encargos financeiros adicionais cuja aplicação aos técnicos do TNSC seria impraticável por razões económicas e até de razoabilidade. Ao longo do ano houve várias tentativas negociais para ultrapassar este problema, tentando implementar um regime de trabalho mais condizente com as necessidades do teatro, mas não foi possível ainda chegar a um acordo.

A nova realidade orçamental permitiu vislumbrar algumas perspetivas de evolução para esta questão (tanto pelas novas condicionantes financeiras como por uma expectável maior recetividade negocial) que se espera resolver de modo satisfatório ao longo do primeiro trimestre de 2012.

7. Situação económica e financeira

Enquadramento

Neste ponto, pretende-se refletir de forma clara e sistematizada sobre o desempenho económico e financeiro durante o ano 2011 fazendo, sempre que possível, a comparação com o Plano de Atividades e Orçamento e com a execução do ano anterior.

Conforme foi sendo feito ao longo do ano, nos respetivos relatórios trimestrais, a comparação com o Orçamento faz-se relativamente à primeira versão apresentada, apesar de nenhuma das versões apresentadas ter sido objeto de aprovação.

Procuraremos também enquadrar as principais rubricas de custos e proveitos no contexto em que foram realizadas.

A somar aos obstáculos impostos pelo contexto macroeconómico, o OPART enfrentou em 2011 dificuldades que resultam da necessidade de reforço do capital estatutário e, finalmente, os decorrentes do facto de a Indemnização Compensatória bruta do ano ter sido inferior ao inicialmente previsto e comunicada à entidade apenas em outubro, altura em que a capacidade para se adaptar a esse novo dado era quase impraticável.

À semelhança dos anos anteriores, o OPART apenas recebeu a Indemnização Compensatória em dezembro, o que o obrigou a contrair sucessivos empréstimos junto da DGTf. Mantiveram-se, desta forma, as profundas incertezas a nível de tesouraria que condicionaram a atividade da empresa, obrigaram-na ao sucessivo adiamento de algumas despesas e investimentos e prejudicaram a sua imagem e capacidade negocial junto de fornecedores e parceiros nacionais e estrangeiros.

Demonstração de resultados

Na elaboração das contas apresentadas foi assumido o princípio do acréscimo, nomeadamente no que se refere aos gastos e rendimentos com as produções realizadas, e com o pessoal.

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZA	Previsão	Real
Vendas e serviços prestados	2.064.378	1.968.588
Subsídios à exploração	19.574.285	18.928.920
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	-3.256	-3.055
Fornecimentos e serviços externos	-6.558.800	-5.165.702
Gastos com o pessoal	-14.726.094	-13.313.629
Imparidades	0	-13.058
Provisões	0	-1.831.319
Outros rendimentos e ganhos	130.064	141.068
Outros gastos e perdas	-380.480	-391.070
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	100.097	320.742
Gastos / reversões de depreciação e de amortização	-360.344	-299.370
Resultado operacional	-260.247	21.372
Juros e rendimentos similares obtidos	0	17.654
Juros e gastos similares suportados	-1.750	-586
Resultado antes de impostos	-261.997	38.440
Imposto sobre o rendimento do período	-5.108	-8.658
Resultado líquido do período	-267.105	29.782

- 1) Outros gastos incluem ofertas, impostos e outros
- 2) Provisões incluem acréscimo do processo do Maestro Zoltán Peskó
- 3) Amortizações dos bens transitados do TNSC e da CNB têm igual valor em Outros rendimentos pelo reconhecimento do proveito do seu financiamento (116.305 €).

O orçamento apresentado previa um resultado líquido negativo de 267 mil euros e verificou-se agora que, apesar do imprevisto aumento de provisões para processos judiciais, o resultado obtido de 29 mil euros, se apresenta melhor do que o estimado.

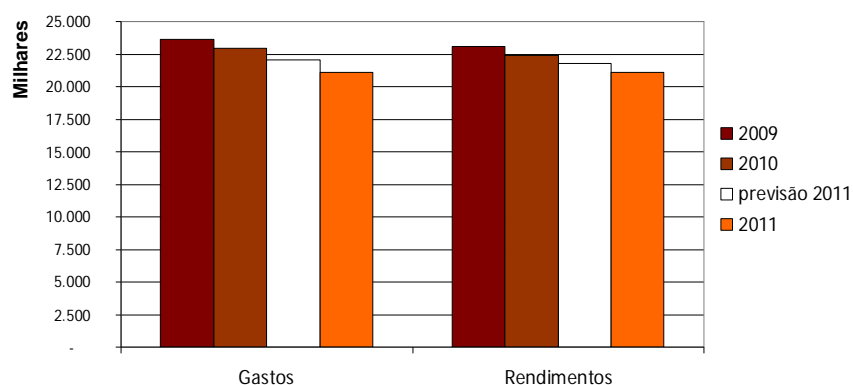
Este desvio, positivo face ao estimado, retrata variações em relação às estimativas de Gastos e Rendimentos, tendo os primeiros ficado 4,3% abaixo do previsto enquanto os segundos se situaram em 3% abaixo.

	Previsão	Real	
TOTAL DE RENDIMENTOS	21.768.727	21.125.810	-3,0%
TOTAL DE GASTOS	22.030.724	21.087.370	-4,3%

Tal fica a dever-se a uma substancial redução dos gastos com pessoal, por via da aplicação do artigo 22.º da Lei 55-A/2011 e da não especialização dos subsídios de férias a pagar em 2012, ao esforço de redução de gastos com FSE de estrutura e à redução dos gastos com produções levada a cabo devido à comunicação de redução da IC.

É importante lembrar que em outubro, após conhecimento da redução da IC para o ano 2011 e seguinte, foi necessário proceder à reformulação da programação (que também obrigou, já em 2012, à devolução de valores de bilheteira vendidos para produções entretanto canceladas).

Comparação 2010/2011



O gráfico acima ilustra a redução progressiva de gastos e rendimentos desde 2009 e no qual se percebe facilmente a quebra no orçamento da entidade.

Esta percepção já tinha sido clarificada na análise do ponto 4.11 no qual se evidencia uma redução de custos operacionais face a 2009 de 18,5%.

Analisando a distribuição dos resultados por grupo de projeto verificamos que, relativamente ao orçamentado, quer os gastos, quer os rendimentos de estrutura se mantiveram abaixo do estimado, os primeiros com maior expressão, e os segundos devido à dificuldade de angariação de novos mecenas, às quebras de receita de bilheteira e à diminuição da IC líquida.

	RENDIMENTOS			GASTOS			RESULTADO	
	Previsão	Real		Previsão	Real		Previsão	Real
Estrutura	18.601.352	18.102.152	-2,7%	16.356.224	16.335.116	-0,1%	2.245.128	1.767.036
Prestação de Serviços	250.000	315.307	26,1%	137.500	24.394	-82,3%	112.500	290.913
Produção	2.917.375	2.708.352	-7,2%	5.537.000	4.727.861	-14,6%	-2.619.625	-2.019.509
	21.768.727	21.125.810	-3,0%	22.030.724	21.087.370	-4,3%	-261.997	38.440

Nos rendimentos de Prestações de Serviços estão essencialmente os alugueres de salas (do TNSC e do TC), encontra-se também aí espelhado o protocolo de permuta de serviços de utilização do Teatro Camões com publicidade da RTP (sendo que os respetivos gastos da publicidade estão contabilizados nas produções publicitadas).

Na análise de resultados deve ter-se em conta que uma parte significativa dos Gastos de estrutura reflete o aumento das provisões para processos judiciais em 1,8 M de euros, sendo que a maioria deste valor deve-se à sentença proferida em 1.ª instância, no âmbito da ação judicial instaurada pelo Maestro Zoltán Peskó.

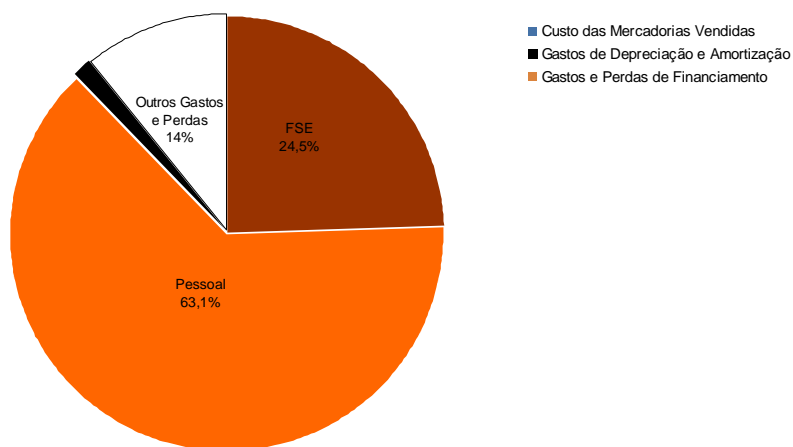
Deve referir-se, também, que os gastos com amortizações incluem 116 m euros que derivam do imobilizado herdado dos dois institutos fundidos no OPART, cujo reconhecimento do respetivo proveito (proveniente do seu financiamento) é considerado na conta 78 – Outros Rendimentos.

Os Outros Gastos e as Prestação de serviços têm refletido o valor dos convites tratados enquanto Ofertas sendo nulo o seu impacto no resultado.

	Previsão	Real	
TOTAL DE GASTOS	22.030.724	21.087.370	-4,3%
Custo das mercadorias vendidas	3.256	3.055	
Fornecimentos e serviços externos	6.558.800	5.165.702	-21,2%
<i>FSE Estrutura e Prestação Serviços</i>	<i>1.842.985</i>	<i>1.577.390</i>	
<i>FSE Variáveis c/ Produção (inclui Digressão)</i>	<i>4.715.815</i>	<i>3.588.312</i>	
Gastos com o pessoal	14.726.094	13.313.629	-9,6%
<i>Pessoal Estrutura e Prestação Serviços</i>	<i>14.275.909</i>	<i>12.547.334</i>	
<i>Pessoal Variáveis c/ Produção (inclui Digressão)</i>	<i>450.185</i>	<i>766.294</i>	
Outros gastos e perdas	380.480	391.070	2,8%
<i>Outros Gastos Estrutura e Prestação Serviços</i>	<i>9.480</i>	<i>17.816</i>	
<i>Outros Gastos Variáveis c/ Produção</i>	<i>371.000</i>	<i>373.255</i>	
Gastos de depreciação e de amortização	360.344	299.370	-16,9%
Provisões e imparidades		1.913.958	
Juros e gastos similares suportados	1.750	586	-66,5%

Os FSE e, particularmente, os Custos com Pessoal têm um peso relativo no Total de Gastos muito elevado e nestas duas rubricas as variações relativamente ao orçamentado foram de -21,2% e -9,6%, respetivamente.

Refira uma vez mais que, de acordo com o estabelecido no OE 2012, não foi feita a especialização dos subsídios de férias a pagar em 2012 (valor que estava orçamentado).



A estrutura de Gastos do OPART apresenta um grau de flexibilidade muito baixo, com os gastos com pessoal a representarem 63,1% do total (59,5% são custos fixos com pessoal e apenas 3,6% variáveis decorrentes da produção artística).

Na globalidade, os custos de carácter fixo (Estrutura) têm um peso muito elevado – 77,5% - a maioria dos quais são custos com pessoal e FSE de carácter fixo (Eletricidade, água, rendas, manutenções, segurança, limpeza, etc.). Esta percentagem aumentou face a 2010 (74%) uma vez que a forma mais imediata e viável de acomodar a redução da IC foi nos gastos variáveis (Produção).

Gastos	21.087.370	
Estrutura	16.335.116	77,5%
Produção	4.727.861	22,4%
Prestação de Serviços	24.394	0,1%

É importante referir que o peso dos honorários no total de FSE é bastante significativo uma vez que esta rubrica traduz a contratação de pessoal artístico (cantores, encenadores, reforços de coro e orquestra, figurinistas, bailarinos, coreógrafos), técnico (maquinistas, cortineiros) e de apoio (legendagem, caracterização, cabeleireiros, desenho de luz) para as diferentes produções realizadas.

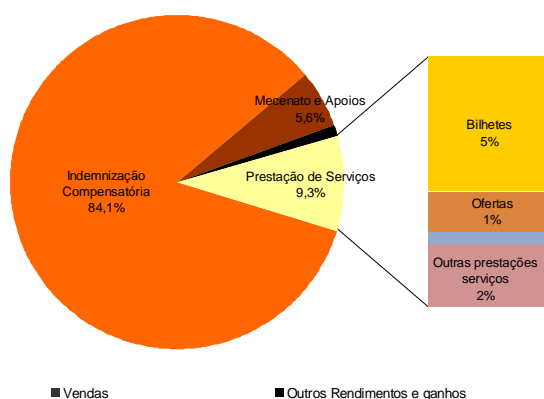
Os Outros Rendimentos apresentam um montante idêntico às Amortizações dos bens que transitaram do Teatro Nacional de São Carlos e da Companhia Nacional de Bailado, sendo nulo o seu impacto nos resultados.

Rendimentos e ganhos

	Previsão	Real	
TOTAL DE RENDIMENTOS	21.768.727	21.125.810	-3,0%
Vendas e serviços prestados	2.064.378	1.968.588	-4,6%
<i>Vendas</i>	3.700	2.984	
<i>Bilhetes</i>	1.298.575	1.054.306	
<i>Ofertas</i>	350.000	318.183	
<i>Vendas de espectáculos</i>	50.000	97.060	
<i>Outros Serviços (Aluguer de espaços; Publicidade; Programas; Visitas; etc.)</i>	362.103	496.056	
Subsídios à exploração	19.574.285	18.928.920	-3,3%
Outros rendimentos e ganhos	130.064	228.302	75,5%

A estrutura de rendimentos é, como seria de esperar, marcada pelo peso dos Subsídios à Exploração (89,6%) – incluindo IC, Mecenato e outros apoios obtidos a título de subsídio. Isolando a Indemnização Compensatória esta representa 84,1% do total de rendimentos, não sendo portanto de estranhar o impacto que uma redução desta rubrica tem em toda a atividade da entidade.

As principais rubricas de Prestação de serviços são a venda de bilhetes e a venda de espetáculos para digressão (59% do total). Importa voltar a referir que nesta rubrica são contabilizadas as ofertas (com impacto nulo no resultado uma vez que o são também na rubrica Outros Gastos e Perdas). Por fim, esta rubrica apresenta também os valores de alugueres de espaços do TNSC e do TC para eventos.



Da análise da composição da conta 72 Prestação de Serviços conclui-se que, relativamente ao ano anterior, há uma redução de 17%, havendo também uma variação do peso relativo de cada entidade no total, com o TNSC a apresentar uma quebra e a CNB a manter-se em níveis idênticos aos anteriores. Esta redução é justificada não só pela difícil conjuntura económica que se vive desde 2009 e que se traduz numa quebra da procura, mas também pelas circunstâncias

internas do OPArt – a mudança da administração e a reformulação da temporada após a sua divulgação e venda (no TNSC).

Considerando a estrutura de custos apresentada pela empresa e à semelhança de anos anteriores, a IC é tratada como parte dos rendimentos de estrutura e constitui a maioria do valor encontrado nesta rubrica; os outros rendimentos de estrutura são os alugueres permanentes de espaços, reversões de provisões e reconhecimento de subsídios ao investimento (relativos ao imobilizado que transitou dos anteriores Institutos Públicos). Os mecenas são, como expectável, tratados como rendimentos de produção juntamente com outros apoios, bilheteira, digressão, etc..

Rendimentos	21.125.810	
Estrutura	18.102.152	85,7%
Produção	2.708.352	12,8%
Prestação de Serviços	315.307	1,5%

Em resumo, os resultados de 2011 estão ligeiramente acima do previsto (16,7%) devido a uma melhor performance a nível de contenção de gastos que permitiu ultrapassar as reduções de rendimentos.

Balanço e Indicadores Financeiros

O princípio contabilístico do acréscimo foi aplicado com todo o rigor, pelo que estão evidenciadas no balanço rubricas de acréscimos e diferimentos, com bastante expressão, relativas ao pessoal e à especialização das produções.

ACTIVO	Dezembro 2011		
	Previsão	Real	
Activo não corrente			
Activos fixos tangíveis	1.879.432	1.322.704	
Activos intangíveis	0	13.414	
Activo corrente			
Inventários	114.278	107.133	
Clientes	138.336	170.628	
Estado e outros entes públicos	0	25.818	
Outras contas a receber	0	682.475	
Diferimentos	324.404	325.426	
Caixa, depósitos bancários e activos financeiros	177.785	882.107	
Total do activo	-	2.634.234	3.529.704
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital próprio			
Capital realizado	5.000.000	4.000.000	
Outras reservas	1.543.801	1.543.801	
Resultados transitados	-9.033.797	-8.750.718	
Variações no Capital Próprio	0	155.303	
Resultado líquido do período	-267.105	29.782	
Total do capital próprio	-	- 2.757.102	- 3.021.832
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões	981.068	3.017.101	
Passivo corrente			
Fornecedores	707.190	447.807	
Estado e outros entes públicos	482.376	1.201.659	
Financiamentos Obtidos	0	0	
Outras contas a pagar	3.015.737	1.463.187	
Diferimentos	204.965	421.781	
Total do passivo	-	5.391.336	6.551.536
Total do capital próprio e do passivo	-	2.634.234	3.529.704

Os investimentos do OPART, devido às recorrentes e já explicadas dificuldades de tesouraria, saldaram-se em apenas 216 m euros, consequentemente, também as amortizações estão abaixo do estimado. Note-se que a dificuldade em levar a cabo alguns investimentos traduz-se na degradação de equipamentos e instalações e numa menor produtividade – a ausência de equipamentos que permitam reduzir substancialmente as operações manuais em palco obrigam à existência de mais recursos humanos e acarretam problemas de segurança.

	Previsão	Real	
TOTAL INVESTIMENTOS	884.600	216.757	24,5%
Investimentos em Infra-estruturas	655.000	77.613	
Investimentos Correntes	229.600	139.144	

A não intervenção do acionista através de um aumento de capital previsto desde 2008 faz com que a situação patrimonial se mantenha frágil, traduzida numa situação líquida negativa de 3M€.

Regra geral, devido à deterioração da situação líquida, os rácios apresentam-se piores que em final de 2009.

	Dez.2010	Dez.2011
Autonomia Financeira (Capitais Próprios/Activo Líquido)	-80,2%	-85,6%
Solvabilidade (Capitais Próprios/Passivo)	-44,5%	-46,1%
Endividamento (Passivo/Activo)	180,2%	185,6%
Liquidez	0,74	1,07
PMP (dias)	58	43

O PMP está acima do estimado para o ano (35 dias), o que não surpreende dada a redução da IC e o facto de esta só ter sido recebida em dezembro.

Outras informações

No âmbito do Despacho do Ministério das Finanças e da Administração Pública com o N.º 101/09 – SETF informa-se que não existem, em final de 2011, valores relativos ao recurso a financiamento. Desta forma, não há nada a assinalar no que respeita a taxa média anual de financiamento.

As aquisições de bens e serviços foram feitas de acordo com as normas do Código dos Contratos Públicos (DL n.º 18/2008).

Foram enviados, durante o ano 2011, relatórios trimestrais de execução orçamental acompanhados dos relatórios do órgão de fiscalização.

As aplicações financeiras foram integralmente realizadas junto do IGCP.

8.

Aplicação de resultados

O Resultado Líquido do exercício apurado em 2011 foi positivo em 29.781,96€ (vinte e nove mil setecentos e oitenta e um euros e noventa e seis cêntimos) e traduz fielmente a situação obtida no decurso do exercício.

Propõe-se que o Resultado Líquido do Exercício tenha a seguinte aplicação:

– **29.781,96€** (vinte e nove mil setecentos e oitenta e um euros e noventa e seis cêntimos) –
Resultados Transitados

Nos termos do artigo 21.º do Decreto-Lei n.º 411/91, de 17 de outubro, declara-se que não existem dívidas em mora à Segurança Social, como aliás não existem ao Estado ou outros Entes Públicos.

João Villa-Lobos
Vogal do Conselho de Administração

César Viana
Vogal do Conselho de Administração

9.
Demonstrações Financeiras

Balanço em 31 de Dezembro de 2011

Valores Euros

RUBRICAS	NOTAS	2011	2010
ACTIVO			
Activo não corrente			
Activos fixos tangíveis	7	1.322.703,84	1.394.716,46
Activos intangíveis	6	13.413,63	24.014,67
		1.336.117,47	1.418.731,13
Activo corrente			
Inventários	8	107.132,77	107.039,30
Clientes	15	170.439,95	646.367,60
Adiantamentos a fornecedores		188,00	90,00
Estado e outros entes públicos	19	25.818,26	12.305,54
Outras contas a receber	20	682.474,60	213.593,16
Diferimentos	21	325.425,82	365.257,93
Caixa e depósitos bancários	4	882.107,15	895.773,27
		2.193.586,55	2.240.426,80
Total do activo		3.529.704,02	3.659.157,93
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital Próprio			
Capital realizado	22	4.000.000,00	4.000.000,00
Outras reservas	22	1.543.800,93	1.543.800,93
Resultados transitados	22	-8.750.717,83	-8.190.263,81
Outras variações do capital próprio	22	155.303,17	271.607,71
		-3.051.613,73	-2.374.855,17
Resultado líquido do período		29.781,96	-560.454,02
Total do capital próprio		-3.021.831,77	-2.935.309,19
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões	9	3.017.101,49	1.185.782,41
		3.017.101,49	1.185.782,41
Passivo corrente			
Fornecedores	23	447.807,16	1.092.082,08
Estado e outros entes públicos	19	1.201.658,90	1.150.081,67
Outras contas a pagar	24	1.463.187,17	2.768.171,36
Diferimentos	21	421.781,07	398.349,60
		3.534.434,30	5.408.684,71
Total do passivo		6.551.535,79	6.594.467,12
Total do capital próprio e do passivo		3.529.704,02	3.659.157,93

O Técnico Oficial de Contas

O Conselho de Administração

Demonstração de resultados por naturezas período findo em 31 de Dezembro de 2011

Valores Euros

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	2011	2010
Vendas e serviços prestados	10	1.968.588,45	2.370.557,81
Subsídios à exploração	11	18.928.919,72	19.758.611,95
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	8	(3.055,31)	(3.262,32)
Fornecimentos e Serviços Externos	13	(5.165.702,31)	(5.938.921,43)
Gastos com pessoal	14	(13.313.628,52)	(15.875.300,19)
Imparidade de inventários (perdas/reversões)	8	(563,68)	(9.748,40)
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	15	(12.494,40)	(40.213,07)
Provisões(aumentos/reduções)	9	(1.831.319,08)	(226.449,41)
Outros rendimentos e ganhos	16	141.067,75	229.173,62
Outros gastos e perdas	17	(391.070,47)	(482.162,00)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		320.742,15	(217.713,44)
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	6 e 7	(299.370,32)	(333.197,97)
Imparidade de activos depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)		0,00	0,00
Resultado Operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		21.371,83	(550.911,41)
Juros e rendimentos similares obtidos	18	17.653,74	86,11
Juros e gastos similares suportados	18	(585,57)	(29,45)
Resultado antes de impostos		38.440,00	(550.854,75)
Imposto sobre o rendimento do período	12	(8.658,04)	(9.599,27)
Resultado líquido do período		29.781,96	(560.454,02)
Resultado das actividades descontinuadas(líquido de impostos) incluído no resultado líquido do período			
Resultado líquido do período atribuível a :(2)			
Detentores de capital da empresa-mãe			
Interesses minoritários			
Resultados por acção básico			

O Técnico Oficial de Contas

O Conselho de Administração

Demonstração de resultados por funções período findo em 31 de Dezembro de 2011

Valores Euros

RUBRICAS	NOTAS	2011	2010
Vendas e serviços prestados	10	1.968.588,45	2.370.557,81
Custo das vendas e dos serviços prestados		(3.741.085,14)	(4.467.618,98)
Resultado bruto		(1.772.496,69)	(2.097.061,17)
Outros rendimentos		19.157.221,90	20.031.788,14
Gastos de distribuição		(1.021.133,71)	(1.507.581,70)
Gastos administrativos		(3.895.148,60)	(2.174.788,36)
Outros gastos		(12.429.417,33)	(14.803.182,21)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		39.025,57	(550.825,30)
Gastos de financiamento (líquidos)	18	(585,57)	(29,45)
Resultados antes de impostos		38.440,00	(550.854,75)
Imposto sobre os rendimentos do período	12	(8.658,04)	(9.599,27)
Resultado líquido do período		29.781,96	(560.454,02)
Resultado das actividades descontinuadas(líquido de impostos) incluído no resultado líquido do período			
Resultado líquido do período atribuível a :(2)			
Detentores de capital da empresa-mãe			
Interesses minoritários			
Resultados por acção básico			

O Técnico Oficial de Contas

O Conselho de Administração

Demonstração de fluxos de caixa período findo em 31 de Dezembro de 2011

Valores Euros

RUBRICAS	NOTAS	2011	2010
<u>Fluxos de caixa das actividades operacionais</u>			
Recebimentos de clientes		2.258.389,42	2.130.784,31
Pagamentos a fornecedores		(5.875.388,01)	(5.569.259,26)
Pagamentos ao pessoal		(14.488.055,66)	(16.016.282,65)
Caixa gerada pelas operações		(18.105.054,25)	(19.454.757,60)
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		(19.570,10)	(23.200,81)
Outros pagamentos/recebimentos		(533.438,08)	430.937,54
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		(18.658.062,43)	(19.047.020,87)
<u>Fluxos de caixa das actividades de investimento</u>			
Pagamentos respeitantes a:			
Activos fixos tangíveis		(254.341,20)	(603.452,90)
Activos intangíveis		(14.200,39)	
Recebimentos provenientes de:			
Activos fixos tangíveis			
Activos intangíveis			
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)		(268.541,59)	(603.452,90)
<u>Fluxos de caixa das actividades de financiamento</u>			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos			
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio		0,00	0,00
Subsídios e doações		18.895.869,71	19.165.673,40
Outras operações de financiamento	18	17.653,76	86,11
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos			
Juros e custos similares	18	(585,57)	(29,45)
Fluxos das Actividades de Financiamento (3)		18.912.937,90	19.165.730,06
Variação de caixa e seus equivalentes (1)+(2)+(3)		(13.666,12)	(484.743,71)
Efeito das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes no início do período	4	895.773,27	1.380.516,98
Caixa e seus equivalentes no fim do período	4	882.107,15	895.773,27

O Técnico Oficial de Contas

O Conselho de Administração

Demonstração das alterações no Capital Próprio no período 2010 e 2011

Valores Euros

DESCRIÇÃO	NOTAS	Reconciliação do capital próprio							Interesses minoritários	Total do Capital Próprio	
		Capital	Outras	Resultados	Ajustamentos em	Excedentes de	Outras variações	Resultado líquido			
		realizado	reservas	transitados	ativos financeiros	revalorização	do capital próprio	do período			
POSIÇÃO NO INÍCIO DE JANEIRO DE 2010	1	22	4.000.000,00	1.543.800,93	(7.622.753,52)			412.954,54	(567.510,29)		(2.233.508,34)
ALTERAÇÕES NO PERÍODO											
Primeira adopção de novo referencial contabilístico											
Alterações de políticas contabilísticas											
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras											
Aplicação do resultado findo em 31 de Dezembro de 2009				(567.510,29)					567.510,29		0,00
Outras alterações reconhecidas no capital próprio								(141.346,83)			(141.346,83)
	2			(567.510,29)				(141.346,83)	567.510,29		(141.346,83)
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	3								(560.454,02)		(560.454,02)
RESULTADO INTEGRAL	4=2+3			(567.510,29)				(141.346,83)	7.056,27		(701.800,85)
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL											
Realização de capital											
Entradas para coberturas de perdas											
Outras operações	5										
POSIÇÃO NO FIM DE DEZEMBRO DE 2010	6=1+2+3+5	22	4.000.000,00	1.543.800,93	(8.190.263,81)			271.607,71	(560.454,02)		(2.935.309,19)
POSIÇÃO NO INÍCIO DE JANEIRO DE 2011	6	22	4.000.000,00	1.543.800,93	(8.190.263,81)			271.607,71	(560.454,02)		(2.935.309,19)
ALTERAÇÕES NO PERÍODO											
Primeira adopção de novo referencial contabilístico											
Alterações de políticas contabilísticas											
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras											
Aplicação do resultado findo em 31 de Dezembro de 2010				(560.454,02)					560.454,02		0,00
Outras alterações reconhecidas no capital próprio								(116.304,54)			(116.304,54)
	7			(560.454,02)				(116.304,54)	560.454,02		(116.304,54)
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	8								29.781,96		29.781,96
RESULTADO INTEGRAL	9=7+8			(560.454,02)				(116.304,54)	590.235,98		(86.522,58)
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL											
Realização de capital											
Entradas para coberturas de perdas											
Outras operações	10										
POSIÇÃO NO FIM DE DEZEMBRO DE 2011	6+7+8+10	22	4.000.000,00	1.543.800,93	(8.750.717,83)			155.303,17	29.781,96		(3.021.831,77)

10.

Anexo ao Balanço e à Demonstração de Resultados

OPArt – Organismo de Produção Artística, EPE
Notas Anexas às Demonstrações Financeiras
Para o período findo em 31 de Dezembro de 2011
(Valores em euros)

1. Identificação da entidade:

O OPArt – Organismo de Produção Artística, E.P.E. é uma entidade pública empresarial, que prossegue fins de interesse público e tem por objetivo a prestação de serviço público na área da cultura músico - teatral, compreendendo designadamente a música, a ópera e o bailado. Neste contexto, gere duas entidades artísticas distintas – o Teatro Nacional de São Carlos (TNSC) e a Companhia Nacional de Bailado (CNB). A morada da sua sede é na Rua Serpa Pinto n.º 9, Lisboa.

2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras anexas estão em conformidade com todas as normas que integram o Sistema de Normalização contabilística (SNC). Devem entender-se como fazendo parte daquelas normas, as Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras, os Modelos de Demonstrações Financeiras, o Código de Contas e as Normas Contabilísticas de Relato Financeiro (NCRF), e as Normas Interpretativas.

Sempre que o SNC não responda a aspetos particulares de transações ou situações, são aplicadas supletivamente e pela ordem indicada, as Normas Internacionais de Contabilidade, adotadas ao abrigo do Regulamento (CE) n.º 1606/2002, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Julho; e as Normas Internacionais de Contabilidade (IAS) e Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, e respetivas interpretações SIC-IFRIC.

3. Principais políticas contabilísticas

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros de registos contabilísticos mantidos de acordo com os princípios consagrados nas Normas Contabilísticas de Relato Financeiro (NCRF) em vigor à data da elaboração das mesmas.

3.1 Ativos Fixos Tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição deduzido das correspondentes depreciações, sendo estas calculadas após a data em que os bens estejam disponíveis para serem utilizados, pelo método da linha reta em conformidade com o Decreto Regulamentar 25/2009 de 14 de setembro.

Os custos com a manutenção e reparação que não aumentam a vida útil aos ativos fixos tangíveis são debitados aos resultados dos exercícios em que ocorrem.

Os ativos fixos tangíveis iniciais – usados no balancete de abertura a 01 de julho de 2007 – foram contabilizados ao seu valor de aquisição deduzido das respetivas depreciações acumuladas.

Os ativos fixos tangíveis em curso referem-se a ativos em fase de construção ou implementação, encontrando-se registados ao custo de aquisição. Estes ativos são depreciados a partir do momento em que estão disponíveis para uso e nas condições necessárias para operar.

As menos valias resultantes do abate dos ativos fixos tangíveis são registadas em Outros gastos e perdas.

3.2 Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição deduzido das correspondentes amortizações sendo estas calculadas pelo método das quotas constantes, às taxas anuais máximas previstas no Decreto Regulamentar N.º 25/2009, de 14 de setembro.

Na propriedade intelectual, a taxa de amortização é determinada em função do período de tempo contratado, ou do período de tempo em que se estimar a sua utilização, caso este seja inferior ao período contratado.

Os ativos intangíveis iniciais – usados no balancete de abertura a 01 de julho de 2007 – foram contabilizados ao seu valor de aquisição deduzido das respetivas amortizações acumuladas

3.3 Inventários

Os inventários são valorizados ao custo de aquisição deduzido das respetivas perdas de imparidade acumuladas.

3.4 Valores a receber correntes

Os saldos de clientes e outros ativos correntes são contabilizados pelo valor nominal deduzido de perdas por imparidade, necessárias para os apresentar ao seu valor realizável líquido. As perdas por imparidade são registadas quando existe uma evidência objetiva de que não serão recebidos os montantes em dívida conforme as contas originais das contas a receber. É utilizado para o cálculo da imparidade o previsto no art. 36.º do Código do IRC relativo às perdas por imparidade de créditos.

3.5 Provisões

As provisões são reconhecidas quando, e somente quando, a entidade tenha uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, seja provável que para a resolução dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado. As provisões são revistas na data de cada demonstração da posição financeira e ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa a essa data.

3.6 Reconhecimento de gastos e rendimentos

Os gastos e rendimentos são registados no exercício a que respeitam, independentemente do momento do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o pressuposto do acréscimo. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas geradas são registadas nas rubricas de Diferimentos ou Outras contas a pagar ou a receber.

3.7 Subsídios ao investimento

Os subsídios atribuídos ao investimento são contabilizados como componente do Capital Próprio na rubrica Subsídios sendo transferidos para resultado do exercício numa base sistemática pelo correspondente valor anual das amortizações dos investimentos a que respeitam.

3.8 Diferimentos – produções artísticas

Os bens e serviços adquiridos especificamente para as produções artísticas são contabilizados na rubrica de Gastos a reconhecer. O seu reconhecimento em gasto é efetuado em função do período em que se realizam os espetáculos.

3.9 Impostos sobre o rendimento do exercício

Os montantes a liquidar de imposto sobre o rendimento são determinados com base nos resultados tributáveis, ajustados em conformidade com a legislação fiscal aplicável.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro e cinco anos no caso da Segurança Social.

4 – Caixa e depósitos bancários

A 31 de dezembro de 2011 e 2010 a caixa e seus equivalentes constantes na demonstração dos fluxos de caixa e a reconciliação entre o seu valor e o montante de disponibilidades constantes na demonstração da posição financeira naquelas datas foram como segue:

	2011	2010
Caixa	15.000,00 €	15.000,00 €
Caixa em trânsito	748,55 €	2.074,25 €
Depósitos bancários		
IGCP	821.210,21 €	717.894,99 €
Outros	45.148,39 €	160.804,03 €
Total	882.107,15 €	895.773,27 €

A caixa em trânsito diz respeito a vendas de bilheteira e da loja do TNSC que apenas darão entrada em bancos no exercício seguinte.

5- Remuneração dos membros do Conselho de Administração

A remuneração mensal dos membros do Conselho de Administração (estabelecida em despacho conjunto dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e da cultura) é de 5.400€ x 14 meses para o presidente e de 4.500€ x 14 meses para os vogais. No entanto, com a publicação da Lei 12-A/2010, de 30 de junho, no qual previa a redução nas remunerações dos gestores públicos e equiparados, as remunerações dos membros do conselho de administração foram reduzidas em 5 %. Como tal, a remuneração mensal passou a ser 5.130,00 € para o presidente e 4.275,00 € para os vogais. A estes valores acresce subsídio de refeição no montante de 5.05 €/dia.

Com a publicação da Lei 55-A/2010, de 31 de dezembro, um novo corte salarial foi incidir sobre as remunerações, não só do conselho de administração, bem como a maioria dos trabalhadores. Desta forma, os valores pagos ao conselho de administração em 2011 foram:

	Presidente (1)	Vogal (2)	Vogal (3)	Vogal (4)
Remuneração Base	20.545,65 €	16.351,87 €	45.945,00 €	31.164,75 €
Outras (Subsídio de Férias e Natal)	7.053,75 €	5.878,12 €	7.920,00 €	5.327,90 €
Subsídio de refeição	338,35 €	292,90 €	1.212,00 €	838,30 €
Ajudas de Custo		583,73 €	525,44 €	25,10 €
Total	27.937,75 €	23.106,62 €	55.602,44 €	37.356,05 €

(1) Prof. Jorge Salavisa (até 07 de Abril de 2011)

(2) Dr. Rui Catarino (até 01 de Abril de 2011)

(3) Maestro César Viana (Ano completo)

(4) Dr. João Villa-Lobos (desde 27 de Abril de 2011)

O OPART, E.P.E., tem como órgãos sociais o conselho de administração (presidente e 2 vogais) e o fiscal único, com as competências fixadas na lei e nos Estatutos.

Durante o mês de abril de 2011 houve alterações nos membros do conselho de administração. Renunciou o presidente Jorge Salavisa, encontrando-se este cargo por ocupar até ao final do exercício. Renunciou ainda durante o mês de abril Rui Catarino (vogal), ficando apenas como membro do respetivo Conselho (vogal) César Viana. A 27 de abril de 2011 seria nomeado para o conselho de administração um novo vogal, João Villa-Lobos.

O fiscal único, António Manuel Castanho Miranda Ribeiro, auferiu a título de honorários a importância de 9.900,00 €.

6 – Ativos intangíveis

Rubricas	Programas de computador	Propriedade Industrial	Outros Activos Intangíveis	Total
Quantia escriturada bruta inicial	84.648,59	296.720,55	22.560,00	403.929,14
Depreciações acumuladas iniciais	(72.349,05)	(295.262,41)	(12.303,01)	(379.914,47)
Quantia escriturada líquida inicial	12.299,54	1.458,14	10.256,99	24.014,67
Adições				
Aquisições	14.200,39			14200,39
Total das adições	14.200,39	0,00	0,00	14.200,39
Diminuições				
Amortizações do exercício	(16.323,18)	(959,00)	(7.519,25)	(24.801,43)
Total das diminuições	(16.323,18)	(959,00)	(7.519,25)	(24.801,43)
Quantia escriturada líquida final	10.176,75	499,14	2.737,74	13.413,63

Durante o exercício foi adquirido um software informático para apoio na gestão do património histórico do TNSC, nomeadamente guarda-roupa, no montante de 8.130,00 €, software esse que foi na sua totalidade subsidiado pelo Ministério da Cultura. As restantes aquisições dizem respeito a licenças antivírus e outros softwares informáticos.

7 – Ativos fixos tangíveis

Rubricas	Edifícios e outras construções	Equip. Básico	Equip. Administrativo	Outros Activos Tangíveis	Total
Quantia escriturada bruta inicial	703.789,51	1.260.406,20	318.747,80	74.049,05	2.356.992,56
Depreciações acumuladas iniciais	(82.341,30)	(617.477,93)	(220.395,54)	(42.061,33)	(962.276,10)
Quantia escriturada líquida inicial	621.448,21	642.928,27	98.352,26	31.987,72	1.394.716,46
Adições					
Aquisições	77.612,70	92.440,15	27.604,10	4.899,32	202.556,27
Trf entre contas					
Total das adições	77.612,70	92.440,15	27.604,10	4.899,32	202.556,27
Diminuições					
Depreciações do exercício	(51.439,46)	(177.009,96)	(36.387,73)	(9.731,74)	(274.568,89)
Depreciações do exercício (Abates)			21.239,08		21.239,08
Alienações	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Abates			(21.239,08)		(21.239,08)
Total das diminuições	(51.439,46)	(177.009,96)	(36.387,73)	(9.731,74)	(274.568,89)
Quantia escriturada líquida final	647.621,45	558.358,46	89.568,63	27.155,30	1.322.703,84

A quantia escriturada em Ativos fixos tangíveis inclui 2.141,80 € em curso. As principais aquisições do exercício foram essencialmente equipamento informático, equipamento de som e vídeo, mobiliário e grandes reparações em edifícios alheios.

8. Custo das mercadorias vendidas e inventários

Movimentos	Mercadorias	
	2011	2010
Existências iniciais	116.787,70 €	118.072,83 €
Compras	4.626,08 €	3.456,67 €
Regularização de existências	- 913,62 €	- 1.479,48 €
Existências finais	117.444,85 €	116.787,70 €
Custos no exercício	3.055,31 €	3.262,32 €

Movimentos	Mercadorias	
	2011	2010
Existências finais	117.444,85 €	116.787,70 €
Imparidades	10.312,08 €	9.748,40 €
Valor das existências	107.132,77 €	107.039,30 €

Perdas por imparidade Acumuladas	Saldo Inicial	Reforço	Reversão	Saldo Final
Inventários	9.748,40 €	923,87 €	360,19 €	10.312,08 €
Valor das imparidades	9.748,40 €	923,87 €	360,19 €	10.312,08 €

De acordo com a NCRF 18 – Inventários (parágrafo 28 a 33), houve necessidade de avaliar a imparidade de inventários mensurando esses artigos ao valor realizável líquido. Esta imparidade tem o valor de 10.312,08 e será avaliada em períodos futuros.

De salientar ainda que do montante constante em existências finais 791,68 € se encontram à consignação.

9 – Provisões

No decurso de 2011 os movimentos nas rubricas de provisões foram os seguintes:

Provisões	Saldo Inicial	Reforço	Reversão	Pagamentos	Saldo Final
Impostos	49.657,00 €		49.657,00 €		- €
Processos judiciais em curso	938.776,79 €	1.880.976,08 €			2.819.752,87 €
IGCP - Conta 4646 TNSC abertura	197.348,62 €				197.348,62 €
Total	1.185.782,41 €	1.880.976,08 €	49.657,00 €	- €	3.017.101,49 €

Em 2011, a Provisão relativa a impostos foi revertida. Esta provisão tinha sido criada aquando da criação do OPART, EPE pelo eventual risco de um processo por não liquidação de IVA nos convites por parte da CNB nos anos de 2004 a 2007.

Houve um grande reforço nas provisões de processos judiciais fruto do resultado da sentença judicial condenatória em 1.ª Instância relativa ao processo instaurado pelo maestro Zoltán Peskó. Embora o OPART, EPE tenha recorrido da sentença, julgou-se adequado reforçar a provisão. Outro reforço a referir é o montante provisionado pelo processo movido pela empresa Everything is New, Lda. contestando o montante atribuído pelo Turismo de Portugal referente ao apoio ao Festival ao Largo 2011.

Em 2010 os movimentos na rubrica de provisões foram os seguintes:

Provisões	Saldo Inicial	Reforço	Reversão	Pagamentos	Saldo Final
Impostos	49.657,00 €				49.657,00 €
Processos judiciais em curso	797.327,38 €	270.365,87 €	43.916,46 €	85.000,00 €	938.776,79 €
IGCP - Conta 4646 TNSC abertura	197.348,62 €				197.348,62 €
Total	1.044.333,00 €	270.365,87 €	43.916,46 €	85.000,00 €	1.185.782,41 €

10. Vendas e prestações de serviços

	2011			2010		
	Internas	Externas	Total	Internas	Externas	Total
71 VENDAS	2.984,23 €		2.984,23 €	3.642,78 €		3.642,78 €
Mercadorias	2.984,23 €			3.642,78 €		
TNSC	2.024,56 €			2.835,44 €		
CNB	959,67 €			807,34 €		
72 PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS	1.960.104,22 €	5.500,00 €	1.965.604,22 €	2.324.075,03 €	42.840,00 €	2.366.915,03 €
Bilheteira	1.054.306,04 €			1.100.458,87 €		
Óperas	711.376,00 €			754.082,59 €		
Concertos	63.116,14 €			50.659,28 €		
Bailados	274.834,17 €			246.134,03 €		
Outros Eventos	4.979,73 €			49.582,97 €		
Venda de Espectáculos em Digressão	97.060,00 €	- €		173.000,00 €	30.000,00 €	
Ofertas	318.182,52 €			347.531,32 €		
Oferta de Programas	8.877,37 €			6.869,40 €		
Oferta de Bilhetes	309.305,15 €			340.661,92 €		
Serviços Secundários	490.555,66 €	5.500,00 €		703.084,84 €	12.840,00 €	
	1.963.088,45 €	5.500,00 €	1.968.588,45 €	2.327.717,81 €	42.840,00 €	2.370.557,81 €

Os serviços secundários incluem programas, transmissão de rádio, alugueres de salas de espetáculos e de ensaios, publicidade, aluguer permanente do espaço do Restaurante do Teatro Nacional de São Carlos e do espaço para antenas do Teatro Camões.

11.

Subsídios à exploração

	2011		2010	
	75 Subsídios à Exploração	18.928.919,72 €	19.758.611,95 €	
Indemnização compensatória	17.756.269,71 €	18.200.943,40 €		
Mecenas	883.650,01 €	1.011.500,00 €		
Outros subsídios de terceiros	289.000,00 €	546.168,55 €		

Em 2011, houve um decréscimo da Indemnização Compensatória atribuída pelo Estado de cerca de 2,44%, redução essa que não estava prevista. No que respeita aos Mecenas, o valor ficou ligeiramente abaixo do previsto devido ao apoio mecenático variável da EDP às digressões da Companhia Nacional de Bailado. Este apoio variável é dependente do número de espetadores e localidades visitadas. Dos 150 m € previstos só se obtiveram 105 m €.

Os outros subsídios foram fruto do apoio do Turismo de Portugal ao Festival ao Largo 2011 (250 m €), bem como de outras entidades a outros espetáculos que decorreram no exercício.

12

Imposto sobre o rendimento

Os impostos sobre o rendimento reconhecido na demonstração dos resultados do exercício findo em 31 de dezembro de 2011 foi o seguinte:

Rubricas	2011
Resultado líquido do período	38.440,00 €
Correcções relativas a exercicios anteriores	23.427,92 €
Multas, coimas e juros compensatórios	1.067,60 €
Lucro tributável	62.935,52 €
Derrama (1,5%)	944,03 €
Tributação Autónoma	7.714,01 €
Imposto sobre o rendimento do período	8.658,04 €

O valor do imposto sobre o rendimento do período é essencialmente resultado da tributação autónoma. De seguida, apresenta-se o cálculo da mesma para o exercício de 2011 e 2010.

Tipo de despesa sujeita a TA	2011	%	2010	%
Ajudas de custo	34.931,79 €	5	54.027,90 €	5
Kilómetros	3.164,99 €	5	1.797,80 €	5
Despesas de representação	17.889,76 €	10	25.478,27 €	10
Despesas com viaturas de passageiros				
Aluguer de viaturas	21.830,42 €	10	30.122,84 €	10
Seguros	1.107,20 €	10	1.262,75 €	10
Despesas manutenção	5.377,46 €	10	1.736,18 €	10
Combustíveis	9.999,41 €	10	8.020,70 €	10
Imposto circulação	190,38 €	10	157,30 €	10
Outras despesas com viaturas	123,90 €	10	191,40 €	10
Portagens	1.214,40 €	10	967,35 €	10
Estacionamentos	358,75 €	10	143,05 €	10
Tributação autónoma apurada	7.714,01 €		9.599,27 €	

13

Fornecimentos e serviços externos

FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS	2011	2010
SUBCONTRATOS	291.368,99 €	324.794,04 €
TRABALHOS ESPECIALIZADOS	446.952,76 €	351.353,39 €
PUBLICIDADE	261.257,74 €	613.210,85 €
VIGILÂNCIA E SEGURANÇA	291.459,26 €	293.425,68 €
HONORÁRIOS	1.761.417,63 €	1.866.107,73 €
COMISSÕES	19.709,44 €	20.255,29 €
CONSERVAÇÃO E REPARAÇÃO	113.578,41 €	115.977,01 €
FERRAM. E UTENSÍLIOS DESG. RÁPIDO	150.855,01 €	115.229,11 €
LIVROS E DOCUMENTAÇÃO TÉCNICA	326,97 €	1.985,62 €
MATERIAL DE ESCRITÓRIO	18.550,47 €	24.489,00 €
ARTIGOS PARA OFERTA	14.417,93 €	3.783,13 €
OUTROS BENS	110.409,26 €	74.124,95 €
ELECTRICIDADE	216.955,02 €	223.317,14 €
COMBUSTÍVEIS	9.999,41 €	8.020,70 €
ÁGUA	11.590,35 €	12.286,92 €
OUTROS FLUÍDOS	23.629,96 €	29.336,10 €
DESLOCAÇÕES E ESTADAS	165.198,94 €	280.584,11 €
TRANSPORTE DO PESSOAL	1.417,20 €	1.550,75 €
TRANSPORTES DE MERCADORIAS	69.023,90 €	182.353,80 €
RENDAS E ALUGUERES	334.410,13 €	392.654,72 €
COMUNICAÇÃO	56.550,50 €	94.475,56 €
SEGUROS	28.111,32 €	33.598,79 €
ROYALTIES E PROP. INTELECTUAL	324.268,15 €	266.990,88 €
CONTENCIOSO E NOTARIADO	7.730,23 €	3.688,76 €
DESPEAS DE REPRESENTAÇÃO	17.889,76 €	25.478,27 €
LIMPEZA HIGIENE E CONFORTO	128.716,94 €	119.417,49 €
OUTROS SERVIÇOS	289.906,63 €	460.431,64 €
	5.165.702,31 €	5.938.921,43 €

Os honorários incluem a contratação de pessoal artístico (cantores, encenadores, reforços de coro e orquestra, figurinistas, bailarinos, coreógrafos), técnico (maquinistas, cortineiros) e de apoio (legendagem, caracterização, cabeleireiros, desenho de luz) para as diferentes produções realizadas.

A conta Rendas e Aluguers engloba, para além das rendas dos armazéns do TNSC e da CNB, os custos com o aluguer pontual de veículos (*rent a car*) e alugueres de equipamentos destinados às produções artísticas (guarda roupa, cenários, adereços, calçado, equipamento de luz, vídeo e som).

O transporte de instrumentos, cenários e guarda-roupa para espetáculos realizados quer no TNSC e TC, quer noutros espaços (digressões) está incluído na rubrica Transportes de Mercadorias.

Os trabalhos especializados são maioritariamente constituídos por serviços prestados à Comunicação e Imagem (gráficas, fotografia, traduções, desenvolvimento e manutenção de sites), Informática, Revisor Oficial de Contas e alguns serviços para a produção (cenários e figurinos).

Outros FSE incluem essencialmente encomendas de coproduções, serviços de frente de sala, serviços de carregadores e técnicos extras.

14. Gastos com pessoal

	2011	2010
Remunerações dos Orgãos Sociais	132.495,98 €	198.421,09 €
Remunerações do Pessoal	10.523.536,97 €	12.837.979,27 €
Encargos com Remunerações	2.137.737,16 €	2.562.353,80 €
Seguro de Acidentes de Trabalho	209.246,44 €	150.597,53 €
Caducidades e indemnizações	247.927,88 €	88.329,78 €
Outros gastos com pessoal	62.684,09 €	37.618,72 €
Total	13.313.628,52 €	15.875.300,19 €

As caducidades dizem respeito ao valor a pagar a título de indemnização caso haja contratos com termo. No ano de 2011 houve pagamento de indemnizações no montante de 286 m € compensado ligeiramente por uma redução das caducidades.

Os outros gastos com pessoal são essencialmente gastos com formação, medicina e higiene no trabalho e serviços de fisioterapia.

O número médio de trabalhadores ao longo do ano e no período findo em 31 de dezembro de 2011 foi o seguinte:

	2011	2010
Número médio de empregados	395	391
Número de empregados no fim do período	393	389

15. Clientes e Imparidade de dívidas a receber

No final dos anos de 2010 e 2011, a rubrica de Clientes apresentava a seguinte maturidade:

Clientes em Mora	2011	2010
<180 dias	130.157,14 €	358.480,62 €
180 - 360 dias	11.118,96 €	43.699,80 €
360 - 540 dias	14.055,27 €	105.197,17 €
540 - 720 dias	21.671,80 €	8.866,16 €
> 720 dias	46.739,25 €	171.063,92 €
Total	223.742,42 €	687.307,67 €

De acordo com o art. 36.º do Código do IRC e de acordo com a NCRF 12 «Imparidade de ativos», dos créditos passíveis de se registarem imparidades foram objeto de imparidade os seguintes:

Perdas por imparidade Acumuladas	Saldo Inicial	Reforço	Reversão	Saldo Final
City of London Sinfonia	595,00 €	- €		595,00 €
Rafael Castro Valente	3.614,57 €	1.108,52 €		4.723,09 €
Cateri Produções de Acontecimentos	3.300,00 €	6.270,00 €	660,00 €	8.910,00 €
Castillo Elsinor	15.000,00 €			15.000,00 €
SMOG Produções Culturais Lda	6.336,00 €	1.344,00 €	250,00 €	7.430,00 €
Comissão da Fábrica Sé Velho	1.500,00 €	500,00 €	2.000,00 €	- €
Lift Consulting Lda	- €	972,50 €	798,25 €	174,25 €
Associação Musica Educação e Cultura	- €	2.554,00 €	2.554,00 €	- €
Puroflamencopt, Lda	- €	160,39 €		160,39 €
Palcos e Percursos	- €	2.722,24 €		2.722,24 €
TCC Produções	- €	451,25 €		451,25 €
Theatro Circo de Braga	- €	4.537,50 €	4.537,50 €	- €
Companhia de teatro de Almada CRL	- €	3.932,50 €	1.626,25 €	2.306,25 €
Fermentopão Lda	405,00 €	135,00 €		540,00 €
Experimenta - Assoc. Prom. Design	2.137,50 €		2.137,50 €	- €
Go Direct - Art. Production Events	3.750,00 €	4.500,00 €	1.500,00 €	6.750,00 €
Bombazine Lda	1.770,00 €	1.770,00 €		3.540,00 €
IADE	2.400,00 €	1.100,00 €	3.500,00 €	- €
Total	40.808,07 €	32.057,90 €	19.563,50 €	53.302,47 €

16.

Outros rendimentos e ganhos

Esta rubrica contém essencialmente a imputação do subsídio relativo aos ativos fixos tangíveis e intangíveis históricos «herdados» do TNSC e CNB, aquando da criação do OPART, em 2007. Essa imputação é na proporção das depreciações desses mesmos ativos fixos.

17 – Outros gastos e perdas

Esta rubrica contém essencialmente o gasto relativo às ofertas de bilhetes e de programas de sala. Contém ainda os valores relativos a receita de bilheteira a entregar a terceiros. Estes valores encontram-se também registados na conta 72 – Prestações de serviços.

18.

Juros e gastos/rendimentos similares suportados/obtidos

Rubricas	2011	2010
Juros e rendimentos similares obtidos	17.653,74 €	86,11 €
Juros e gastos similares suportados	585,57 €	29,45 €

Os juros e rendimentos similares obtidos são fruto de aplicações financeiras temporárias no IGCP, Instituto de Gestão da Tesouraria e do Crédito Público, I.P. Em 2011, houve um aumento destas aplicações face ao exercício anterior.

19.**Estado e outros entes públicos**

No final dos anos de 2010 e 2011, a rubrica Estado e outros entes públicos apresentava as seguintes quantias:

Rubricas	2011	2010
Activo		
Pagamentos especiais por conta	17.846,66 €	12.305,54 €
Retençã o na fonte por terceiros	7.971,60 €	- €
Imposto sobre o valor acrescentado	- €	- €
Total do activo	25.818,26 €	12.305,54 €
Passivo		
Imposto sobre rendimento a pagar	8.658,04 €	6.057,36 €
Retençã o de impostos sobre o rendimento	198.012,23 €	195.327,30 €
Imposto sobre o valor acrescentado	754.650,37 €	675.555,19 €
Contribuições para a segurança social	237.434,39 €	270.264,07 €
Contribuições para a caixa geral de aposentações	2.450,00 €	2.877,75 €
Outros	453,87 €	- €
Total do passivo	1.201.658,90 €	1.150.081,67 €

20.**Outras contas a receber**

Esta rubrica inclui 62.500 € a receber relativos à prestação final do apoio do Turismo de Portugal, IP ao evento Festival ao Largo 2011, bem como valores a receber do pessoal no montante de 22.400 €, sendo que parte deste valor irá ser recebido no primeiro trimestre de 2012. Inclui, ainda, cauções no montante de 35.479 €, valores em trânsito da Ticketline no montante de 73.730 €, que serão recebidos em janeiro de 2012, e uma conta caução no montante de 468.000 € criada por imposição legal relativa ao processo judicial movido pelo maestro Zoltán Peskó.

21.**Diferimentos**

Gastos e perdas a reconhecer	2011	2010
Seguros a reconhecer	48.184,91 €	22.021,57 €
Gastos com o cenário de " O Anel do Nibelungo"	109.361,24 €	109.361,24 €
Gastos a reconhecer com espectáculo no exercicio seguinte	119.006,17 €	227.273,06 €
Outros gastos a reconhecer	48.873,50 €	6.602,06 €
Total	325.425,82 €	365.257,93 €

Rendimentos e ganhos a reconhecer	2011	2010
Receitas de bilheteira	308.886,31 €	286.388,36 €
Ganho com utilização cenário de " O Anel do Nibelungo"	109.361,24 €	109.361,24 €
Outros ganhos a reconhecer	3.533,52 €	2.600,00 €
Total	421.781,07 €	398.349,60 €

Os gastos e os ganhos com o cenário de *O Anel do Nibelungo* serão reconhecidos aquando da apresentação da tetralogia, projeto que chegou a ser pensado, mas que teve de ser afastado por acarretar um grande investimento a nível financeiro.

22.**Capital, reservas e resultados transitados**

	2011	2010
Capital	4.000.000,00	4.000.000,00
Reservas	1.543.800,93	1.543.800,93
Resultados transitados	(8.750.717,83)	(8.190.263,81)
Outras variações no capital próprio	155.303,17	271.607,71
Total	(3.051.613,73)	(2.374.855,17)

O único detentor do Capital Social é o Estado. Durante o exercício não houve qualquer alteração na composição do mesmo.

Os movimentos constantes nestas rubricas ao longo do ano poderão ser analisados em melhor detalhe na Demonstração das Alterações no Capital Próprio.

23.**Fornecedores**

	2011	2010
Fornecedores conta corrente	447.807,16 €	1.092.082,08 €

Houve uma diminuição muito significativa (59%) da dívida a fornecedores correntes provocada pelo esforço na redução de gastos ao longo do exercício.

24.**Outras contas a pagar**

	2011	2010
Créditos a pagar ao pessoal	22.399,95	17.500,03
Fornecedores de investimentos	5.475,63	65.740,36
Remunerações a liquidar no ano seguinte e encargos	1.257.640,80	2.412.881,67
Outras contas a pagar	177.670,79	272.049,30
Total	1.463.187,17	2.768.171,36

A conta de créditos a pagar ao pessoal inclui um valor a favor do ex-funcionário Paulo Pavão que recusou as suas contas finais por não concordar com os valores apurados. Encontra-se, neste momento, um processo judicial ativo.

As remunerações a liquidar nos anos seguintes em 2011 tiveram uma grande redução provocada pelo OE 2012, que não permite o processamento/pagamento de subsídios de férias aos vencimentos superiores a 1.100,00 €. Neste montante estão incluídas ainda horas extraordinárias, prémios de interpretação e diferenciais de categoria relativos ao mês de dezembro de 2011 e a serem processados nos vencimentos de janeiro e fevereiro de 2012. Inclui, ainda, a especialização do montante a pagar pela caducidade de contratos a termo e respetivos encargos sociais.

As outras contas a pagar traduzem a especialização de custos de Fornecimentos e Serviços Externos nomeadamente comunicações, água, luz e honorários, a pagar a prestadores de serviços no âmbito das produções de 2011.

11.

Relatório e parecer do Fiscal Único e certificação legal das contas